



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**VIOLÊNCIA POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU: APROXIMAÇÕES
COMPREENSIVAS A PARTIR DE UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS
POLÍTICOS**

MAMADU DJALO

Goiânia-Go

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Mamadu Djalo

3. Título do trabalho

VIOLÊNCIA POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU: APROXIMAÇÕES COMPREENSIVAS A PARTIR DE UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICOS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Mamadu Djalo, Discente**, em 03/10/2025, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hans Carrillo Guach, Professor do Magistério Superior**, em 03/10/2025, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5695789** e o código CRC **51623FB0**.

MAMADU DJALO

**VIOLÊNCIA POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU: APROXIMAÇÕES
COMPREENSIVAS A PARTIR DE UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS
POLÍTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS), da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura. Linha de pesquisa: Desigualdades, Diferenças e Violências.

Orientador: Professor doutor Hans Carrillo Guach

Goiânia – GO,

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Djalo, Mamadu
VIOLÊNCIA POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU: APROXIMAÇÕES
COMPREENSIVAS A PARTIR DE UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS
POLÍTICOS [manuscrito] / Mamadu Djalo. - 2025.
CIII, 103 f.

Orientador: Prof. Dr. Hans Carrillo Guach.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, lista de figuras, lista
de tabelas.

1. Violência. 2. Instrumentalização Étnica-Religiosa. 3. Sociedade
Civil. 4. Poder. I. Guach, Hans Carrillo, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 11 da sessão de Defesa de Dissertação de **Mamadu Djalo**, que confere o título de **Mestre em Sociologia**, na área de concentração em Sociedade, Política e Cultura.

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, a partir das quatorze horas, na Sala de Reunião da Diretoria – AT05, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada: **VIOLÊNCIA POLÍTICA EM GUINÉ-BISSAU: APROXIMAÇÕES COMPREENSIVAS A PARTIR DE UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS POLÍTICOS**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Hans Carrillo Guach (PPGS/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Jordão Horta Nunes (PPGS/UFG), membro titular interno; e Professor Doutor Ailton de Souza (UEMS), membro titular externo ao Programa. Durante a arguição os membros da banca **não** sugeriu de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Hans Carrillo Guach, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Hans Carrillo Guach, Professor do Magistério Superior**, em 30/10/2025, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Vettorassi, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 30/10/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jordao Horta Nunes, Professor do Magistério Superior**, em 31/10/2025, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5753504** e o código CRC **200CBE38**.

Agradecimentos

Agradeço, de coração, à minha família pelo apoio constante que sempre me foi oferecido. Em especial, à minha querida parceira de vida, Nilda Quenia da Silva, ao meu filho Alkene Neemias da Silva Djalo e à minha filha recém-nascida, Aldina Nilma da Silva Djalo, fontes inesgotáveis de amor e inspiração.

Estendo minha gratidão à minha família de modo geral, com carinho especial à minha amada mãe, Lealdina Monteiro, e ao meu pai, Alfa Umáro Djalo. Agradeço também aos meus irmãos e irmãs: Maria Auzenda Monteiro Djalo, Antonio Cesar Monteiro Djalo, Joanelha Monteiro Djalo e Benjamim Monteiro Djalo.

Aos meus tios e tias, registro igualmente minha gratidão: Vladimiro Monteiro, Carlos Mendes Silva, Carolino Mendes Silva, Waldino Monteiro, Hermelindo Monteiro, Joaquim Monteiro, Dautilina Monteiro, Julia Armando da Costa, Walter Monteiro, Gaudêncio Mendes Silva e Kuca José Mendes.

Sou imensamente grato ao meu ilustre orientador, Hans Carrillo Guach, por sua valiosa orientação desde os primeiros momentos deste trabalho. Sua contribuição foi fundamental para o meu crescimento enquanto pesquisador, trazendo novos olhares e inovações que enriqueceram profundamente minha trajetória acadêmica.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (PPGS – FCS/UFG) pelo acolhimento e apoio desde os primeiros dias. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Registro também minha gratidão à secretária Letícia, uma servidora exemplar, aos profissionais da limpeza e à equipe de segurança, que tanto colaboraram com um ambiente acolhedor e respeitoso.

Por fim, agradeço profundamente aos amigos e amigas que caminharam comigo nesta jornada: Adenauer Marcos da Costa, Midana Baial Sambú, Pedrinho Indi, Allaine Carlos de Medina, Emerenciana Neona Lima Gomes, Rosita Cá, Danilson Sá, Alfa dos Santos, Baticã Mané, Neemias Antonio Nanque, Agostinho Nanque, Artimila Freitas, Locarine Mendes, Edna Baial Sambu, N'tchomba N'dibe, Paládio da Costa, Sebastião Mimoso Ié, Osniel Insali, entre tantos outros que, de diversas formas, contribuíram com apoio, escuta e companheirismo.

RESUMO

A presente dissertação discute o problema da violência política na Guiné-Bissau, por meio de aproximações compreensivas a partir da análise dos discursos políticos, como base em um estudo sociológico de análise do ethos discursivo. A pesquisa foi desenvolvida por meio da análise dos *ethos* presentes em livros, jornais, comentários de ONGs e manifestação da população civil, todos disponíveis em plataformas digitais, sobre a violência política ocorrida nos últimos cinco anos (2020-2025). Também se analisam as diferentes formas de violações dos direitos humanos. Em termos de direitos humanos, a Liga Guineense dos Direitos Humanos, no seu relatório de 2020-2022, indica que a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau, desde a existência do multipartidarismo em 1994, nunca apresentou tanto atropelos à liberdade e atentados aos princípios democráticos como nesse período. Para LGDH, os indicadores marcam digressões alarmante sobre direitos humanos na Guiné-Bissau desde ascensão do regime liderado por Umaro Sissoco Embaló, movidos pelos atos antidemocráticos e autoritários, não orquestrado só pelas forças da defesa e segurança, mas pelas milícias palacianas criadas por ele. O regime Sissoquista apresenta certos limites de conhecimentos do funcionamento das regras democráticas e desrespeito à constituição da república. Portanto, o resultado da pesquisa demonstra que os *ethos* discursivos, como categoria, ajuda no entendimento de conjunto de violências políticas que não foram reveladas diretamente no discurso. Ou seja, eles vão além daquilo que é pronunciado pelo anunciador. Essa abordagem permitiu identificar subjetividades nos discursos políticos e sociais, contribuindo para a caracterização da violência política na sociedade Bissauguineense.

Palavra-chaves: Violência, Instrumentalização Étnica-Religiosa, Sociedade Civil, Poder, Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This dissertation discusses the problem of political violence in Guinea-Bissau through comprehensive approaches based on the analysis of political discourses, based on a sociological study analyzing discursive ethos. This approach allowed us to identify subjectivity in political and social discourses, contributing to the characterization of political violence in Guinea-Bissau society. The research was developed through the analysis of the ethos present in books, newspapers, NGO commentaries, and civilian expressions, all available on digital platforms, regarding the political violence that occurred in the last five years (2020-2025). The different forms of human rights violations are also analyzed. In terms of human rights, the Guinean Human Rights League, in its 2020-2022 report, indicates that the human rights situation in Guinea-Bissau, since the establishment of a multiparty system in 1994, has never seen so many violations of freedom and attacks on democratic principles as during this period. For the LGDH, the indicators mark alarming digressions regarding human rights in Guinea-Bissau since the rise of the regime led by Umaro Sissoco Embaló, driven by antidemocratic and authoritarian acts orchestrated not only by the defense and security forces, but also by the palace militias he created. The Sissoco regime displays certain limited knowledge of the functioning of democratic rules and disrespect for the republic's constitution. Therefore, the research results demonstrate that discursive ethos, as a category, helps understand a range of political violence not directly revealed in the discourse. In other words, they go beyond what the speaker pronounces. However, many discourses are stigmatizing, where one group points to another as responsible for political and judicial instability; others display characteristics of ethnic-religious exploitation for electoral bargaining; some are threatening and abusive, carrying with them policies of hate, persecution, kidnappings, prohibitions on demonstrations, and beatings that only foster hostile and violent environments.

Keywords: Violence, Ethno-Religious Instrumentalization, Civil Society, Power, Guinea-Bissau.

RESUMEN

Esta tesis doctoral aborda el problema de la violencia política en Guinea-Bissau mediante enfoques integrales basados en el análisis de los discursos políticos, a partir de un estudio sociológico que analiza el ethos discursivo. Este enfoque permitió identificar la subjetividad en los discursos políticos y sociales, contribuyendo a la caracterización de la violencia política en la sociedad guineana. La investigación se desarrolló mediante el análisis del ethos presente en libros, periódicos, comentarios de ONG y expresiones civiles, todos disponibles en plataformas digitales, en relación con la violencia política ocurrida en los últimos cinco años (2020-2025). También se analizan las diferentes formas de violación de los derechos humanos. En materia de derechos humanos, la Liga Guineana de Derechos Humanos, en su informe 2020-2022, indica que la situación de los derechos humanos en Guinea-Bissau, desde el establecimiento de un sistema multipartidista en 1994, nunca ha experimentado tantas violaciones de la libertad y ataques a los principios democráticos como durante este período. Para la LGDH, los indicadores señalan digresiones alarmantes en materia de derechos humanos en Guinea-Bisáu desde el ascenso del régimen de Umaro Sissoco Embaló, impulsado por actos antidemocráticos y autoritarios orquestados no solo por las fuerzas de defensa y seguridad, sino también por las milicias palaciegas que él creó. El régimen de Sissoco muestra un conocimiento limitado del funcionamiento de las normas democráticas y una falta de respeto a la constitución de la república. Por lo tanto, los resultados de la investigación demuestran que el ethos discursivo, como categoría, ayuda a comprender una gama de violencia política que no se revela directamente en el discurso. En otras palabras, va más allá de lo que el hablante pronuncia. Sin embargo tanto, muchos discursos son estigmatizantes, donde un grupo señala a otro como responsable de la inestabilidad política y judicial; otros muestran características de explotación étnico-religiosa para la negociación electoral; algunos son amenazantes y abusivos, con políticas de odio, persecución, secuestros, prohibición de manifestaciones y palizas que solo fomentan entornos hostiles y violentos.

Palabras clave: Violencia, Instrumentalización Étnico-Religiosa, Sociedad Civil, Poder, Guinea-Bisáu.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1: Divisão Administrativa da Guiné-Bissau</i>	Erro! Indicador não definido.
<i>Figura 2: Ilustração do Massacre de Pindjiguiti</i>	9
Figura 3: Imagens de avião com quantidade de drogas apreendida em fevereiro de 2025	40
Figura 4: Líder Estudantil Espancado em Bissau.....	46
Figura 5: Secretário da FRENAGOLPE que foi torturado	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas/Portugal

ANP - Assembleia Nacional Popular

ACD - Análise crítica do discurso

BM - Banco Mundial

CEMGFA – Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas

FMI - Fundo Monetário Internacional

FP - Frente Popular

LGDH - Liga Guineense dos Direitos Humanos

MADEM G15 - Movimento para Alternância Democrática

MFDC - Movimento das Forças Democráticas de Casamance

ONGs - Organizações Não Governamentais

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PAE - Programa de Ajustamento Estrutural

PRS – Partido da Renovação Social

PAIGC – Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde

SAB - Setor Autônomo de Bissau

UNTG - União Nacional de Trabalhadores da Guiné

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: CONCEITUAÇÃO SOCIOLÓGICA DA VIOLÊNCIA: DA PERSPECTIVA CLÁSSICA À CONTEMPORÂNEA	6
1.1 Violência no pensamento sociológico clássico.....	7
1.2 Violência no pensamento sociológico contemporâneo.....	17
1.3 A violência política: teorias e conceptualizações	26
CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU	32
2.1 Os Primeiros Anos da Independência da Guiné-Bissau (1973-1980)	35
2.2 Interferência de Militares na Política e Aproximação dos Políticos nas Forças Armadas na Guiné-Bissau.....	40
2.3 Evolução dos Sistemas Políticos e a Instabilidade Institucional na Guiné-Bissau.	49
CAPÍTULO 3: VIOLÊNCIA POLÍTICA EM NARRATIVAS CIVIS E GOVERNAMENTAIS EM GUINÉ BISSAU: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DO ETHOS DISCURSIVOS DE POLÍTICOS	58
3.1 Violência política em narrativas civis e governamentais: ethos pré-discursivos....	59
3.1.1 Economia	59
3.1.2 Justiça	62
3.1.3 Perseguição política e manifestação do Sissoquismo: estereótipos culturais	68
3.1.4 Poder político e a sua militarização	71
3.2 Violência política em narrativas civis e governamentais: ethos discursivos	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIA.....	91

INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país localizado na costa ocidental da África, fazendo fronteira ao norte com o Senegal, ao sul e a Leste com a Guiné-Conacri, e a oeste com o Oceano Atlântico. O país possui uma superfície de 36.125 km² e uma população estimada em aproximadamente 2 milhões de habitantes. A língua portuguesa é considerada oficial, porém a mais falada é a língua materna Bissau-guineense, popularmente conhecida como crioulo (ou *kriol*) da Guiné-Bissau, que atua como língua franca entre os diversos grupos étnicos presentes no território. Cada grupo possui também sua própria língua de comunicação, refletindo a riqueza e diversidade cultural do país, que abriga cerca de 30 etnias diferentes.

Insta ressaltar que a Guiné foi uma colônia portuguesa que conquistou a independência no dia 24 de setembro de 1973, depois de onze anos de luta armada para a libertação nacional. Após a independência vivenciou um período de regime do partido único - onde o Estado era centralmente planejado - de orientação socialista e logo nos primeiros anos da sua independência foi atropelado por um golpe de Estado, em 1980. Na década de 1990 aderiu ao multipartidarismo e ao regime democrático, após a primeira eleição geral que se realizou em 1994.

Este país africano tem sido nos últimos trinta e cinco anos marcado por crises sociais, político-partidárias, greves, golpes de Estado e por um conflito político-militar que durou onze meses, a guerra de 07 de junho de 1998, orquestrado pelo líder da Junta Militar (JM) que lutaram contra o regime do então presidente da república da Guiné-Bissau, João Bernardo Nino Vieira, guerra essa que dizimou centenas de civis, que só veio terminar, no dia 06 de maio de 1999. Por causa das constantes instabilidades, fez com que nenhum governo eleito conseguisse terminar o seu mandato até o presente momento. Deste modo, a Guiné-Bissau é conhecida no mundo afora por suas constantes instabilidades políticas desde o seu surgimento como um Estado independente.

Ligado ao anterior, a sociedade guineense tem vivido ao longo do tempo na imersa instabilidade política e social, oriunda da vida política e militar. Tais instabilidades muitas vezes têm acabado em assassinatos de figuras públicas, políticos e de civis, como aconteceu no conflito político-militar mencionado anteriormente. Ou seja, os últimos trinta e quatro anos da “vivência democrática” na Guiné-Bissau tem sido marcada pela luta de poder e violência política.

A partir da lógica de Émile Durkheim (2007), é possível evidenciar que a referida violência que tem atravessado a Guiné-Bissau pode ser encontrada em qualquer convivência social, o que implica entendê-la epistemologicamente como um fato social. Ao mesmo tempo, e pensando em termos dialéticos, isso habilita o entendimento de que, a principal preocupação neste estudo — a violência política— pode ser o condicionante para outros tipos de violências, (de gênero, machismo, desigualdade social e pobreza) e simultaneamente, esta poderia ser resultado de outras tipologias de violências. É nessa linha, que a sociologia busca compreender os elementos que causam essas situações sociais e procurar oferecer caminhos para solucioná-las.

No caso da Guiné-Bissau, é necessário reconhecer que a desigualdade social que o atravessa constitui um importante fator que condiciona a violência política que se vive no país. Ora, nesta nação existem desigualdades em várias vertentes da sociedade. Sobretudo, nas divisões geográficas, existem regiões e setores com presença do Estado em pequena porção e outras com presença participativa deste em maior escala. Ao mesmo tempo, a distinta maneira como esta violência se manifesta, assinalam uma assimetria de condições sociais entre o Estado e a sociedade e ao interior do próprio Estado, que não devem ser ignoradas como elementos compreensivos e explicativos destas violências. Portanto, a violência política pode ser entendida como agressão física, moral e psicológica com propósito de grupos rivais de impedirem seus opositores de exercer direitos e deveres políticos.

A partir de uma perspectiva histórica da violência em Guiné-Bissau, pode-se afirmar que com base em um conflito, foram convocadas as eleições presidenciais e legislativas em novembro de 1999 que foram vencidas pelo presidente Koumba Yalá e o seu partido PRS (Partido da Renovação Social). O presidente Yalá foi derrubado por um golpe militar após os seus três anos no poder por General Veríssimo Correia Seabra. Novas eleições foram marcadas em 2005, e em março de 2009, houve outro golpe militar que culminou com o assassinato do então presidente da República, João Bernardo Vieira e do chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), General Tagme Na Waye. E por este fato, foi realizada uma nova eleição presidencial, que foi vencida pelo candidato apoiado pelo PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde), Malam Bacai Sanha, que por problemas de saúde faleceu em janeiro de 2012.

Nesta ordem, o presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) cujo nome é Raimundo Pereira, substituiu o malgrado presidente das suas funções até quando este

último foi derrubado após 3 mês da sua estada na presidência junto com o então Primeiro Ministro, Carlos Gomes Júnior. Razão pela qual, estamos vivendo sem as condições mínimas que um Estado garanta a sua população (a segurança, a educação, saúde, infraestruturas etc.). “Desde a independência, a 24 de setembro de 1973, têm-se vivido períodos cíclicos de instabilidade política que têm emperrado e atrasado o tão desejado desenvolvimento” (ANÍRAN KAFFT KOSTA, 2016 p. 04).

Como observa Leopoldo Amado (2005), embora o Partido Africano da independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ter efetuado uma longa e brilhante luta para libertação nacional, acabou por engendrar a violência como meios de resolução de problemas no seio dos guineenses, fruto da herança negativa deixada pelos colonizadores. Por causa disso, as relações sociais, assim como a luta pelo poder passa a ser marcada pela violência. A maioria das pessoas recrutadas a participar no processo da luta eram camponeses e careciam de uma preparação militar, isso acabou desenvolvendo na sociedade contemporânea guineense uma cultura de resolver os problemas de uma forma perversa. A ausência do diálogo é verificada em vários setores sociais, para esse autor, a duração de onze anos da guerra contra o exército português marca a violência social, mesmo para os que não participaram diretamente dela.

Portanto, o partido libertador ascendeu o poder com algumas contradições entre a ala guineense e cabo-verdiano, pois a luta da libertação foi protagonizada pelas duas nações. Segundo Amado (2005), Cardoso (1995), Juará (2006), a ala cabo-verdiana era mais prestigiada, pois esses eram na maioria dirigente do PAIGC porque maioritariamente são escolarizadas, enquanto os guineenses que estavam no partido tinham pouco nível escolar ou eram menos esclarecidos. A estes restavam as vagas nas casernas, ou seja, eram na maioria soldados.

Ao mesmo tempo, em lugares com ausência do Estado, vivenciam-se situações de precariedade, com escassez de escolas, hospitais e com falta de recursos para a implementação das assistências sociais básicas. Também, nota-se maior incidência de assassinatos, roubos, agressões físicas e, sobretudo, assassinato por questões políticas. Como destaca Rui Jorge Semedo (2011), a Guiné-Bissau como maioria dos países africanos após a independência não trouxe grandes mudanças em termos de liberdades e de direitos humanos, e nem se transformou instrumento de existência de oportunidades desenvolvimentistas, pois a mesma opressão sofrida na época dos colonizadores se permaneceu nos governos nacionais depois da libertação colonial. Esta última manifestação de violência, conforme insinuado acima, também está presente em outras

regiões do país, que não necessariamente se caracteriza pelas precariedades antes descritas.

Compreender tais realidades violentas no contexto atual em Guiné-Bissau e a partir de uma perspectiva sociológica pode ser atravessado por vários caminhos analíticos. No entanto, o plano discursivo constitui o centro da atual pesquisa, por considerar não só a importância deste campo na compreensão de realidades sociais, como aponta (MICHEL FOUCAULT, 1970 & NIKLAS LUHMANN 1971), como também o vazio que existe em Guiné-Bissau com relação a este tipo de pesquisa vinculada à violência política. De igual forma, a facilidade de acesso à informação também acabou influenciado por esta escolha analítica.

Segundo Cleudemar Alves Fernandes (2007), o discurso não é uma linguagem, texto e nem a fala. Portanto, para o autor, o discurso ultrapassa limites linguísticos e se encontra inserido nas questões ideológicas e sociais que aparecem nos pronunciamentos orais no decorrer da sua execução. Por sua vez, Dominique Maingueneau (2014) argumenta que o ethos discursivo é enxergado pela sociedade como ferramenta de análise, mas isso só pode ser afirmado perante os tipos de discursos. Pois, quando é tomado como material investigativo, produzindo locuções não especializadas e, ainda quando se trata de uma análise de discurso vinda da internet, acaba dificultando mais a percepção da noção do ethos que tinha como a função a retórica ou analisar um certo discurso.

A perplexidade evocada pelo Maingueneau (2014), sobre a noção do ethos discursivo definido como uma categoria de análise complexa que outrora parte do senso comum quando é caracterizado num discurso simples. Ora, para transformar num conceito científico, necessita de transformações adequadas e limitadas ao campo social que o pesquisador pretende analisar o referido ethos discursivo, pois ele permanece sempre híbrido. Na mesma linha, o autor realçou que a noção do ethos também é usada nas ciências sociológicas, ou seja, não é uma categoria utilizada só nas linguagens. Autores como: Max Weber, Norbert Elias e Pierre Bourdieu já usavam essa categoria para reflexões sociológicas.

A partir das ideias anteriormente expostas, que revelam a importância dos discursos na compreensão da realidade social e suas complexas interconexões, bem como o desprovimento de estudos em Guiné-Bissau focados na análise da violência política no plano do discurso, a presente pesquisa parte da seguinte interrogante: Como a violência na Guiné Bissau é reportada nas relações sociais de políticos? Os ethos discursivos refletem formas de violência no país? Desta forma, este trabalho se propõe como objetivo

geral: Analisar os *ethos* discursivos que sendo subjazem às narrativas voltadas ao governo da República da Guiné-Bissau dos últimos cinco anos, manifestam formas de violência política no país.

Para auxiliar na concretização desse propósito geral, e seguindo algumas metodologias próprias da análise do discurso Dominique Maingueneau (2008), a pesquisa também prevê cumprir com vários objetivos específicos. Estes são: 1) descrever formas de violência política na construção dos *ethos* pré-discursivos e discursivos que subjazem às narrativas voltadas ao governo da República da Guiné-Bissau, dos últimos cinco anos; 2) identificar manifestação de violência política na construção dos *ethos* ditos e mostrados que constituem as narrativas voltadas ao governo da República da Guiné-Bissau, no período antes referido.

Para o desenvolvimento da pesquisa aplica-se metodologia qualitativa, utilizando revisão bibliográfica dos autores que debateram sobre esse tema, análises dos jornais online (Jornal O Democrata, Correio de Manhã, O Público, Voz de América para África, etc.) e seus respectivos comentários nas plataformas das redes sociais como Facebook, que serve como fórum de debate entre guineenses residentes em diversos lugares do universo e o método conhecido como Análise Crítica do Discurso (ACD), mediante a categoria: *ethos* discursivos (MAINGUENEAU, 2008).

Reconhecendo a diversidade político-ideológica dos atores que atuam na arena política guineense, esta análise abordará os discursos de alguns membros do governo atual, bem como de ativistas sociais e políticos cujas declarações fomentam ódio e divisões sociais, comprometendo qualquer possibilidade de convivência democrática.

As análises foram realizadas com base em publicações da página oficial do jornal *O Democrata* da Guiné-Bissau no Facebook, bem como dos jornais *Correio da Manhã* e *Público* (ambos de Portugal), além dos veículos internacionais *Voz da América para África* e *Deutsche Welle (DW) África* nos períodos de 2023 a 2025. Para facilitar a abordagem analítica, utilizarei as categorias de *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo (*ethos* dito e *ethos* mostrado), conforme a proposta do linguista francês Dominique Maingueneau. A primeira categoria assinalada aborda as representações que o público constrói do enunciador antes que ele inicie as suas manifestações (Maingueneau, 2011). A segunda categoria é constituída pelos *ethos* ditos e mostrados nos discursos que, ao mesmo tempo, relacionam-se ao *ethos* do “enunciador” que realça e constrói a verdadeira imagem que não foi exposta e revelada por meio dos gestos e atos do enunciador.

Enquanto para Célia Zeri de Oliveira et al (2022), a análise do discurso é um campo de pesquisa composto por múltiplas abordagens, em grande parte qualitativas, que se ocupa das relações entre o uso da língua e o mundo social. Neste contexto, iremos debruçar minuciosamente sobre diversos textos discursivos e relatos das vítimas, comentários da população civil nas redes sociais, bem como analisar as falas do chefe de estado e demais órgãos de soberania nacional, ONGs e Organizações da Sociedade Civil (OSC) sobre a violência. De forma resumida, o trabalho será estruturado da seguinte forma: Introdução, o primeiro capítulo realça sobre a violência no campo de estudo da Sociologia. O segundo capítulo será direcionado sobre violência na república da Guiné-Bissau. Por fim, terceiro e último capítulo descreve sobre violência política em narrativas civis e governamentais em Guiné Bissau: aproximações a partir da análise do discurso. Na parte final, farei uma análise geral para concluir.

CAPÍTULO 1: CONCEITUAÇÃO SOCIOLÓGICA DA VIOLÊNCIA: DA PERSPECTIVA CLÁSSICA À CONTEMPORÂNEA

A palavra violência provém da língua latim *violentia*, e tem significado o uso da força contrária às leis ou direito dos outrem. Desta forma, práticas associadas a este conceito têm existido historicamente desde as sociedades mais antigas, ou seja, no Estado da Natureza os seres humanos usaram as forças para dominar uns aos outros, repercutindo na produção e reprodução de ameaças, mortes, guerras e conflitos. Na assertiva de Thomas Hobbes, “o homem é lobo do homem” (Hobbes, 1973).

Na contemporaneidade, a violência tem adquirido outras conotações conceituais, abrangendo várias vertentes sociais que antes não eram vistas como atos violentos. Dentre estas destacam: violência de gênero (Laeda, 2020), violência moral ou psicológica, violência simbólica (Bourdieu, 1989) e violência política, sendo está última a que interessa abordar neste estudo.

Durante muito tempo a prática da violência social imperou nas sociedades humanas antigas e, só na instituição da modernidade que a prática do uso da força se extinguiu e/ou reconfigurou com a criminalização das atitudes consideradas abusivas e passou a ser judicializadas e consideradas crimes através da criação das leis. No entanto,

em vários países, práticas violentas como assassinato, torturas e etc. continuam presentes, como é o caso da Guiné-Bissau.

Segundo Rosa et al, (2017) podem ser entendidas como violência e consideradas crimes e punidos rigorosamente com as repressões o sujeito que violou aquilo que foi considerado regra social. Conflitos, relações de poder, violências em suas mais distintas formas, ou mesmo as guerras, dentre outros aspectos que pressupõem a tentativa de exercício da força de um sujeito ou grupo sobre outro, é algo presente em praticamente todas as sociedades existentes. Portanto, embora ao longo dos anos se tenha buscado tratar de tais inconvenientes que habitam nossas relações cotidianas, dificilmente conseguiremos evitar a incidência desse tipo de tortuosidade. (ROSA et al, 2017, p. 9)

Pois bem, entre vários tipos de violências, como: conflitos, relação de poder, guerras ou violência em suas diferentes formas, citadas pela Rosa et al, 2017 (no volume nº 1 da sociologia da violência publicado em 2017), são exemplos idênticos do que está acontecendo na Guiné-Bissau na contemporaneidade.

1.1 Violência no pensamento sociológico clássico

Conforme argumenta Karl Marx (2011), o método utilizado pelo sistema capitalista em explorar a mão de obra dos proletariados e de apropriar das terras comandadas pela agricultura familiar de subsistência das populações nativas. Ou seja, a invasão do continente americano e africano para explorar os recursos e transformar a mão de obra indígena e africana numa espécie de sustento da economia capitalista só se concretizou com a instauração da violência. E ainda para ele, “na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” Marx (2011, p. 960).

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2011, p. 961).

A perspectiva de Marx (2011), revela a forma violenta e desumana que a expansão capitalista atua na apropriação de terra em vários países do mundo, sem respeitar as relações tradicionais dos indivíduos que lá vivem e sem ponderar no aspecto relacional da população local com aquele espaço. Como podemos exemplificar com o acontecimento da expansão de agronegócio capitalista em Moçambique, concretamente

na região de Nampula, Corredores de Nacala que é considerado pela Prosavana e Vale¹ como um espaço idêntico com o estado de Mato-Grosso, ou seja, características desse espaço geográfico africano é semelhante ao desse Estado brasileiro. Pois, segundo Elizabeth Alice Clements & Bernardo Mançano Fernandes (2013), a venda da terra pelo governo moçambicano a empresa Vale teve envolvimento de 23.780 hectares para fins de instauração da mineração e que acabou na reassentamento de 1.313 famílias, aproximadamente cerca de 5.000 pessoas e essas terras tomadas pertencia grupos tradicionais que praticavam agricultura de subsistência.

Ora, a referida propriedade passa a ser um campo de negócio capitalista e, no início eles foram iludidos e enganados de que a região precisava de uma espécie de promoção de desenvolvimento da tecnologia agrária e que essas referidas famílias serão empregadas nas indústrias por eles construindo. Esses camponeses aceitaram a proposta e no decorrer do tempo perceberam que o combinado não está sendo cumprido recorreram à administração local e pediram as suas terras de volta. Por causa desse evento, sofreram ameaças e o governo moçambicano colocou a sua força coercitiva no local, os pobres camponeses recorrem nas lutas judiciais, mais sem efeitos. Porém, as teorias de Marx sobre violência capitalista permanecem vigentes na contemporaneidade. Estas se manifestam da mesma forma ou ainda mais severa que as épocas passadas.

Na Inglaterra, o ponto de partida das transformações que culminam com o aparecimento da figura do arrendatário capitalista, seu germe mais primitivo, é o bailiff, ainda servo. Sua posição é análoga à do villicus da velha Roma, embora com uma esfera menor de atribuições. Durante a segunda metade do século XIV, é substituído por um colono a quem o landlord fornece sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito diferente da do camponês. Apenas explora mais trabalho assalariado. Logo se torna parceiro, um tipo que se parece mais com o verdadeiro arrendatário. O parceiro fornece uma parte do capital, o landlord a outra. Ambos dividem o produto total em proporção contratualmente estabelecida. Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra para dar lugar ao arrendatário propriamente dito, que procura expandir seu próprio capital empregando trabalhadores assalariados e entrega ao landlord uma parte do produto excedente em dinheiro ou em produtos, como renda da terra. (MARX, 2013, p. 864 apud Gonçalves e Chagas, 2020 p.64)

Em termos gerais, a situação das classes inferiores do povo tem piorado em quase todos os sentidos; “os pequenos proprietários fundiários e arrendatários foram rebaixados à condição de jornaleiros e trabalhadores mercenários, ao mesmo tempo que se tornou cada vez mais difícil ganhar a vida nessa condição” (MARX, 2011, p.974). A lógica

¹ O ProSavana foi um programa de cooperação tripartida entre Brasil, Japão e Moçambique para desenvolver a agricultura na região do corredor de Nacala, no norte de Moçambique. Vale é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país. É uma das maiores empresas de mineração do mundo e também a maior produtora de minério de ferro, de pelotas e de níquel.

violenta da expropriação da população camponesa das suas terras em prol da produção capitalista conduziu a grandes êxodos e ruínas nas produções da sustentabilidade desses camponeses. Para ajudar a entender essas relações de violências entre os colonizadores e nativos guineenses procurarei trazer a obra do martinicano Frantz Fanon (1968), “Os Condenados da Terra” que ajudará na forma mais nítida de perceber como se desenvolveu essas violências.

De acordo com Fanon (1986, p. 29) a revolução pacífica é o caminho ideal, mas quando não existe a outra saída é necessária uma revolução violenta, pois não existe mecanismo para negociar com os violentos. Daqui que para este autor “a violência, portanto, é um método de libertação diante de uma realidade de ausência da dialética do reconhecimento” (FANON, 1968, p.29).

Como se sabe, países como: Alemanha, Portugal, Inglaterra, Holanda, Espanha, Bélgica, entre outros, invadiram os continentes africano, asiático e americano de uma forma violenta, pilharam os nossos recursos, escravizaram nossos antepassados e exploraram a mão de obra destes. Por consequente, alguns países como Portugal, não aceitou uma independência pacífica, no caso da Guiné-Bissau, o líder da luta contra o colonialismo português na Guiné-Bissau e também considerado o fundador da nacionalidade guineense, Amílcar Lopes Cabral, um intelectual e revolucionário que bebeu da fonte do marxismo-leninismo, pan-africanista e defensor da negritude, tentou várias vezes uma negociação para uma independência sem que custasse sangue e suor, ou seja, uma libertação pacífica do país em causa, mas o governo imperialista português rejeitou a proposta.

Portanto, em 3 de agosto de 1959, aconteceu a maior atrocidade por parte dos colonialistas portugueses, que condicionou a causa imediata da revolução violenta na Guiné-Bissau, que culminou com uma guerra que durou 11 anos, para o alcance da nossa independência total. No entanto, no dia 3 de agosto de 1959, aconteceu o “Massacre de Pindjiguiti”, um grupo de marinheiros, estivadores e trabalhadores guineenses foram violentamente reprimidos e espancados por funcionários coloniais, polícia e militares portugueses, repressão que dizimou mais do que cinquenta pessoas e cerca de cem feridos.

Figura 1: Ilustração do Massacre de Pindjiguiti



Fonte: Imagem do arquivo da revista Esquerda.

Esse acontecimento de massacre contra os trabalhadores que simplesmente se encontravam no lugar de explorados e foram exigir condição de trabalho melhor e um salário digno aos invasores portugueses que lhes transformou de escravizados no interior do seu próprio país, foram mortos e feridos em defesa dos seus direitos. Essa atitude cruel e covarde por parte daqueles que detinha poder de exercer a violência propositadamente por questões almeçadas de amedrontar os proletários quando este não alinha com desejos do capitalismo, isto é, o lucro funciona no capitalismo como pulmões, se parar de respirar o ar exploratório ele sufoca e morre. Portanto, não existe o capitalismo onde não existe exploração.

Na perspectiva de Émile Durkheim (2007), a violência deve ser pensada na possibilidade de fato social, pois numa sociedade com nível da desigualdade social tremenda, condições de vida precárias, fome e falta de oportunidade para alguns e outros com nível de acesso facilitado, ou seja, essas diferenças são de fato condições que proporciona prática da violência. E ainda, ele reitera que a violência está presente em todos os âmbitos, mas em especial no espaço urbano. Para Durkheim, muitas das vezes o Estado usa o seu braço armado para coagir a sociedade sem tentar compreender os fenômenos que causam tais violências e os caminhos que devem ser percorridos para resolver elas.

Do mesmo modo, Durkheim (2007) ressalta que o crime social não deve ser visto como a prática de uma determinada sociedade, mas sim, pode ser encontrada em qualquer sociedade onde existam relações sociais. Nessa ótica, os lugares que existem desigualdades sociais altas, a complexidade e julgamento preconceituoso sobre um determinado grupo ou raça é evidente. Logo, os locais considerados perigosos são sempre os lugares periféricos. Pois, Durkheim (2007), afirma que as formas de crimes mudam, os atos violentos não serão os mesmos, mas sempre em toda parte vai ter homens com sentidos contrários às regras postas pelas sociedades.

Desde o começo do século, a estatística nos fornece o meio de acompanhar a marcha da criminalidade; ora, por toda parte ela aumentou. Na França o aumento é de cerca de 300 por cento. Não há, portanto, fenômeno que apresente da maneira mais irrecusável todos os sintomas da normalidade, já que ele se mostra intimamente ligado às condições de toda vida coletiva. Fazer do crime uma doença social seria admitir que a doença não é algo acidental, mas, ao contrário, deriva, em certos casos, da constituição fundamental do ser vivo; seria apagar toda distinção entre o fisiológico e o patológico. Certamente pode ocorrer que o próprio crime tenha formas anormais; é o que acontece quando, por exemplo, ele atinge um índice exagerado. Não é duvidoso, com efeito, que esse excesso seja de natureza mórbida. O que é normal é simplesmente que haja uma criminalidade, contanto que esta atinja e não ultrapasse, para cada tipo social, certo nível que talvez não seja impossível fixar de acordo com as regras precedentes (Durkheim, 2007, p. 67).

Apesar de ser uma citação um pouco paradoxal, seria necessário realçar os fenômenos sociais que condicionam a prática dessa violência, muito embora, segundo ele, a prática criminal é inerente a qualquer sociedade, porque é impossível localizar uma sociedade que não protagoniza o crime. No entanto, é imprescindível não destacar os fatores condicionantes dessa violência social, ou melhor dizendo em outras palavras, esse fato social:

O crime, conforme mostramos alhures, consiste num ato que ofende certos sentimentos coletivos dotados de uma energia e de uma clareza particulares. Para que, numa sociedade dada, os atos reputados criminosos pudessem deixar de ser cometidos, seria preciso que os sentimentos que eles ferem se verificassem em todas as consciências individuais sem exceção e com o grau de força necessário para conter os sentimentos contrários. Ora, supondo que essa condição pudesse efetivamente ser realizada, nem por isso o crime desapareceria, ele simplesmente mudaria de forma; pois a causa mesma que esgotaria assim as fontes da criminalidade abriria imediatamente novas (DURKHEIM 2007, p. 68).

Durkheim (2007) considera que é preciso que as sociedades organizem e agirem com mais ardor, para que os dominadores sentissem o peso e consigam entrar nas consciências destes e perceber que proibiram e fecharam pensamento coletivo de um povo e as suas histórias através do direito penal, e que estes não podem obter da outra fonte

que lhes impuseram através da força maior. Sobre este argumento, expressa o sociólogo francês:

Mas não se percebe que esses estados fortes da consciência comum não podem ser assim reforçados sem que os estados mais fracos, cuja violação dava antes origem apenas a faltas puramente morais, sejam igualmente reforçados; pois os segundos são apenas o prolongamento, a forma atenuada dos primeiros. Assim, o roubo e a simples indelicadeza não ofendem senão um único e mesmo sentimento altruísta: o respeito à propriedade de outrem. Só que esse mesmo sentimento é ofendido de modo mais fraco por um desses atos do que pelo outro; e como, além disso, ele não tem na média das consciências uma intensidade suficiente para sentir vivamente a mais leve dessas duas ofensas, esta será objeto de uma maior tolerância. Eis por que se censura simplesmente o indelicado, ao passo que o ladrão é punido. Mas se o mesmo sentimento tornar se mais forte, a ponto de fazer calar em todas as consciências aquilo que inclina o homem ao roubo, ele se tornará mais sensível às lesões que, até então, apenas o tocavam levemente; ele reagirá, portanto, com mais firmeza contra elas; tais lesões serão objeto de uma reprovação mais enérgica que fará passar algumas delas, de simples faltas morais que eram, ao estado de crimes. Por exemplo, os contratos indelicados ou indelicadamente executados, que implicam apenas uma reprovação pública ou reparações civis, se tornarão delitos (DURKHEIM, 2007, p. 69).

No entanto, Durkheim (2007), reitera que não pode haver uma sociedade sem divergência em alguns grupos e, essas pessoas envolvidas vão ter os que apresentam com características criminosas, o que revela esse caráter não é porque está ligado a posição do indivíduo considerado criminoso, mas a forma que a sociedade vai construir e atribuir a consciência dos indivíduos comuns.

É nesse sentido, que Durkheim (2007), destaca que “o crime é, portanto, necessário; ele está ligado às condições fundamentais de toda vida social e, por isso mesmo, é útil; pois as condições de que ele é solidário são elas mesmas indispensáveis à evolução normal da moral e do direito”.

No período clássico da sociologia como ciência, o sociólogo alemão, Max Weber (2019), entendia que o Estado usufrui meios peculiares visando exercer a violência legítima à sociedade. Dentre estes meios ressaltam o uso de um braço armado e da coação física, como manifestações desse instrumento fundamental -embora não único- do Estado, que é a violência. Logo, o autor afirma que todo Estado é fundado em vias da força, tendo também como características a monopólio legítimo do uso da força física (WEBER, 2019)

Por consequente, a assertiva do Weber (2019) apresenta forma ampla de como o Estado se institui a violência física como modelo de repressão social e da dominação do homem pelo homem, ele atua violentamente e revela o desejo de intimidar a população comum. Para Weber (2019), todos os indivíduos que se integram na política aspiram ao poder, pois seja porque consideram ele como instrumento que pode lhe chegar alguns fins, ou pode ser por causa da ideia egoísta de alcançar o poder para sentir a sensação de

prestígio em relação aos outros. E ainda, o autor acrescenta que historicamente os agrupamentos políticos utilizam a lógica da violência como algo legítimo no Estado, com intuito do princípio da dominação. Logo, o Estado só pode existir quando os dominados aceitam condições que eles foram colocados por dominadores. Mas, para que essa dominação seja aplicada seria necessário enaltecer os três fundamentos da legitimidade: poder tradicional, poder carismáticos e poder legal-racional.

O primeiro fundamento, refere-se à autoridade e ao poder que impera através de passados eternizados e de crenças na santidade de tradições, costumes e valores. Assim, a perpetuação destes elementos constitui incentivo para a sua repetição no presente (WEBER, 2019). O segundo fundamento tem a ver com o poder carismático, que alude a ao carisma da pessoa extraordinária com poder singular e prodigiosa. Este é ancorado em crenças sobre características excepcionais de autoridades, como dons, heroísmo, etc. Por último, Weber realça como terceiro fundamento o poder legal-racional. Este faz referência à autoridades instituídas em razão da legalidade entendida como racionalidade suprema. Este é o modelo de Estado que a maioria da classe social e política da modernidade nos oferece, princípios competentes de uma legalidade, ou seja, sistema fundado na regra racional estabelecida (WEBER, 2019).

Ora, o papel do Estado de condicionar a obediência das populações comuns ou de criar uma sociedade de corpos dóceis como realçou Michel Foucault (1999), que mais na frente irei enaltecer. Antigamente os súditos são amedrontados porque a sua segurança era condicionada pelos senhores, pois estes eram vistos como poderosos que podiam ser castigados na terra, assim como no céu, caso da violação ou desobediência, pois era comum no Ocidente na idade média a prática do julgamento e punições nas praças públicas, ou seja, a prática de suplício, que serve para deixar todos presentes ali que se não fosse obediente pode passar pela mesma crueldade que o condenado é posto, Foucault (1999).

Tendo em vista meu objetivo, limitar-me-ei a registrar esta constatação de ordem puramente conceitual: o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que tendo esse objetivo, reuniu nas mãos de dirigentes os meios materiais de gestão. Equivale isso a dizer que o Estado moderno expropriou todos os funcionários, que segundo o princípio dos “Estados” dispunham outrora, por direito próprio, de meio de gestão,

substituindo-se a tais funcionários, inclusive no topo da hierarquia (WEBER, 2019, p.59).

Apesar dos Estados serem considerados principais legalistas pela consolidação do estado de direito e democrático, assertiva de Weber (2019), destaca que Estado outrora, serve de maior opressor com a sua classe social, a forma que a dominação permanece no seio dos funcionários e, vestidas das franjas das instituições jurídicas instrumentalizadas e seletivas, onde as classes sociais desfavorecidas devem continuar sob monopólio hierárquico estatal e ainda permeada com a violência física legitimada, caso desobedece. De fato, que o Estado ou a política sempre teve na sua frente homens com intuito de viver exclusivamente dela e não para ela, como bem ilustrou que os homens economicamente dependentes não tinham interesses de participar ativamente na política, ou seja, que estes tinham a política como atividades secundárias, esses entram na categoria de viver para política (WEBER, 2019). Os primeiros vivem dela para salvaguardar os seus interesses usando as suas prerrogativas de classe dominante e tirar vantagens exploratórias em prol de benefício econômico Weber (2019). Essa espécie dos políticos que estão repletos em alguns Estados africanos, em particular, na Guiné-Bissau.

Na compreensão das diferentes formas da violência, Georg Simmel também faz seus aportes. Segundo Simmel (1964), o conflito entre as partes deve ser considerado como uma forma de causar e modificar grupos de interesses, unificar e organizar. E ainda, para ele o conflito mesmo sendo para condenar ou acompanhar parece paradoxal afirmar que ele é uma forma de associação. Ele destaca ainda, que “se indivíduo quer a paz, é necessário que se prepare para a guerra” (1964, p.567).

Se todas as interações entre os homens é uma associação, o conflito, - afinal uma das interações mais vivas, que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo sozinho, - deve certamente ser considerado como associação. E, de fato, os fatores de dissociação - ódio, inveja, necessidade, desejo, - são as causas da condenação, que irrompe por causa deles. Conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio (SIMMEL, 1964, p.568).

No entanto, o conflito é uma forma de interação que pode conduzir as partes nas violências tanto emocionais ou simbólicas, assim como, física. Mas, ninguém abraça e nem sente saudável essa interação, ou seja, as formas de dissociação que Simmel aponta, como: inveja, ódio, desejo, necessidade, que causa condenação e rompe com associação de qualquer organização, o conflito é tido como a solução positivo para resolução de qualquer dualidade, pode ser par o bem ou mal. Isto é, conceitualmente ele impera com

duas faces da moeda: positivo ou negativo dependendo da situação ocasional que se encontra.

De acordo com Simmel (1964), o conflito é visto sociologicamente com o caráter positivo, mesmo considerado pela sociedade como a negação da unidade. Ele deve ser entendido como elo entre as relações, pois em todas as relações o conflito fará a parte, pode ser relação religiosa, amorosa, de trabalho ou familiar. Assim como o universo precisa de “amor e ódio”, isto é, de forças atrativas e repulsivas, a fim de dispor de qualquer forma, do mesmo modo, a sociedade, também, para atingir uma forma determinada, precisa de alguma razão quantitativa de harmonia e desarmonia, de associação e de concorrência, de tendências favoráveis e desfavoráveis. Mas estas discórdias não são meros instrumentos sociológicos passivos ou instâncias negativas.

Como podemos ver nas assertivas de Simmel (1964), parece que em qualquer que seja relação ou associação os indivíduos se encontram num modelo de “prós e contras”, vida ou morte, paz e guerra, saúde e doença, violento e não violento etc. todos queiram fazer parte de uma parte meramente positivo nos olhos sociais, mas que não pode existir sem o seu oposto. Queremos construir uma sociedade menos violenta e democrata, porém, enquanto existir sociedade e as relações sociais vamos lidar com problemas, conflitos, violências, abusos de poder e uso indevido das forças.

Muito embora todos esses autores clássicos da sociologia abordaram de uma forma clara a violência social desde os tempos mais distantes até os períodos da sua existência, mas podemos entender que cada qual decorou e explicou a violência partindo das suas próprias experiências e teses. Como podemos ver nas assertivas de Weber, Marx e Durkheim, para o primeiro a violência é a forma que a diferente classe social utilizou para dominar outrem, pois a sociedade capitalista utiliza esse método como a forma de coerção e impondo a dominação para melhor explorar a classe social desfavorecida.

Portanto, nessa perspectiva o autor acrescenta que o Estado é o único órgão legítimo de praticar violência, através das suas forças de defesa e segurança. E ainda, afirma que todo Estado é fundado em vias da força, se as estruturas sociais da violência não existissem, o que chamamos de “Estado” simplesmente o desaparecia e, a violência para Weber não é o único elemento válido de Estado, mas é o seu instrumento fundamental. Pois ele inverte o cenário da violência e tira da sociedade para assumir o próprio mal social considerado pelo próprio Estado, como acontece em diferentes pontos do universo na sociedade contemporânea. Por fim, para Weber (2019), a violência pode

ser explicada através da forma que uma classe tenta dominar a outra classe de uma forma coercitiva e abusiva.

Para Marx (2011), a violência foi a forma que as sociedade capitalista e pré-capitalista utilizaram como o método de exploração de mão de obra de escravizados e camponeses na era do feudalismo e de proletários na contemporaneidade. Portanto, Marx realça que para isso foi possível só com instauração da violência, E ainda para ele, “na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar e apropriar dos recursos através das violências. Conforme suas interpretações, o capitalismo só pode existir quando é sustentado com a exploração de mão de obra com intuito de obtenção de lucros, transversalmente à expropriação da população local de seus respectivos lugares da agricultura familiar de sustentabilidade. Pois bem, essa prática vai dar lugar ao processo de acumulação primitiva que segundo ele, é histórico da exploração do proletariado e a produção do ritmo capitalista (MARX, 2011).

Na perspectiva sociológica, o início de todo esse conflito exploratório pode ser situado quando o ser humano instituiu a propriedade privada. No estado de natureza, segundo essa concepção, não havia preocupação com barreiras artificiais — ninguém possuía propriedade, tudo pertencia a todos. A violência na sociedade, portanto, pode ser explicada de forma transversal pela invasão, expropriação, grilagem de terras e pela exploração da mão de obra do homem pelo homem (MARX, 2011).

Durkheim (2007), por sua vez, aborda a violência a partir da ótica do crime, especialmente da violência urbana. Para esse autor, a violência está presente em todas as sociedades, mas manifesta-se de forma mais acentuada nos espaços urbanos. Em contextos marcados por elevados níveis de desigualdade, feminicídio, latrocínio, estupro, racismo, sexismo, fome e pobreza, os índices de criminalidade tendem a ser ainda mais altos. Na sua perspectiva, todas essas manifestações de violência podem ser compreendidas por meio da noção de fato social, categoria de análise criada por ele no campo da sociologia.

Enfim, no próximo subtítulo, a discussão se concentrará no pensamento de sociólogos contemporâneos sobre a violência no âmbito social e político, com foco nas conceitualizações que serão dirigidas para o debate atual sobre a violência num campo social mais vasto e desafiador.

1.2 Violência no pensamento sociológico contemporâneo

Na contemporaneidade o debate sobre a violência e a forma de combatê-la se tornou preocupação de muitas sociedades que constituem o universo. Portanto, pensadores/as contemporâneos/as descreveram várias razões que historicamente originou a propagação da violência e uso das forças nas resoluções de problemas desde as sociedades mais antigas e que desaguou e perpetrou nas sociedades atuais por falta de ponderação e da luta desenfreada dos homens pelo poder. Ora, autores/as como: Norbert Elias, Hannah Arendt, Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Randall Collins e Loïc Wacquant vão nos facultar entender quais caminhos a violência social e política percorreu e de que forma inseriu nas vidas sociais contemporâneas.

Norbert Elias (1993), através do conceito de sociogênese do Estado, nos indica como que a monarquia do pai de Luís VI se sentiu ameaçado com os meios bélicos e econômicos da família Capeto, que este superou os restos das famílias feudais no ducado da França. No entanto, ele depois de atravessar duras lutas com a família Montlhéry, teve que fazer um acordo com essa família e daria um dos seus filhos de 10 anos, a herdeira da família Montlhéry e só assim colocaria o castelo em seu controle. Portanto, essa crônica revela como era a vida na Europa medieval naquela época, todos viviam num estilo de vida do medo, da violência e da crueldade, onde o que imperava era a lei da força.

Pouco antes de morrer, disse ele a seu primogênito, Luís VI: Guarda bem aquela torre de Montlhéry que, causando-me tantos tormentos, envelhece-me precocemente, e por causa da qual jamais desfrutei paz duradoura ou verdadeiro repouso... ela era o centro de gente pérfida, de perto e de longe, e as desordens só ocorriam através dela ou com ajuda dela... porquê... estando Montlhéry situada entre Corbeil, por um lado, e Châteaufort, por outro, cada vez que surgia um conflito, Paris ficava isolada e as comunicações entre Paris e Orléans tornavam-se impossíveis, exceto com emprego de força armada (ELIAS, 1993, p. 85).

Como aponta Elias (1993), a sociedade vivia nessa época intrinsecamente ligada a violência, todos tinham desejo de ter uma vasta área territorial, uma economia financeira e poderio militar, só assim conseguiria ter monopólio das outras sociedades. Pois, quando consegue acumular mais terra, mais é a sua expansão hegemônica de controle sobre outrem. Portanto, o desejo de querer impor a sua política ditatorial aos outros, ou seja, nessas sociedades as monarquias sempre vão olhar as famílias poderosa economicamente e com vasto territórios terrestres como uma ameaça a família real, logo, atuação dessas famílias deve ser subjugadas e destituídas para que não pudesse sumir o poder destes

futuramente, com isso, abrirá o caminho para diversos ódios, guerras, pilhagens e invasão entre famílias vizinhas.

Nesse sentido, Elias (1989), destaca que não existe um padrão da agressividade em diferentes nações que compõe o ocidente, pois se for pensada as agressividades feitas nas nações ditas “civilizadas” em comparação com as “incivilizadas” o gráfico apresentará uma enorme diferença, pois como o autor indicou no exemplo entre os guerreiros abissínios que é reconhecido como fracos em parte com o aparato militar de exército civilizado e também das tribos nos períodos das imigrações, as agressividades das nações ditas “civilizadas” ainda persistem embora de outras maneiras e atreladas a outros significados e afetos. Conseqüentemente Elias (1989), aponta que a vida na sociedade medieval era bizarra devido a estrutura social dessa época. As guerras, pilhagens, caça entre os homens e de animais eram comuns para satisfazer a necessidade vital, ou seja, os fortes e os poderosos tinham prazer de práticas resumidas a violência.

“Eu vos digo”, conta um hino de guerra atribuído ao menestrel Bertran de Born, “que nem comer, nem beber, nem dormir tem tanto sabor para mim como ouvir o grito 'Para a frente!', de ambos os lados, e cavalos sem cavaleiros refugando e relinchando, ouvir o grito 'Acudi! Acudi!' e ver o pequeno e o poderoso tombarem na grama das trincheiras e os mortos atravessados pela madeira de lanças adornadas com flamulas! (ELIAS, 1989, p. 191).

Assim sendo, o hino revela como era importante o uso da força e ser violento nessa comunidade, pois era autêntica lei da selva, só viviam os fortes e os poderosos. Além disso, tinha uma outra canção violenta que os soldados gostavam, e esse canto insinuava fortes violências na sua melodia, que segundo Elias (1989), não era apenas uma música, mas eram as práticas que marcavam a vida social daquela época.

A guerra, declara uma das chansons de geste, significa descer como o mais forte sobre o inimigo, cortar suas videiras, arrancar pelas raízes suas árvores, assolar suas terras, tomar de assalto seus castelos, entupir seus povos, e matar suas gentes. Um particular prazer vem da mutilação de prisioneiros: "Por minha honra", diz o rei na mesma canção, "rio do que dizeis, não dou um ceitel por vossas ameaças, 'cobrirei de vergonha cada cavaleiro que capturar, cortarei seu nariz ou orelhas. Se for sargento ou mercador, perdera um pé ou um braço" (ELIAS, 1989, p.192).

Observa-se que nessas sociedades a tortura e a morte era vulgar e socialmente permitida, pois não existia punições para os atos severamente cruel, a única ameaça e fator que cria o medo era de perder uma batalha com os seus adversários mais fortes. A prática de roubo, de assassinato e pilhagem era comum nessa sociedade e além demais, a própria estrutura social convidava os seus membros a comportar daquele jeito. A vida dos prisioneiros naquela época era difícil, maioria deles eram mortos ou mutilados que não

serviam para fazer nenhuma tarefa laboral, pois segundo a lógica dos guerreiros, devolver os prisioneiros vivos e não seria alimentar o exército dos inimigos e, manter eles presos, significa que vai precisar de gastar os recursos em alimentá-los, então, a melhor opção é ceifar a vida deles ou devolvê-los mutilados.

Pois, Elias (1989), afirma que os guerreiros desse período não amavam só a violência, ou seja, a guerra, mas sim, viviam dela. Passava a sua fase da juventude em se preparar para isso e, quando chega a idade permitida para se inserir na fileira dos cavaleiros, eram armados para fazer a guerra. E ele ia ficar nessa vivência até velhice, pois a sua vida não tinha a outra importância, a guerra para eles era o estado normal das coisas, o futuro era relativamente incerto no meio das incertezas, pois o vencido de hoje pode ser o derrotado de amanhã, todos viviam uma vida de desconfiança e medo.

Portanto, essas práticas violentas convividas ao longo do tempo na sociedade da idade média se alastrou e perpetrou na sociedade contemporânea da forma mais moderada e pensada na expansão e ocupação das outras sociedades não europeias, com propósito de ocupar, escravizar, pilhar os recursos destes em nome da civilização, da religião e de trocas comerciais de uma forma violenta e forçada.

Além disso, é importante realçar a noção do ethos tradicional em Elias (1994), que traz um conceito na qual vigora atualmente na sociedade Bissau-guineense. O ethos tradicional para ele se baseia na relação de parentesco, ou seja, é uma forma de unidade de sobrevivência baseada numa família grande ou clã. Portanto, um membro da família que destaca politicamente ou economicamente deve incumbir de ajudar os seus parentes no caso se esses solicitassem, mesmo para lhes indicar nos cargos estatais, que para os governos dos países mais desenvolvidos são consideradas práticas ilegais e corruptas.

Assim, fica difícil para as altas autoridades de uma nação recém-independente recusar apoio a seus parentes quando eles tentam conseguir um dos cobiçados cargos estatais, mesmo subalternos. Considerada em termos da ética e da consciência das nações mais desenvolvidas, essa nomeação de parentes no preenchimento de cargos estatais é uma forma de corrupção. Em termos da consciência moral pré-nacional, ela constitui um dever e, uma vez que todos a praticam na luta tribal tradicional pelo poder e pelo status, uma necessidade. Na transição para um novo nível de integração, portanto, há conflitos de lealdade e consciência que são, ao mesmo tempo, conflitos de identidade pessoal (ELIAS, 1994 p.121).

Essa citação revela nas sociedades “menos desenvolvidas” a relação do indivíduo era muito mais ligada ao seu espaço do nascimento, ou seja, a sua relação com a sua tribo ou grupo étnico era muito mais estreito, pois esses serão suporte protetivo se houvesse a necessidade, como aponta Elias (1994), as unidades pré-nacionais.

Hannah Arendt (2016), em sua análise sobre a violência política, interpreta que o poder é um instrumento de domínio, uma vez que este se origina de um instinto de dominação. Nesse sentido, ela recorre às abordagens de Jean-Paul Sartre, que entende que “um homem se sente mais homem quando se impõe e faz dos outros um instrumento da sua vontade, o que lhe dá um prazer incomparável”. A autora acrescenta ainda que, na perspectiva de Passerin, o poder está relacionado à “força qualificada” ou “institucionalizada”. Por outro lado, pensadores como Bertrand de Jouvenel e o próprio Sartre definem a violência como a manifestação mais evidente do poder.

Para Arendt (2016), no entanto, há uma forma específica de dominação que perpassa diferentes tipos de governo — como a oligarquia, a monarquia, a democracia, a aristocracia e a tirania —, que é a burocracia. Segundo ela, esse sistema é ainda mais fechado do que os demais, pois, enquanto nas outras formas de dominação o controle se dá de homem para homem, na burocracia não há presença humana visível no exercício do poder. É o que a autora denomina de “domínio de ninguém”. Então, a autora afirma que no sistema burocrático é o mais tirânico, pois não podemos cobrar ninguém para que responda dos atos que estão acontecendo, não existe presença física e nem localizar ninguém como inimigo, ou seja, a presença do responsável se extingue. Ora, todo mundo fica sob a alçada da dominação sem compreender quem é o verdadeiro dominador. Nesse sentido, podemos denominar a burocracia como violência obscura. Como os vitimados não conhecem os seus exploradores e nem podem ter contato para revolucionar sobre as atrocidades criadas sistematicamente para manipular e dominar as massas.

De mesmo modo, Arendt (2016) destaca que essas leis da obediência e de mando e desmando se desaguam desde os tempos mais remotos para se fortalecer nos momentos atuais, como podemos ver nas leis do mandamento de Deus, que transmite aquele desejo de exercer o poder sobre os outros através da obediência, da submissão e de respeito às leis que a elite política e econômica nos oferece para obtenção dominadora das massas. Como aponta a autora, “como está apto ao poder aquele que sabe obedecer”.

“A submissão imediata à tirania”, para citar Mill mais uma vez, não é de forma alguma causada pela “passividade extrema”. Inversamente, a ausência de inclinação para obedecer frequentemente faz-se acompanhar de uma ausência de inclinação também bastante forte para dominar e comandar (ARENDR, 2016 p.56).

A ideia da dominação mencionada pela Arendt, especificamente vai na mesma linha do pensamento de Michel Foucault (1999), no seu livro *Vigiar e Punir*. O filósofo francês realça como a sociedade capitalista desenvolveu os métodos para criação dos

corpos dóceis, ou seja, uma burocracia desenvolvida para obter uma sociedade de extrema obediência e da implementação das práticas dominadoras e de controle total dos indivíduos.

Para Foucault (1999), “adestrar” é a forma do poder disciplinar que tem como a função no sentido mais abrangente de retirar e apropriar sobre os indivíduos. A disciplina é vista nessa sociedade como “fábrica” e as técnicas montadas para instrumentalização do poder elitista sobre exercícios e funções dos indivíduos. Ora, é um tipo de poder que dificilmente pode ser enxergado aos olhos comuns, uma espécie de poder modesto, menos agressivo e que impera basicamente nos rituais economicistas.

Foucault (1999) argumenta que o desenvolvimento de técnicas e tecnologias tem ampliado as formas de controle e dominação, exemplificado pelo conceito de panóptico. Segundo o autor, essa estrutura de vigilância é utilizada por muitos Estados modernos para monitorar, punir e controlar a vida privada das populações, frequentemente sem que as pessoas estejam conscientes dessa observação constante.

O autor exemplifica que o uso de câmeras de vigilância, uma adaptação tecnológica do panóptico, inicialmente concebido para ambientes como prisões e quartéis, onde cada movimento pode ser supervisionado com o objetivo de disciplinar e corrigir comportamentos. Foucault também observa que essas técnicas de vigilância, além de exercerem controle, expõem os indivíduos ou grupos que serão punidos, evidenciando a quem se aplicam as regras de controle e vigilância. Pode-se afirmar que o desenvolvimento de técnicas e tecnologias têm facilitado ainda mais o controle e a dominação, como exemplificado pelo conceito de panóptico de Foucault (1999). Essa ideia reflete uma forma de vigilância que muitos Estados desenvolvidos utilizam para controlar, violar, punir e castigar a vida privada de suas populações, sem que estas saibam que estão constantemente sob observação.

Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo. Esses “observatórios” têm um modelo quase ideal: o acampamento militar. É uma cidade apressada e artificial, que se constrói e remodela quase à vontade; é o ápice de um poder que deve ter ainda mais intensidade, mas também mais discrição, por se exercer sobre homens de armas. No acampamento perfeito, todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder (FOUCAULT, 1999, p.196).

O controle sobre o corpo se naturalizou na sociedade capitalista, as empresas, assim como os Estados, monopolizaram a classe social trabalhadora em várias vertentes,

pois as pessoas que não fazem parte da família que detenham meios de produção têm que aceitar a submissão do controle, vigilância, coerção, recompensa e castigos severos. Além disso, as formas de controles e vigilâncias destacadas, não vão ser fácil de entender aos olhos nu, pois existe uma forma embelezada de discriminação e exploração que o indivíduo naquela condição não conseguiria enxergar que a sua vida se encontra sob domínio e controle do outrem. (FOUCAULT, 2019).

Por consequente, os que conseguiram compreender e revolucionaram para afastar do alinhamento da dominação serão conduzidos a coação de transformações, para que as suas mentes e corpos duros virem dóceis, através dos efeitos e ações de poder, isto é, encarceramento dos ditos “desobedientes”. Como aponta Foucault (2019), o “nascimento de prisão” foi pensado como a forma de corrigir e mudar condenados/as e, substituir o suplício que era o método bárbaro de julgar e assassinar os culpados perante toda a comunidade.

Para mais compreensão da teoria da violência moderna, o trabalho do francês Loic Wacquant também é interessante, pois serve ao entendimento das violências urbanas nas américas, em particular no Brasil e EUA. Wacquant (2004) reitera que as elites do Estado, não precaveram sobre penalidade neoliberal severa nas sociedades com índice de desigualdades sociais elevados e com faltas de oportunidades e condições de vida precárias causadas pela falta de emprego nesses lugares periféricos, e ainda, copiando o sistema de mercado total trazido dos Estados Unidos de América e, que também propôs que é necessário aumentar o método de segurança para que não diminuam prerrogativas na frente de suas ações econômicas e sociais. E ainda para autor, os países da Europa e os recém industrializados da América Latina: Brasil, Argentina, Paraguai, Chile e Peru caíram nas esteiras estadunidense no tratamento social da miséria e de uma visão de longo prazo de valores da justiça social e de solidariedade penal baseada na insubmissão do subproletariado.

Para Wacquant (2004), a precariedade social que países como Brasil teve por causa da sua história de subordinação nas relações econômicas internacionais, que é baseado num sistema de dominação falsa e mascarada com intuição da globalização e, realçada com o pensamento do enriquecimento coletivo com a chegada da industrialização. Portanto, isso irá condicionar ondas de crimes nas grandes cidades e metrópoles brasileiras, tendo em conta o nível de pobreza que esse país enfrenta.

Assim, a partir de 1989, a morte violenta é a principal causa de mortalidade no país, com o índice de homicídios no Rio de Janeiro, em São Paulo e Recife atingindo 40 para cada 100.000 habitantes, ao passo que o índice nacional

supera 20 para cada 100.000 (ou seja, duas vezes o índice norte-americano do início dos anos 90 e 20 vezes o nível dos países da Europa ocidental). A difusão das armas de fogo e o desenvolvimento fulminante de uma economia estruturada da droga ligada ao tráfico internacional, que mistura o crime organizado e a polícia, acabaram por propagar o crime e o medo do crime por toda a parte no espaço público. Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no "capitalismo de pilhagem" da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano. O crescimento espetacular da repressão policial nesses últimos anos permaneceu sem efeito, pois a repressão não tem influência alguma sobre os motores dessa criminalidade que visa criar uma economia pela predação ali onde a economia oficial não existe ou não existe mais (WACQUANT, p.05, 2004).

Sem embargo, o problema de criminalidade tem sido preocupação das sociedades do mundo em geral, e das autoridades de Estados ao longo do tempo, sobretudo, na área da segurança pública desses países, mas me parece que esses mesmos Estados, na sua maioria, não estão preocupados em saber de onde parte a violência e o crime organizado, e como criar mecanismo para resolver tais problemas.

É de longe o recorde absoluto das Américas. Essa violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a "subversão interna" se disfarçou em repressão aos delinquentes. Ela apoia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre feras e doutores, os "selvagens" e os "cultos", que tende a assimilar marginais, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem (WACQUANT, 2004, p.5).

A título de exemplo que coaduna na mesma linha com a descrição de Wacquant, sobre a situação da propagação da violência criminal no Brasil e nas Américas, em geral, nas décadas 80 e 90 do século XX, que só no Estado de São Paulo em 1992, a polícia matou 1470 civis e em comparação com a polícia de Nova York e de Los Angeles, primeiro matou 25 e o segundo 24 civis (Wacquant, 2004).

Para Wacquant (2004) a demora judicial, desinteresse ou incapacidade dos tribunais em cobrar as pessoas a respeitar as leis, ou caso de injustiça social que não encoraja as pessoas injustiçadas das periferias a recorrerem o método da justiça com as suas próprias mãos, isso originou a propagação da violência nas cidades brasileiras. E com a criação desses métodos de proteções nas zonas periféricas é que vai aparecer em meio ao caminho no período após a ditadura militar no Brasil, o que o autor chama de "ditadura sobre os pobres". O modelo de autoritarismo judicial e policial de USA vai ser escolhido como ideal para extinção do crime, e de garantia a segurança pública em vários lugares do mundo, adoção desse modelo começou em Nova York, muitos países europeus

copiaram e implementaram e acabou se propagando nas grandes cidades da esfera terrestre.

A política de encarceramento em massa (intitulado “rigor penal”) teve início nos Estados Unidos, principalmente no Estado de Washington e da Nova York, pois estendeu-se para Londres e depois espalhou para outros cantos do mundo. Wacquant (2004), aponta que num período de pouco tempo os números de detentos quadruplicaram nos EUA. A política de corte das assistências sociais aos pobres, se baseou no livro escrito por um político estadunidense, Charles Murray (Wacquant, 2004), destacou que a política assistencial às pessoas mais pobres é um dos motivos responsáveis pela escalada da pobreza nos Estados Unidos.

"Em Nova York, sabemos onde está o inimigo", declarava Bratton por ocasião de uma conferência na Heritage Foundation, outro grande think tank neoconservador aliado ao Manhattam Institute na campanha de penalização da pobreza: os "squeegee men", esses sem-teto que acoçam os motoristas nos sinais de trânsito para lhes propor lavar seu pára-brisa em troca de uns trocados (o novo prefeito Rudolph Giuliani fez deles o símbolo amaldiçoado da decadência social e moral da cidade, e a imprensa popular os assimilava abertamente à epidemia: "squeegee pests"), "os pequenos passadores de droga, as prostitutas, os mendigos, os vagabundos e os pichadores". Em suma, o subproletariado que suja e ameaça. É nele que se centra prioritariamente a política de "tolerância zero" visando restabelecer a "qualidade de vida" dos nova-iorquinos que, ao contrário, sabem se comportar em público (William Bratton apud WACQUANT, 2004 p.17).

A cidade de Nova York, passa a ser mais rigoroso de planeta num intervalo de três anos da implementação de “tolerância zero”. Nessa senda, num período de três anos de investidas e orçamentos absurdos para os homens fardados, Nova York bateu recorde em números dos detentos, 314.292 presos em 1996. A lógica é bem clara, nesta cidade fizeram inversão da resolução do problema, cortaram os apoios às pessoas carentes e deram a vida de luxo para as pessoas que coagem e torturam os pobres.

Portanto, estado de Nova York assumiu o que Weber (2019), denomina de violadores legítimos das condutas da população civil, houve muita perseguição e apreensão desnecessárias com intuito de acabar com a delinquência juvenil e pessoas em situação de rua, as ideias foram vendidas de forma manipuladora e os países europeus, africanos e latinos americanos usaram a mesma lógica opressiva com a sua massa popular e que deixaram rastros negativos em vários lugares do universo que só piorou e deteriorou a sua classe social, a prisão não é caminho mais ideal do que a educação em termos das mudanças ou transformações sociais.

Como muitos autores modernos cujas importâncias no entendimento da teoria da violência tenho mencionado, Randall Collins (2009) também destaca por seus aportes sobre a compreensão da violência e as suas consequências para o universo. Na perspectiva deste autor, poucas pessoas podem fazer parte da elite que pratica diversos tipos de violências, pois inclui vitórias e derrotas em tudo que envolve as lutas para qualquer fim, como: as lutas de movimentos sociais ou dos paramilitares. Todo esse conjunto de problemas que conduzem os atos violentos, envolve recursos materiais, sociais e emocionais para poder manter a consistência das organizações violentas.

Para Collins (2009), a maioria das pessoas que praticam a violência não o fazem por querer ou de forma involuntária. E ainda, afirma que o ser humano em situações naturais não é bom em violência na vida real. Todavia, a raiva pode nos condicionar a caminho da violência, mas ela é uma emoção evolutiva que pode ser controlada. Esta maioria em situações violentas faz pouco ou nada, e a minoria que atira ou dá socos muitas vezes erra o alvo, atinge espectadores inocentes ou seu próprio lado. Soldados e policiais são muito mais precisos nos campos de tiro do que no combate real, e a intenção de ser violento não determina por si só o que acontecerá quando houver um confronto real (COLLINS, 2009 p.10).

A violência em geral, tanto de gênero, moral, emocional e física são construtos humanos, muitas das pessoas passam a ser violentas através das pessoas que rodeiam (Collins 2009), ou seja, até da forma que ela foi educada, pensando na lógica como maioria das crianças de sexo masculino é incentivada a crescer no ritmo machista, ela não pode chorar, pois o aquela frase famosa de “homem não chora” no crioulo da Guiné-Bissau, “*homi cata tchora*” ou a outro termo que é muito comum nesse país africano “*abó e matchu*” você é macho”, muitas formas de incentivo a violência permanente que acaba naturalizando nas diferentes classes sociais. Portanto podemos afirmar, que ninguém nasce violento, é a sociedade que nos molda para violência como aponta Durkheim (2007). De mesmo modo, Collins (2009), realça que na pesquisa feita através das fotografias, vídeos, detectou que a maioria de atos de violências comuns acontecem nos ataques aos mais fracos, sempre um grupo de multidão ataca um ou três pessoas isoladas e, quando o grupo se encontra em números concentrados raramente ataca outro.

Nas palavras de Collins (2009) considera por fim, a micro violência como aquelas que exercida pelos cidadãos comuns que várias vezes é executada da forma involuntária e enquanto a macro violência é praticada pelo Estado, Exércitos e Movimentos Sociais. Mesmo assim, os micros estão relacionados aos macros. Portanto, para que a macro

violência tenha sucesso seria necessário que os agentes organizacionais estivessem encontrados ponto de contato com inimigo para que pudesse contornar a barreira e nem deve ser visto como certo quando o Estado pratica a violência naquela esfera. Todavia, o Estado passou a proibir e controlar as pequenas violências e, enquanto executa as maiores quando necessita, mesmo assim, aquela praticada por ele é considerada legítima.

Por fim, nesse subtítulo realçamos discussões e debates com os autores/as contemporâneos da sociologia no decorrer de violência. Ora, nas leituras desenvolvidas sobre esses/as pensadores/as podemos compreender uma coordenação e aproximações nas suas conclusões sobre a violência em geral. Mas, cada autor e autora parte de uma concepção diferente do que pensam sobre violência, abuso de poder, dominação e uso das forças para manipular e controlar um grupo social. Desta forma, percebe-se que tanto os clássicos quanto os contemporâneos da sociologia desenvolveram estudos aprofundados sobre diferentes tipos de violências (violência de gênero, violência simbólica, violência policial e violência religiosa), que valem a pena lembrar, devido a que estas compreensões viabilizam aproximações teórico-conceituais e outras manifestações de violência como a que aqui pretendo abordar, qual seja a violência política.

1.3 A violência política: teorias e conceptualizações

O subtítulo presente tem como objetivo destacar teorias e conceptualizações sobre a violência política, bem como desenvolver alguns pontos com base em diferentes obras que tratam da temática. A violência política é frequentemente compreendida em diferentes contextos como agressão física incentivada pelas questões políticas, que afeta diretamente a democracia através das impedições dos direitos e deveres políticos aos adversários ou grupos opostos, promovidas pelos dirigentes políticos através do braço armado do Estado, representado pelas forças policiais ou militares. No entanto, essa forma de violência não se limita a esses aspectos, pois há outras manifestações de violência política que são mais sutis e complexas de entender, e que se podem manifestar nas interseções com a exclusão social, afetações psicológicas, econômicas e sexuais. E, ainda, cria classe de elites composta por famílias de grandes empresários e figuras políticas para ter vantagens e ganhos políticos nos procedimentos eleitorais.

Hannah Arendt (2007) argumenta que a força e a violência são, em parte, manifestações de poder. Ao diferenciarmos essas duas ações de maneira conceitual, é possível compreender o desenvolvimento de diversos eventos políticos que são exemplos de violência política, tais como guerras, rebeliões, o Holocausto, escravidão, colonialismo

e imperialismo. Segundo Michel Misse (2016), a palavra "violência" surge nas línguas latinas e anglo-saxões entre os séculos XIV e XV, incluindo o português. A disputa pelo significado da violência se centra na questão de se a violência diz respeito apenas ao uso da força ou se inclui também a estruturação das sociedades. É a partir dessa construção moderna que o conceito de violência se consolida e é incorporado à linguagem teórica.

Construir um sentido para a violência, na atualidade, é parte inelutável de sua recusa ética. Em uma linha apresentada por Immanuel Kant, é parte da promessa moderna de “paz eterna”. É contra a violência, em qualquer de suas acepções, que se ergue a moderna construção do sentido da palavra. A própria palavra “violência” só aparece nas línguas latinas e anglo-saxãs entre os séculos XIV e XV, inclusive na língua portuguesa. Assim, Pascal pôde dizer, n’As provinciais (1954[1656-1657], p. 805), que as injúrias dirigidas a ele pelos jesuítas são “uma estranha e longa guerra, está em que a violência tenta oprimir a verdade” (Misse, 2016, 46).

A contribuição de Michel Misse também seria imprescindível para o desenvolvimento desse capítulo, pois traz relatos consistentes para entender quais caminhos necessários para conter a violência. Desta forma, Misse (2016), destaca que quando usamos a palavra violência primeira coisa que vem à tona é o princípio de agressividade, ou seja, seria uma coisa que encaminha a briga corporal, guerra ou a morte. Pois, não existe dúvida sobre a conotação de violência com agressão física ou moral, essa é a forma mais nítida da característica social que a violência possui. Ainda, Misse (2016), adverte que desde o nascimento da sociologia como a ciência ela discutiu problemas de conflitos sociais e crimes de guerras, como se fosse uma coisa isolada dos conceitos determinantes que inclui interações agressivas e que podem produzir situações opressivas.

Para ele, a missão e visão desses sociólogos devia ser de indagar como solucionar os problemas da dominação de classe ou de abuso policial do Estado do que preocupar com conceito da violência? É importante ressaltar que a fala do Misse (2016), na interrogação anterior nos faz lembrar do conceito da dominação do Weber (2019), pois ele indicou nitidamente a forma que o abraço armado do Estado usa o método da coação para prevalecer a dominação do “homem pelo homem”. Nesse sentido, Misse (2016) traz a citação inquietante e relevante para um amplo entendimento da violência como teoria social:

a violência rompe com a ordem social ou a violência é constitutiva da ordem social? A violência é um problema social ou a violência é uma solução padronizada para os problemas sociais? A violência é uma forma puramente destrutiva da socialidade ou a violência é uma forma positiva de socialidade que faz as pessoas se unirem? Violência é uma forma de lidar com a contingência ou a violência é uma forma importante e fonte de contingência? Violência rompe com as normas ou a violência reforça as normas? Violência é uma situação visível ou a violência é um processo oculto? A violência do Estado é reativa em relação à violência ilegítima ou a violência do Estado é ativa em distinguir violência legítima e ilegítima? Violência é um processo social significativo, cujo sentido é posto em um referente externo ou a violência é um processo social caracterizado, exclusivamente, pela autorreferência? A violência repele ou a violência atrai? A violência é um meio para um fim ou é um fim em si mesmo? (SCHINKEL, 2010, p. 15 apud Misse, 2016 p. 48).

A citação acima facilita a compreensão de como o conceito de violência pode ser entendido como um problema social que demanda atenção por parte dos governos, especialmente quando é legitimado como um método de opressão e criação de medo entre a população. Da mesma forma, as pessoas injustiçadas tendem a recorrer a formas violentas de resistência para tentar resolver os problemas causados pelo próprio Estado.

Nesse contexto, Roberta Laena (2020) descreve que a violência política de gênero no Brasil configura uma realidade lamentável, uma vez que, desde o início dos séculos passados, a política foi restrita a um espaço predominantemente masculino, onde a participação e a voz das mulheres foram historicamente desvalorizadas e marginalizadas. Apesar das lutas feministas que já ultrapassam um século em busca de direitos iguais, ainda hoje existem partidos políticos em várias partes do mundo cujas estruturas oligárquicas reproduzem a hegemonia patriarcal. Isso é uma realidade presente em diversos setores da vida pública brasileira.

Nessa perspectiva, me compele a retornar à realidade guineense, onde a violência política de gênero é alarmante. Tanto no ambiente político quanto nos aparelhos estatais, os cargos públicos são amplamente dominados por homens, o que se tornou um fenômeno naturalizado. Em várias ocasiões, as mulheres têm seus espaços de fala silenciados ou instrumentalizados por discursos machistas e discriminatórios. Desde a transição para a democracia, nos anos 1990, houve mulheres que se candidataram à presidência, como Antonieta Rosa Gomes, no entanto, essas candidaturas nunca receberam um número expressivo de votos, apesar de as mulheres representarem mais de 51% da população total do país.

Além disso, a Lei da Paridade, que busca garantir a presença de mulheres nos espaços de decisão política, foi violada tanto pelos partidos políticos quanto pelo Supremo Tribunal de Justiça, órgão máximo da justiça guineense (O Democrata, 2019).

A exigência de que os partidos apresentassem a porcentagem mínima de candidaturas femininas foi simplesmente ignorada. De acordo com a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), a violação dessa lei pode resultar em que o novo parlamento da Guiné-Bissau seja o pior dos últimos tempos em termos de representatividade feminina (O Democrata, 2020). Para entender essas outras formas de violência, podemos recorrer ao conceito de "violência simbólica" de Pierre Bourdieu (1989), que discute como os discursos dominantes, legitimados socialmente, podem perpetuar formas de violência simbólica.

“E quando se trata das mulheres negras, fica evidente a necessidade de uma abordagem interseccional sobre o assunto, como lembra a escritora Vilma Piedade: ‘Pra ser Diálogo Interseccional, o Feminismo precisa mudar ainda mais a cor, ficar mais preto. São muitos tons de Pretas’” (Piedade, 2017, p. 24 apud LAENA, 2020, p.06).

Vale ressaltar, que a Lei da Paridade, aprovada pela Assembleia Nacional Popular (ANP) em 2018, previa uma participação mínima de 36% de mulheres nos espaços de tomada de decisão a nível nacional. No entanto, na décima legislatura da Guiné-Bissau, apenas treze mulheres foram eleitas.

Segundo Susanne Karstedt e Manuel Eisner (2009), em seu artigo "É Possível Uma Teoria Geral da Violência?", apontam como a violência se entrelaça durante períodos de guerra ou conflito. Para esses, a violência interpessoal (micro violência, causada por indivíduos) tende a diminuir no pós-guerra, enquanto a violência estatal (macro violência) aumenta. Além disso, destacam que as violências se sobrepõem em tempos normais, estando diretamente relacionadas a problemas culturais, com punições mais severas sendo perpetradas por violências coletivas.

Karstedt e Eisner também afirmam que os níveis mais elevados de violência são encontrados nas zonas periféricas. Ademais, as famílias pobres em sociedades ricas são frequentemente vítimas de violência. Com base nos dados e análises apresentados por Karstedt e Eisner, podemos inferir que existe uma inter-relação entre os diferentes tipos de violência, sugerindo uma possível viabilidade para o desenvolvimento de uma teoria geral da violência.

Per Olof Wikström e Kyle Treiber argumentam que a violência pode ser mais bem entendida como ação moral, ou seja, baseada em decisões informadas por regras morais sobre o uso da violência. A sua teoria de ação situacional foi originalmente desenvolvida como uma teoria geral do crime, mas aplica-se igualmente à violência, uma vez que em ambos os lados da divisão legal/ilegal o uso da violência implica uma tomada de decisão moral. Charles Tittle, finalmente, identifica os trampolins e os blocos de construção das teorias gerais nas ciências sociais, com base em seu estudo do desenvolvimento de teorias gerais em criminologia e em sua própria teoria do equilíbrio de controle. Ele

propõe que uma teoria geral da violência pode ser construída dentro da estrutura das teorias gerais do crime (KARSTEDT & EISNER, 2009, p.06).

A violência no pensamento desses autores difere do crime, pois este visa causar danos e quebrar regras. Eles enxergam esses dois aspectos comportamentais como instrumentais, com ênfase em abordagens racionais que merecem um tratamento mais adequado para a construção de uma teoria geral da política. Os autores destacam ainda que as teorias da quebra de regras e da agressão são necessárias para se compreender o crime violento, já que a teoria do crime não consegue explicar adequadamente os comportamentos dos criminosos violentos entre diferentes grupos ou indivíduos. Conforme observado por Karstedt e Eisner (2009), nem todos os crimes possuem a intenção de prejudicar a vítima, uma vez que os perpetradores apresentam diferentes motivações para causar danos.

Nesse sentido, busca-se dialogar com autores do campo da sociologia mencionados neste capítulo, a fim de compreender os fenômenos que limitam o acesso das pessoas aos órgãos públicos, tendo como referência discussões sobre desigualdade social, abuso de poder, dominação, apropriação de terras e violências simbólicas. É possível afirmar que as formas de violência política mais relevantes no contexto da Guiné-Bissau, relacionadas a guerra política pelo poder, ou seja, a discordância entre as oposições e os que estão no exercício do poder. No conceito de *ethos* nacional de Elias (1994) e na obra *Os Estabelecidos e os Outsiders* de Norbert Elias e John L. Scotson (2000), observa-se a relação de poder e exclusão social entre diferentes grupos que produzem narrativas que visam afixar em outros grupos rótulos de inferioridade política, que fazem prevalecer estigmas de desonras coletivas e de escassas virtudes e respeitabilidades. É alinhado a este tipo de pensamentos (Bourdieu, 1989), Elias, 1994; Elias e Scotson, 2000), que pretendo entender aqui a ideia de violência política.

Embora esses autores tenham escrito em contextos históricos específicos, suas obras podem servir como instrumentos investigativos para explorar e entender como hábitos sociais de um grupo condicionam formas diversas de violência política, especialmente por meio da análise dos *ethos* discursivos políticos e sociais na Guiné-Bissau. Assim, ao utilizar a categoria de *ethos* discursivos, é possível identificar vestígios de *ethos* nacionais, conforme a denominação de Elias (1994). Essa abordagem auxilia na identificação de subjetividades presentes nos discursos políticos e sociais, permitindo a caracterização da violência política.

Atualmente, muitos políticos guineenses estão recorrendo a suas origens étnicas, religiosas e regionais em busca de votos solidários durante os períodos eleitorais. Tal prática tem fomentado o crescimento de tendências étnicas, religiosas e regionais durante as eleições, o que pode representar um perigo iminente de divisão social ou até mesmo de uma guerra civil, dado que a Guiné-Bissau é composta por mais de 30 grupos étnicos distribuídos em diferentes regiões.

Além disso, o Estado da Guiné-Bissau, além de exercer uma função dominadora, contribui para a segregação, uma vez que existem desigualdades na distribuição de recursos públicos. A capital, Bissau, como sede política do país, usufrui muito mais dos recursos em comparação com as outras sete regiões que compõem o território nacional. Todas as estruturas decisórias do país estão concentradas em Bissau, e as demais regiões são lembradas apenas em épocas eleitorais. Para obter a maioria dos documentos oficiais, é necessário deslocar-se até a capital, onde também estão localizadas as principais instituições de ensino superior e hospitalares. Além disso, o único aeroporto internacional está em Bissau, o que exige grandes deslocamentos para aqueles que desejam viajar ao exterior.

Dessa forma, muitas regiões do país permanecem em estado de abandono. Algumas aldeias não possuem centros de ensino ou hospitais, o que força grande parte da população do interior a migrar para Bissau, em razão da desestruturação estatal. Ademais, não existem eleições autárquicas na Guiné-Bissau (semelhantes às eleições municipais no Brasil), o que implica na ausência de soberania regional. A nomeação de governadores e administradores é feita pelo governo central, por meio do Ministério da Administração Territorial. Consequentemente, não há concursos públicos, e as seleções para bolsas de estudo ou cargos públicos são baseadas em indicações partidárias. O país conta com apenas uma universidade pública, que, além de não possuir condições adequadas de funcionamento, cobra mensalidades, tornando inviável o acesso para indivíduos de baixa renda.

O problema da violência de gênero é tratado como algo natural; as mulheres continuam a ser vistas como propriedades dos homens, e suas candidaturas a cargos de decisão dependem do apoio masculino, além de não serem encorajadas. Muitos partidos não cumprem a Lei de Paridade, aprovada pela Assembleia Nacional Popular (ANP) em 2018, que prevê uma participação mínima de 36% de mulheres nos espaços de tomada de decisão na Guiné-Bissau. Dessa maneira, um país que enfrenta constantes instabilidades governativas e violações de direitos cívicos e constitucionais acaba por condicionar seus

governos sucessivos a falhar no cumprimento de seu dever de garantir a segurança social mínima a seus cidadãos. Isso evidencia as diversas formas de violência política que o Estado da Guiné-Bissau impõe sobre alguns grupos sociais. O próximo capítulo discutirá de maneira mais aprofundada o debate sobre a violência política na República da Guiné-Bissau.

CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU

Do ponto de vista administrativo, o país está dividido em oito regiões (ver Mapa 1), organizadas em setores e secções. São elas: Bafatá, Gabú, Oio, Bolama, Tombali, Cacheu, Quinara e o Setor Autónomo de Bissau (SAB), onde se localiza a capital nacional, Bissau.

Figura 2: Divisão Administrativa da Guiné-Bissau.



Fonte: gettyimages, acessado no dia 10 de maio de 2024

Ela conta com mais de 30 grupos étnicos, entre elas, destacam-se: Balanta, Papel, Bijagós, Fula, Mancanha, Manjaco, Mandinga, Beafada, Saraculê, Balanta-Mané, Nalu, entre outras.

A Guiné-Bissau é considerada um país rico em recursos naturais, as atividades econômicas assentam nas pescas e agricultura, é um dos principais países em produção de castanha de caju. Ultimamente tem descoberto alguns minérios como: Bauxita, Fosfato, Areia pesada, Petróleo, entre outros. Segundo ANEME² (2018), a economia guineense é baseada na agricultura, pesca e floresta com o PIB de 43,9%, serviços 42,5% e indústria 13,6%. O setor agrícola inclui práticas agrícolas de sustentabilidade como arroz, milho, feijão, batata doce, inhame, cana de açúcar, entre outras espécies. Por outro lado, a instabilidade política, a complexidade e a perda do capital humano é um problema que afeta gravemente o desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau (BANCO MUNDIAL, 2024). Figura 1: Divisão Administrativa da Guiné-Bissau.

Os dados do relatório dessa organização multilateral apontam que, apesar da redução da mortalidade precoce em relação ao ano 2000, a taxa de sobrevivência entre crianças em idade pré-escolar (0 a 5 anos) ainda se mantém elevada. Em 2018, a taxa de sobrevivência de crianças de 0 a 5 anos na Guiné-Bissau foi de 94,4%. Além disso, a taxa de mortalidade entre os nascidos vivos apresentou uma melhora significativa desde 2001, reduzindo-se de 116 mortes para cada 1.000 nascidos vivos para 56 a cada 1.000 em 2018. Cerca de 33% das crianças de 6 a 11 anos nunca frequentaram a escola e ainda com taxas de conclusão do ensino primário muito abaixo do esperado, (27% e média), por causa da alta taxa de repetição de classe. Segundo o relatório, a taxa de sobrevivência entre os adultos é mais elevada nas mulheres (86%), com os homens a ocuparem uma posição ligeiramente abaixo: 79%. Em 2019, os problemas de saúde entre indivíduos com idade de 15 anos ou mais eram de HIV/SIDA (BANCO MUNDIAL, 2024).

Ainda de acordo com dados do Banco Mundial (2024), o problema da mortalidade materna na Guiné-Bissau é alarmante. Em 2017, estimou-se 667 mortes para cada 100.000 nascidos vivos. A instituição chama atenção para o fato de que esse número elevado está relacionado, entre outros fatores, à prática da mutilação genital feminina, que atinge cerca de 52% das meninas e mulheres entre 15 e 49 anos. Além disso, aproximadamente 29,7% das adolescentes com cerca de 14 anos já passaram por esse ritual. Outro ponto destacado é o casamento precoce: cerca de 30% das mulheres são forçadas a se casar antes de completarem 18 anos, o que contribui significativamente para a taxa de evasão escolar entre meninas (BANCO MUNDIAL, 2024).

² Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas.

Além disso, existem disparidades significativas entre as áreas urbanas e rurais. Independentemente da situação do mercado de trabalho, as taxas de pobreza são mais elevadas nas áreas rurais do que nas urbanas. A taxa de pobreza entre os trabalhadores rurais foi de 60,0%, em comparação com 23,5% nas áreas urbanas em 2018. Também há uma disparidade substancial nos níveis de escolaridade entre as áreas urbanas e rurais. Existe do mesmo modo, uma disparidade substancial no nível de escolaridade entre as áreas urbanas e rurais (GRUPO DE BANCO MUNDIAL, 2024, p. 08-09).

Diante do exposto, percebe-se que a situação socioeconômica da Guiné-Bissau é complicada, pois o país carece de dados estatísticos de número dos desempregados. Como podemos ver em termos empíricos, que a maioria das pessoas em idade de empregabilidade estão trabalhando nas contas próprias (agricultura de sustentabilidade) ou informal (vendedores ambulantes). O setor privado é quase inexistente, com pouca capacidade de apoiar com capital financeiro, ou seja, haja vista que estão com acessibilidade financeira limitada, isso acarreta uma taxa de desemprego elevada mesmo para as pessoas com instruções acadêmicas sólidas. Com isso, a maioria das pessoas formadas acabam por optar pela imigração por causa da escassez do mercado de emprego. Vale realçar que a maioria das pessoas que estão trabalhando nos órgãos públicos são indicações partidárias ou entraram por vias de nepotismo. Porque o concurso público ainda é algo do futuro.

Em termos de direitos humanos, a Liga Guineense dos Direitos Humanos, no seu relatório de 2020-2022, indica que a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau, desde existência de multipartidarismo em 1994, nunca houve tanto atropelo contra liberdade e atentado a princípios democráticos como nesse período. Para LGDH (2023), os indicadores marcam digressões alarmante sobre direitos humanos na Guiné-Bissau desde ascensão do regime liderado por Umaro Sissoco Embaló, movidos pelos atos antidemocráticos e autoritários, não orquestrado só pelas forças da defesa e segurança, mas pelas milícias palacianas criadas por ele.

Segundo a LGDH (2023), com a normalização de uso das forças e meios de coerção, vários cidadãos, ativistas sócias e de direitos humanos, jornalistas, comentadores políticos, ou seja, qualquer voz discordante do regime, foram raptados e posteriormente espancados pelos milicianos e que foi considerado pela LGDH como o ato de terrorismo de Estado. Além disso, o relatório da Liga ressalta sobre a violação dos direitos de mulheres e de gênero perante o regime vigente, ficou quase paraplégico as políticas das paridades, ou seja, as discussões que realçam a participação das mulheres nos lugares das decisões públicas.

2.1 Os Primeiros Anos da Independência da Guiné-Bissau (1973-1980)

O PAIGC foi o corpo organizacional que dirigiu a luta pela independência da Guiné-Bissau contra o colonialismo português. No entanto, deixou à sociedade guineense uma herança negativa, considerando que a forma violenta com que conduziu o processo ao longo de onze anos legou um simbolismo de violência, mesmo àqueles que não participaram diretamente da luta (AMADO, 2005). Vale destacar que, naquela conjuntura, embora os próprios dirigentes do partido inicialmente acreditassem que a libertação poderia ser alcançada por meios pacíficos, suas reivindicações — como o envio de cartas, na década de 1960, solicitando uma descolonização negociada — foram rejeitadas pelas autoridades coloniais portuguesas. Diante disso, o partido acabou recorrendo à luta armada como única alternativa para alcançar a independência nacional. Contudo, isso não justifica a persistência da violência simbólica e política vivida no país após a libertação.

Nessa perspectiva, Leopoldo Amado (2005) argumenta que o PAIGC não soube aproveitar sua chegada ao poder. Além de centralizar excessivamente o comando político, o partido “seguiu o mesmo rumo” dos colonizadores portugueses ao herdar e manter as estruturas administrativas que historicamente negligenciaram as zonas rurais. Ou seja, utilizou as mesmas ferramentas opressoras que haviam sido empregadas para submeter os nativos durante o período colonial. Dessa forma, o PAIGC não conseguiu lidar com a descentralização do poder e instituiu um modelo de governo voltado à satisfação de seus próprios interesses políticos, muitas vezes de forma autoritária. Naturalmente, um conjunto de questões mal resolvidas no seio do partido contribuiu para o surgimento de rupturas entre dirigentes e militantes, o que acabou sendo um dos fatores que levaram ao golpe de Estado de 1980, conhecido como “Movimento Reajustador”.

Segundo Amado (2005), nos anos iniciais após o golpe de Estado, a Guiné-Bissau se encontrava na linha dos países mais pobres do mundo. Por motivos da gestão errada e planos econômicos mal ajustados, obrigou-lhe a aceitar propostas das organizações econômicas internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), os quais trouxeram ruptura e contradição com os seus antigos aliados (China, Cuba e URSS), que propunham um Estado com perspectiva econômica planificada baseada no marxismo. Nesta senda, como o plano de ajustamento estrutural não teve sucesso no país, o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional condicionou o PAIGC a mudar o sistema

político unitário para pluralista e só assim poderia beneficiar da segunda remessa financeira dessas organizações econômicas.

Além disso, como destaca Amado (2005), apesar da pressão externa e os problemas sociais que o país sofria, o partido Estado que era o PAIGC não tinha no plano emergente a liberalização política como prioridade. Tanto a liberalização econômica, assim como a liberalização política não teve uma decisão soberana dos representantes políticos nacionais, ou seja, a inserção da Guiné-Bissau no sistema democrático foi uma estratégia condicionante por parte das organizações econômicas ocidentais.

Para Carlos Cardoso (1995), o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) foi crucial no crescimento do aumento das desigualdades sociais na Guiné-Bissau, pois os grandes números de agricultores foram beneficiados e isso condicionou os grupos sociais numa espécie de conflitos de posse de terra e das terras mais férteis entre grupos agrícolas. Com isso, criou-se uma aliança entre a burocracia do Estado e os restantes sectores da pequena burguesia em detrimento das antigas, nomeadamente a que foi construída durante a luta de libertação nacional entre a intelectualidade e o campesinato.

A nível das cidades verifica-se uma pauperização progressiva de certas camadas sociais, nomeadamente os funcionários do Estado não pertencentes aos escalões superiores da administração, os operários e restantes assalariados, que viram a sua sorte piorar de dia para dia, entre outras devido à uma diminuição drástica do seu poder de compra, por sua vez consequência de uma inflação galopante que desde 1987 não parou de crescer. No mês de maio calculava-se que ela tinha atingido 76 % nos últimos doze meses, contra 30 % no mesmo período do ano anterior. A diminuição do poder de compra e a consequente deterioração das condições de vida dos funcionários públicos conduziu a partir de 1991 a uma série de greves. Primeiro, foram os professores que tiveram a coragem de reivindicar melhores salários e a melhoria das suas condições de trabalho. Mais tarde foi a vez do pessoal da saúde e das forças armadas que ameaçaram recorrer a esta forma de reivindicação. (CARDOSO, 1995, p. 264)

Nesta senda, o governo do PAIGC não conseguiu controlar os efeitos dessa crise que causou demissões em blocos de número excessivo de funcionários que reivindicavam o atraso salarial, e a forma hostil que as forças policiais abordaram os manifestantes gerou o clima de insegurança e agitação que extinguiu o sossego social da sociedade Bissau-guineense naquela época. Como aponta Cardoso (1995), o nível de alcoolismo, de prostituição e de assaltos aumentaram em Bissau após esses eventos.

Devido a esses conjuntos de fatores sociais degradantes, o partido no poder começou a pensar nas possibilidades de uma abertura política para permitir a existência das outras formações políticas e posteriormente democratizar o país. Mas, mesmo assim, existia diversidades de opiniões no seio do partido único, alguns dirigentes do PAIGC

não abraçaram a ideia de uma abertura total, pois estes alegavam que a abertura podia trazer conflitos entre os diferentes grupos sociais, tendo em conta que a Guiné-Bissau é constituída de várias etnias e que a descentralização do poder pode trazer experiências ruins para nossa sociedade.

Além de constituir perdas de seus caprichos políticos, constituía também um perigo que eventualmente poderia desembocar em uma guerra entre as etnias ou até eclodir numa guerra civil. Por conseguinte, outros pretendiam uma abertura total e propunham um novo plano de convivência social, onde as instituições estatais vão criar condições que garantam liberdade para os cidadãos. Contudo, o PAIGC não aceitava a ideia de multipartidarismo de uma forma tranquila, falava de abertura política de forma superficial e internamente dificultava o processo da reforma política.

Em maio de 1991 a Assembleia nacional introduz uma revisão pontual na Constituição, aprovando a queda do artigo IV que consagrava o PAIGC como força dirigente, e aprova a Lei-quadro dos partidos, sem que, no entanto, fossem aprovadas outras leis que viabilizassem a real aplicação das primeiras. Criou-se assim um vazio institucional que muito contribuiu para atrasar o processo de transição e agudizar as tensões (CARDOSO, 1995, p. 268).

O texto acima referido revela como o PAIGC criou vários entraves para dificultar a existência das outras formações e conseqüentemente democratizar o país. Desse modo, ele criou desavenças e conflitos que terminou em tiros entre militantes do PAIGC e da oposição política encabeçada pela RGB (Resistência da Guiné-Bissau), na região de Bafatá, na zona Leste do país.

Ademais, segundo o mesmo autor, o PAIGC já vinha de um histórico abusivo e violento após a independência. Para Cardoso (1995), o erro maior cometido pelo PAIGC foi em outubro de 1986 quando acusou e matou duas figuras importantes para a política e sociedade guineense, nomeadamente Paulo Correia e Viriato Pã, além de outras figuras destacadas do país. Ato contínuo, prendeu centenas de oficiais militares de destaques, acusando-os de tentativa de golpe de Estado, o que até o presente momento carece de provas. Ou seja, o Estado da Guiné-Bissau nunca apresentou matérias palpáveis que provem que houve tentativa de golpe de Estado.

O PAIGC começou a perseguir e reprimir o poder tradicional para poder centralizar, dominar e controlar a vida política e social dessas localidades. Entretanto, vale lembrar que os régulos e comités de tabancas eram seus aliados, isso obrigou a

nulidade da soberania popular, que agora fica sob custódia de um poder tirano. E ainda, reprimiu duramente os antigos comandos africanos³.

Mas o disfuncionamento do aparelho de Estado fazia-se igualmente sentir a nível da administração da justiça. Durante toda a governação do PAIGC a administração da justiça não só foi deficiente como também permitiu que em muitas ocasiões fossem violados flagrantemente os direitos elementares do homem. Seria fastidioso enumerar exemplos de assassinatos de cidadãos sem culpa formada, prisões arbitrárias de cidadãos desprotegidos, perseguição de cidadãos por terem ideias contrárias ou mesmo diferentes aos dos membros do governo e do partido (CARDOSO 1995, p. 272).

Como podemos constatar nos destaques acima, a realidade sociopolítica vivida ao longo de mais de cinco décadas na Guiné-Bissau não mudou efetivamente, pelo contrário, deteriorou ainda mais, o atual regime instalado de 2019 até presente momento já espancou brutalmente vários políticos, ativistas sociais, jornalistas e prendeu um número excessivo de militares sob alegações de orquestraram golpe de Estado, mas que o próprio tribunal militar desmentiu, afirmando não existir prova disso. Porém, mesmo assim, eles estão presos.

Fafali Koudawo (2001) alega que todo o período que antecede a abertura política na Guiné-Bissau foi turbulento, ou seja, após a independência em 1973, o país já vinha atravessando vários problemas políticos sociais que desembocou no golpe de Estado de 1980, denominado de “movimento reajustador”. Problemas esses que segundo o autor, derivam de desentendimento entre a ala militar e a direção superior do PAIGC; e da briga entre os cabo-verdianos e os guineenses sobre a construção de um Estado Binacional que era projeto do PAIGC.

Em sua exposição, Koudawo (2001) observa que a transição democrática começou a ser desenhada no maio de 1991 com a extinção do artigo 4º da Constituição da República de 1984 que instituía o PAIGC como o único partido dirigente do Estado e da sociedade Bissau-guineense, e com a criação do Conselho Nacional das Eleições (CNE) em janeiro de 1993. Porém, o processo de transição, que estava decorrendo de forma pacífica, acabou agitando com a morte de Major Robaldo de Pina, um dos homens confiantes do presidente da república em março de 1993. Alguns líderes das recém-criadas oposições políticas foram acusados e presos por tentativa de golpe de Estado. Entretanto, isso gerou a desconfiança entre as diferentes forças políticas e esse período foi considerado de “abertura ameaçada”. As eleições previstas foram adiadas várias vezes

³ Antigos soldados guineenses que combateram no lado dos colonizadores portugueses.

até sua realização em julho e agosto de 1994, sendo vencidas pelo PAIGC, que era partido no poder e pelo seu candidato à presidência, João Bernardo Vieira.

Tive voto de qualidade, da juventude, dos intelectuais. O meu eleitorado é esclarecido e ninguém o pode aterrorizar. No interior do país o PAIGC aproveitou a miséria para distribuir gêneros alimentares e materiais de construção, aliada a uma forte pressão dos militares e paramilitares (Koumba Yalá apud Fafali Koudawo, 2001, p. 140).

As alegações do candidato derrotado no segundo turno das presidências demonstram como é que o PAIGC passou a ser um partido utilizador de meios bélicos estatais para intimidar os seus adversários políticos, ou seja, ele se inseriu nas disputas eleitorais através das realizações das eleições, mas continua a reproduzir as façanhas da era do partido único.

Não obstante, após ter governado o país durante muito tempo de forma violenta (1974 a 1998) como um único legítimo dirigente do povo guineense, no dia 7 de junho de 1998, a Guiné-Bissau amanheceu debaixo das balas de armas pesadas. O conflito político militar de 7 de junho que durou 11 meses, foi o momento mais violento na história da Guiné-Bissau na era do multipartidarismo. Segundo Koudawo (2001), esse conflito é reflexo de muitas divergências e problemas não resolvidos no seio dos dirigentes políticos e militares guineenses. Mas, que as suas causas emergentes foram acusação do então presidente da república João Bernardo Vieira ao então chefe do estado maior das forças armadas, Ansumane Mané, de estar traficando armas para Movimento das Forças Democráticas de Casamance (MFDC), que atua como movimento rebelde no sul do Senegal.

Para Álvaro Nóbrega (2015), a Guiné-Bissau voltou a chamar atenção nas mídias internacionais, dessa vez não pelo conflito armado, mas pelo tráfico internacional de cocaína. O país foi denominado de narcoestado. Muitos dos políticos e militares guineenses foram acusados de envolvimento no tráfico de droga. Portanto, no vigorar desses eventos dá para entender a fragilidade do governo da Guiné-Bissau e as outras instituições públicas estatais de ter o poder de controle territorial.

A sede real do poder tem sido pertença de um núcleo de poder, sem enquadramento constitucional, e que envolve militares e civis ligados por interesses patrimoniais e por outros níveis de solidariedade. É este núcleo informal que detém, em última instância, a capacidade de determinar o exercício da força e da violência do Estado. Tudo tem de ser negociado. Nenhum ato de força do governo é possível sem a sua concordância e não há poder interno capaz de se lhe impuser; por isso teme-se somente o externo, esse sim, com capacidade de intervir, se a isso for motivado. Razão pela qual

a projecção mediática do narcotráfico causou tanto alvoroço em Bissau. Mas era impossível esconder tamanha ostentação (NOBREGA, 2015, p. 54-55).

Assim sendo, não se pode negar a participação de várias personalidades políticas e militares de altas patentes no envolvimento criminoso de tráfico de drogas, abuso de poder e uso indevido de espaços públicos para proteger os criminosos. A título de exemplo, em julho de 2008 apreenderam dois aviões proveniente da América do Sul que transportavam toneladas de drogas, essas rotas narcóticas saíam de América Latina para África Ocidental e posteriormente para Europa através da conexão entre Guiné-Bissau à Portugal. Segundo a Polícia Judiciária guineense, houve um impasse na investigação, pois algumas chefias militares foram tidas como responsáveis pela carga, os pilotos e aviões foram liberados de forma clandestina. Além disso, recentemente em 2024, foi apreendido um avião com aproximadamente 3 toneladas de cocaína, com 5 tripulantes (dois mexicanos, um brasileiro, um equatoriano e um colombiano), considerada pela Polícia Judiciária (PJ) como a maior apreensão de tráfico de droga na Guiné-Bissau. Obviamente, isso ilustra nitidamente a fragilidade do Estado guineense, que carece de meios de controle do seu espaço territorial.

Figura 3: Imagens de avião com quantidade de drogas apreendida em fevereiro de 2025



Fonte: Imagem da conta do facebook da polícia judiciária da Guiné-Bissau: acessado no dia 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Interferência de Militares na Política e Aproximação dos Políticos nas Forças Armadas na Guiné-Bissau

O uso da força para controlar o poder não é um evento comum nos países com a democracia estável. Nos países democráticos os militares têm por obrigação obedecer e respeitar as posições políticas constitucionais e legais. Porém, no caso da Guiné-Bissau

esses valores são inversos. “Se uns governam (a elite política) outros (militares) têm o poder de decidir quem governa” (NÓBREGA, 2015, p. 105). Na perspectiva do autor, a força armada da Guiné-Bissau nasceu como braço armado do PAIGC. Portanto, a maioria dos dirigentes do PAIGC eram militares e faziam parte das decisões políticas implementadas pelo partido. No entanto, até final dos anos 80 do século XX, falar do PAIGC é a mesma coisa que falar do Estado da Guiné-Bissau.

Somente a partir da abertura democrática no início dos anos 90, quando, em 5 de maio de 1991, com a revogação do artigo 4º da constituição de 1984, é que as Forças Armadas Revolucionária do Povo (FARP) se desligou oficialmente do partido e o PAIGC deixou de ser a única força política dirigente da Guiné-Bissau, dedicando-se apenas à atividade político partidária, disputando eleições com as outras forças partidárias de acordo com as normas constitucionais.

A abertura política procurou que cada um seguisse o seu caminho. Que os políticos despissem as fardas e que os militares se desligassem da política. Mas não é assim tão simples: a democracia pode obrigar a despír a farda mas não o passado nem a ligação às armas. Como o controle das forças armadas é fundamental para assegurar a manutenção no poder, os quartéis constituem um campo preferencial da luta política onde cada partido procura ganhar ascendente e apoio para os seus projetos. O que não se obteve pelos votos pode sempre obter-se por via de uma intervenção militar. Os partidos vigiam-se e acusam-se mutuamente neste perigoso jogo de influências (NOBREGA, 2015, p. 106)

As forças armadas são pontos chaves para assegurar o poder, os políticos aproximam-se de chefias militares para proteção e manutenção dos seus poderes e os militares também passam a interferir nos assuntos políticos. A presença dos políticos nos quartéis é visível e pode ser perigosa no seio dos militares. Frequentemente, houve denúncias que falam das presenças de políticos nos quartéis e de militares nas sedes de partidos. Segundo Nóbrega (2015), existem alas e facções rivais dentro das forças armadas da Guiné-Bissau, rixas essas que vêm desde a época da sua criação. Portanto, isso acaba acarretando clima de desconfiança entre eles que acaba causando vários derramamentos de sangue:

O problema agrava-se na Guiné pela falta de coesão e de homogeneidade das forças armadas, que se dividem, tal como os partidos, em facções rivais, o que deixa um amplo campo de manobra para quem queira explorar a seu favor as rivalidades e os descontentamentos que grassam no seu seio. As rivalidades são antigas e derramaram sangue. Principiaram logo que o partido começou a dar os seus primeiros tiros.¹⁷⁹ Cassacá serviu para reorganizar o partido, estruturar as suas forças, mas também para liquidar um conjunto de comandantes que se estavam a autonomizar e a praticar desmandos;¹⁸⁰ o fundador da pátria, Amílcar Cabral, cujo assassinato continua encoberto por

mistério, foi abatido por homens do seu movimento, posteriormente fuzilados; o 14 de Novembro de 1980 não fez muitas vítimas, mas expulsou a facção caboverdiana da esfera do poder; o 17 de Outubro culminou nos fuzilamentos de 1986 e na depuração da oficialidade balanta; o 7 de Junho de 1998 conduziu à deposição do presidente Nino Vieira por coligação das alas mandinga/beafada e balanta, as mesmas que, findo o conflito, de novo rivalizaram. Pouco tempo depois confrontar-se-iam causando a morte de Ansumane Mané. Em 2007, o Comodoro Lamine Sanhá, destacado representante da oficialidade ligada a Ansumane Mané foi assassinado. Em Março de 2009, o Chefe do Estado-Maior General Tagma Na Wai foi assassinado num invulgar atentado bombista. O seu sucessor, Zamora Induta, foi deposto e detido em Abril de 2010, numa tentativa de golpe de Estado abortada. Foi substituído por António Injai que, pouco tempo depois, já denunciava a existência de tensões nas casernas (NOBRÉGA 2015, p. 108).

Esses sucessivos eventos violentos perpetrados pelos militares guineenses colocam o país na turbulência e instabilidade política profunda. Além disso, as interferências desses nos assuntos políticos transformou-se em algo natural na Guiné-Bissau. Ao longo do tempo, acompanhamos essas práticas que persistem até então, tendo estado a piorar nos momentos atuais com a ascensão de um militar de reserva ao poder, o General Umaro Sissoco Embaló.

No 14 de novembro de 1980, o governo liderado por Luís Cabral foi deposto pelos militares e colocou no poder um militar que ficou até à adesão da Guiné-Bissau à democracia. Porém, a violação constitucional não parou por aí, em 7 de junho de 1998, os militares derrubaram o governo eleito e devolveu o poder à classe social e política. Assim foi em todos os outros golpes perpetrados pela classe castrense, exceto o golpe de 14 de novembro de 1980, em que um militar assumiu o poder. Entretanto, foram eles que escolheram os presidentes interinos e os primeiros-ministros até a realização das eleições. De 1980 a 2012, período que ocorreu o último golpe de estado na Guiné-Bissau, o país teve quatro golpes que destituiu os governos e os presidentes, o de 2009 foi o mais violento, pois ceifou a vida do então presidente da república General João Bernardo Vieira e o Chefe de Estado Maior, General Tagme Na Wai.

Além disso, segundo Nobréga (2015), as Forças Armadas usam boicotes para impedir as nomeações e exonerações de certos políticos até nos cargos dentro das instituições partidárias. Em 1999, o então Chefe de Estado Maior General Ansumane Mané mandou retirar a candidatura de Manuel Saturnino Costa à presidência do PAIGC e, ao mesmo tempo, demandou que este sequer pudesse participar do congresso do partido dos libertadores. Do mesmo modo, em 2004 o Chefe de Estado Maior General Veríssimo Correia Seabra vetou, embora sem prerrogativas para tal, a nomeação de Aristides Gomes ao cargo de ministro de negócios estrangeiros e nem da defesa nacional. O sucessor de

General Veríssimo Correia, General Tagma na Wai, pediu a exoneração de Baciro Dabó como ministro do interior e o proibiu de ser conselheiro do presidente da república, João Bernardo Vieira. São muitas violações constitucionais, usurpações e abuso de poderes realizados pelas chefias militares que ficaram impunes.

Segundo Davin O'Regan & Peter Thompson (2013) todos os presidentes eleitos até 2013 foram retirados do poder pelas forças armadas através de golpes, com exceção de Malam Bacai Sanha que faleceu antes de terminar o seu mandato, em janeiro de 2012. A título de exemplo, o caso de João Bernardo Vieira é emblemático, haja vista que foi brutalmente assassinado em pleno exercício de poder como presidente da República. Ademais, os cinco chefes de Estado Maior e General das forças armadas que passaram nesses períodos três deles foram assassinados, sendo um exilado no exterior. Esses fatos ilustram as crises cíclicas que o país vem atravessando ao longo do tempo.

As intrigas entre civis e militares agravaram-se continuamente nos últimos anos. Ativistas políticos, empresários, candidatos, jornalistas, alguns oficiais das Forças Armadas e outras personalidades de destaque são vítimas de detenções arbitrárias, espancamentos e assassinios em circunstâncias nunca esclarecidas ou forçadas ao exílio. Após o golpe militar de abril de 2012 às autoridades impuseram restrições draconianas, tendo proibido nomeadamente manifestações e discussões sobre o golpe ou a investigação de homicídios e outros crimes não esclarecidos.¹ Sintomático da deterioração do Estado de Direito é o facto de, sempre que surge uma crise no país, personalidades da sociedade civil procurarem refúgio em embaixadas estrangeiras para evitar a prisão. As Forças Armadas, por seu lado, estão cada vez mais fragmentadas. Em outubro de 2012, vários soldados foram mortos num incidente que as Forças Armadas descreveram como um contragolpe (O'REGAN & THOMPSON, 2013 p. 3).

O problema guineense está cada vez mais alarmante é complexo, pois as organizações não governamentais que defendem os direitos humanos estão sendo ameaçadas e espancadas pelas pessoas pertencentes ao setor da defesa e segurança, mas que sempre se fica no anonimato e protegidas por esse setor, ninguém é responsabilizado pelos atos macabros e violentos, ou seja, o setor judicial se encontra refém da classe política e militar, a justiça guineense está cada vez mais carente e parcial, isso coloca a maioria dos injustiçados nos lugares de omissões e o crescimento constantes dos opressores em vários vertentes sociais.

Para O'Regan & Thompson (2013), o problema da Guiné-Bissau foi visto pelas autoridades regionais como algo isolado e que acabou disseminando pouco a pouco e virou uma preocupação da extrema importância dos países da África Ocidental, pois os sucessivos golpes de estados, disputas políticas, crises governativas entre outros tipos de conflitos sociopolíticos, acarretam ameaças à estabilidade regional. Além disso, esses

autores alegam que as forças armadas da Guiné-Bissau desestruturaram depois da guerra civil do 7 de junho, e os números dos militares triplicaram. Porém, após o conflito, mesmo com a metade dos soldados que foram mandados para casa no processo de desmobilização, os números dos militares em ativo continuam desproporcionais, ou seja, quase dobrou o número da média registrada na sub-região da África Ocidental.

Na mesma linha, O'Regan & Thompson (2013) sustentam que as estruturas das Forças Armadas da Guiné-Bissau são, em sua maioria, obsoletas. Um dos indícios disso é o fato de haver mais oficiais do que soldados, ou seja, o país possui um número excessivo de oficiais, o que contribui para a desorganização observada nas suas forças militares. A proporção entre a população civil e os militares também não se coaduna, do ponto de vista estatístico. Segundo os autores, a maioria dos militares guineenses no ativo tem mais de 40 anos, e 45% dos efetivos contam com mais de 20 anos de serviço. Além disso, 70% dos quartéis e efetivos estão concentrados na cidade de Bissau, capital do país.

Em suma, em vez de constituírem uma instituição eficiente e comprometida com a missão de servir ao Estado, as Forças Armadas têm funcionado como um clube elitista composto por indivíduos mais velhos, que atuam frequentemente em benefício de interesses pessoais. Nas promoções internas, critérios como mérito, desempenho e capacidade de liderança ficam subordinados a fatores como lealdade pessoal ao chefe, hierarquia e nepotismo (O'REGAN & THOMPSON, 2013, p. 07).

A desestruturação de instituições como as Forças Armadas pode ser uma das principais causas dos sucessivos sobressaltos enfrentados pela Guiné-Bissau ao longo de sua trajetória pós-independência. As dificuldades institucionais apontadas por O'Regan & Thompson (2013) ajudam a explicar a recorrente interferência militar nos assuntos políticos do país. Pelo seu turno, Girão de Sousa (2013) evidencia que o Estado da Guiné-Bissau vive em constante instabilidade política e militar por causa das suas forças armadas, já que além deste setor ser responsável pelas atividades ilícitas como tráfico de drogas e interferências nos assuntos meramente políticos, também usufrui de proteções judiciais, ou seja, por motivo de falta de segurança dos responsáveis do setor da justiça pública e também de sucessivas ameaças por parte dos militares acarreta sensação de medo de indiciar ou condenar um oficial militar.

Um bom reflexo desta realidade é o facto das chefias militares serem habitualmente identificadas como os homens mais poderosos do país, seja o caso do General Tagmé ou do General Indjai. Não exercem o poder político diretamente, mas manobram esse mesmo poder pela ameaça, violência e força das armas (GIRÃO DE SOUSA, 2013 p. 37).

Na Guiné-Bissau, esses atos são frequentes e passam a ser algo naturalizado, os militares fazem o que bem entender sem respeitar os limites dos seus poderes, o que podem fazer e o que é da sua competência. A título de exemplo dessas violações, o então chefe de estado maior general das forças armadas, Batista Tagme na Wai deslocou até tesouro público para retirar o dinheiro para despesas dos militares sem cumprir com os requisitos formais e burocráticos, alegando que os militares estão vivendo em piores condições, enquanto os governantes em ótimas, ninguém o responsabilizou desse ato até depois do seu assassinato em março de 2009.

Portanto, as relações próximas entre os militares e políticos nascente desde época da luta armada para emancipação da Guiné-Bissau, contra o colonialismo português, que só separou definitivamente e de forma não clara após a democratização do país em 1992, pode ser a base das interferências mútuas em assuntos externos dessas duas instituições (políticos interferindo nas alçadas militares e eles nos assuntos políticos, vice-versa), conduzindo a sociedade Bissau-guineense à instabilidade perpétua. Assim, os dois passam a vigiar e acusar mutuamente sobre a responsabilidade da deterioração do país, os militares acusam os políticos e estes indicam os militares como principal entrave ao desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Na mesma linha, Girão de Sousa (2013) destaca que a situação de instabilidade política que a Guiné-Bissau vive há mais de quatro décadas, pode ter como base sustentadora essa espécie de convivência entre os militares e políticos que usam uns e outros dependendo de interesses de cada grupo. Portanto, é impossível medir o nível de tendência entre eles.

Não parece, portanto, possível dizer que há mais ou menos influência e responsabilidade de um ou outro, existe sim, um aproveitamento da situação para benefícios próprios, muitos deles ilegítimos e obscuros. A união entre políticos e militares vive deste jogo de influências, da necessidade, da corrupção e da vontade de ascensão ao poder (GIRÃO DE SOUSA, 2013 p.39)

Há muito tempo a Guiné-Bissau se encontra imersa na instabilidade político-militar, que reflete na má qualidade de vida da sua população, a maioria dos guineenses vivem nas péssimas condições socioeconômicas, além problemas educacionais e da saúde pública gravíssimos, ou seja, esses dois setores chaves, além de estarem precárias, os estudantes têm de pagar as mensalidades escolares e os doentes além de pagar as consultas médicas, devem arcar com as receitas médicas.

O desenvolvimento, como definem Todaro e Smith, é “o processo de melhoria da qualidade de todas as vidas humanas e as suas capacidades, aumentando os

níveis de vida, auto-estima e da liberdade das pessoas”. Numa perspectiva económica o desenvolvimento “é um processo multidimensional que envolve mudanças nas estruturas, instituições e atitudes, bem como a aceleração do crescimento económico, a redução das desigualdades e a erradicação da pobreza absoluta”, porém abordado numa perspectiva de desenvolvimento humano e de promoção do progresso social “refere-se à melhoria da qualidade de vida [...] e por isso abrange não somente a ajuda externa, mas também a boa governação, saúde, educação, igualdade de género, capacidade para enfrentar catástrofes, infra-estruturas, direitos humanos, ambiente, etc”. Desta forma, o desenvolvimento não é apenas um fenómeno económico, é visto como uma melhoria da vida humana, das capacidades individuais para tomar decisões próprias e de contribuir livremente para a comunidade, bem como sentir-se protegido pelas Forças de Segurança. (GIRÃO DE SOUSA, 2013 p.12).

A Guiné-Bissau é um país carente da segurança e como se sabe, sem a segurança, dificilmente haverá o desenvolvimento, ou seja, a segurança e o desenvolvimento precisam caminhar juntos. Ou seja, sem a segurança não pode haver aplicabilidade das políticas públicas e nem dos planos de desenvolvimento.

Como podemos ver nas definições do autor, que para ter o desenvolvimento necessita de cumprir com vários requisitos como: respeitar os direitos humanos, elevar o nível de autoestima, liberdade pessoal, erradicação da pobreza, entre outros. Por causa dos consecutivos acontecimentos macabros, a população guineense está cada vez mais longe de atingir o nível de desenvolvimento. Consequentemente, vários desses caminhos que precisamos percorrer para alcançarmos o desenvolvimento se encontram na contramão. Por exemplo, a violação dos direitos humanos e direitos civis são constantes e ao mesmo tempo os violadores impedem a população de saírem às ruas para reivindicar. Diversas pessoas já perderam vidas por causa das manifestações pacíficas, outros espancados e ficaram com deficiência, como o caso recente de um jovem estudante que foi brutalmente agredido e quase perdeu a visão numa manifestação contra o aumento da propina mensal da escola superior da educação (....) Por causa da propagação da violência dos agentes do setor da defesa e segurança, muita gente está vivendo na opressão, mas prefere ficar no silêncio a colocar as suas vidas em risco.

Figura 4: Líder Estudantil Espancado em Bissau



Fonte: Imagem da página de facebook do rádio Capital Fm: acessado no dia 11 de fevereiro de 2025

Embora essas violências causem desconfortos nas relações entre o Estado guineense e seus aliados, o país ainda vive de ajuda externa, até para realização das próprias eleições. A população campesina, por exemplo, vive no esquecimento, sem condições mínimas para exercerem suas atividades econômicas e de sustentabilidade, sem infraestruturas escolares e hospitais, ou seja, para essas populações usufruírem destes bens públicos têm que andar mais de 10 km a pé. Nesta senda, Girão de Sousa (2013) indica que os países após a guerra necessitam de cuidados especiais para puder conter a estabilidade e paz social, cuidado esse como a intervenção no setor da defesa e segurança, criar mecanismo para erradicação da pobreza, legitimação dos novos governos através das realizações das eleições livres e transparentes. Só assim, este não corre risco de cair em outros conflitos posteriores.

A RSS é um elemento central em qualquer processo de transição pós-conflito e vai desempenhar um papel fundamental em diferentes áreas como sejam a democratização, progresso económico, profissionalização e prevenção de conflitos, criando um ambiente favorável a mais desenvolvimento político, económico e social, através da redução do crime e da violência armada. As situações persistentes de insegurança podem conduzir a transferências violentas de poder, insurgência, rebelião, genocídio, domínio por senhores da guerra e, finalmente, o colapso do estado e anarquia. Evitar que se chegue a estas situações extremas de fragilidade e violência é também o objetivo dos processos de RSS, pelo que esta é cada vez mais vista como uma intervenção preventiva. (GIRÃO DE SOUSA, 2013 p. 33).

Com a reforma nas áreas de defesa e segurança, as práticas ilícitas (como golpe de Estado, tráfico de drogas e das armas) serão contidas dentro das forças armadas. Enquanto esses eventos perigosos continuam vigorando nos seios dos agentes da segurança pública, o desenvolvimento almejado será comprometido e adiado para incerteza. Conclui-se, portanto, que, para evitar a atuação direta das forças militares na

política — ou, ao menos, assegurar o distanciamento da elite política do comando das Forças Armadas —, é necessário promover uma ampla reforma institucional. Essa reforma deve ser especialmente voltada ao campo político, com o objetivo de garantir maior autonomia organizacional e funcional entre as esferas política e militar.

A violação dos direitos humanos ocorridos na Guiné-Bissau logo nos primeiros sete anos após a independência 1973 a 1980 resultou em assassinatos em massa e desaparecimento de pessoas não ligadas ao Estado. Nobrega (2003) relata um episódio em que foram descobertas valas comuns em Portugole, Farim, Cumere e Nhacra com as ossadas de pelo menos 500 guineenses, resultado desses atos bárbaros.

As perseguições e espancamentos que acontecem atualmente na política guineense é antiga e herdada dos regimes anteriores. Segundo Luís Vaz Martins *et.al.* (2016), após o golpe de Estado que derrubou o então primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior em 2012, os militares autores de golpe ameaçaram população que saíram às ruas em favor do governo deposto. As ameaças eram de que atiraram contra a população caso não abandonassem as ruas. Além de ameaças, espancaram brutalmente o Secretário Executivo da Frente Nacional AntiGolpe (FRENAGOLPE), Iancuba Djola Indjai.

O abuso do poder aumentou significativamente no período do golpe de Estado de 12 de abril de 2012. Na ocasião, o representante especial das Nações Unidas na Guiné-Bissau, José Ramos Horta, afirmou que a situação dos direitos humanos e segurança pública na Guiné-Bissau tem estado a piorar com o governo instalado pelos militares, além do aprofundamento de intimidações, ameaças, ingerências dos militares nos assuntos de Estado, assim como limitações da liberdade de imprensa.

Com o apoio ao orçamento cortado pelos parceiros internacionais, com a economia a decrescer em termos reais de -2.2 % em 2012 e a crescer uns tímidos 0.9 % em 2013 (Africa Economic Outlook, 2016), sem dinheiro sequer para pagar atempadamente os salários da função pública (professores incluídos), o governo nomeado pelos militares procurou formas de obter receitas no curto prazo: assinou licenças de exploração de recursos naturais, não respeitando as áreas já atribuídas a outras empresas, que se revelaram serem de dilapidação daqueles recursos (areia pesada, madeiras, pesca ilícita, “minas de pedra” ou pedreiras, fosfatos) com empresas referidas nos jornais guineenses como sendo de países como Gâmbia, Guiné Conacri, Rússia e China (VAZ MARTINS, ET. AL... 2016, p. 11).

Nesse período os recursos naturais da Guiné-Bissau sofreram explorações descontroladas em diferentes setores, e em algumas zonas a população local saiu em defesa da proteção ambiental e foram reprimidos pelos militares que mandaram os homens bem armados com intuito de intimidação. Algumas ONGs tentaram ilustrar para

os golpistas os futuros impactos ambientais, como ameaça da seca, com cortes degenerados das madeiras, mas estes os negligenciaram. Além disso, o tráfico humano, imigração forçada e tráfico de droga aumentou de uma forma drástica.

A Liga dos direitos humanos da Guiné-Bissau sempre chamou atenção aos governantes sobre as violações dos direitos humanos, pois a luta de poder entre a presidência da república e outros órgãos estatais, como o Legislativo e Judiciário, sempre acabam com destituição de uma das partes envolvidas, e quem sai prejudicado é a população comum. Ou seja, no sistema guineense existe separação do poder, todos esses órgãos do poder têm as suas legitimidades, mas a presidência da república sempre busca ter controle sobre eles, e quando não consegue tenta criar a instabilidade governativa e alega a incompatibilidade entre eles para destituir parlamento e criar governo da iniciativa presidencial, que segundo a nossa constituição não existe governo desse modelo, mas vários presidentes violaram a constituição da república e criam governo da sua alçada⁴. Vale a pena realçar que as violações dos direitos humanos agravam mais nos governos ilegais, pois não funciona o parlamento e nem cobranças às transparências governamentais. Portanto, nesses governos aumenta a impunidade, abusos contra as mulheres e crianças, corrupção e assassinatos.

2.3 Evolução dos Sistemas Políticos e a Instabilidade Institucional na Guiné-Bissau

O sistema político da Guiné-Bissau é semipresencial, no qual existe separação de poderes entre governo, parlamento e tribunal. Os três órgãos do poder na Guiné-Bissau são o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judicial. Nesse sistema político, o governo é liderado por um primeiro-ministro e o presidente da república é o chefe de Estado. Este último não tem poder executivo, ou seja, o presidente da república nesse sistema tem o poder mais simbólico e de conselheiro.

Segundo Aníran Kafft Kosta (2016), o sistema semipresencial talvez fosse escolhido por influências externas, com possíveis origens no modelo português. Os quatro países africanos ex-colônias portuguesas na África, nomeadamente Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, adotaram também o semipresidencialismo, vigente em Portugal. Já a república do Senegal, vizinha da Guiné-Bissau, que também herdou esse sistema após a independência pacífica que conquistou

⁴ O atual Governo na Guiné-Bissau é da responsabilidade do presidente, Umaro Sissoco Embaló, pois destituiu o parlamento e nomeou o seu primeiro-ministro.

da França, contrário dos países africanos colonizados por Portugal que tiveram que alcançar as suas independências através do uso das forças. Porém, o problema da influência externa não pode ser visto como fator determinante, pois também existe ordem interna vinda de histórico do PAIGC.

Desde 1974, paralelamente à figura do Presidente, a Guiné-Bissau sempre teve uma segunda figura política, a de Comissário Principal. Igualmente ilustrativo da tendência guineense para a adoção de um modelo semi presidencial foi o golpe de Estado de 1980.” Uma das razões invocadas para o golpe de Estado de 1980 foi a centralização do poder no Presidente da República. Os autores do golpe de 1980 (liderado por Nino Vieira) prometeram que a nova governação não seria centralizada apenas no Presidente. Isto foi manifesto na primeira resolução do Conselho de Revolução que criou o cargo de Primeiro-Ministro o qual seria o chefe de governo. “No entanto, após esta determinação, a separação de poderes durou apenas dois anos. Em 1984, o Conselho de Revolução na sua decisão 7/84 estipula que “O Presidente do Conselho da Revolução General de Divisão Nino Vieira assume as funções de chefe de governo previstas no artigo 1.º da lei constitucional”. Esta decisão do Conselho de Revolução foi contrária à vontade do Primeiro-Ministro da altura, Vitor Saúde Maria, o qual foi forçado, em resultado da divergência com o Presidente, a procurar exílio político em Portugal. O texto constitucional aprovado em 1993 pela assembleia monopartidária com vista ao multipartidarismo teve uma alteração em relação ao texto inicialmente proposto pela comissão multipartidária (ANÍRAN KAFFT KOSTA, p. 31, 2016)

A partir de meados de 2000, no mandato do então presidente da república Kumba Yalá, a assembleia legislativa da Guiné-Bissau aprovou uma lei que aumentaria os poderes e privilégios do primeiro-ministro. Essa lei que nunca saiu dos papéis e o presidente Yalá simplesmente abdicou de promulgá-la. Com isso, os impasses entre o parlamento guineense e a presidência da república continuaram, e o Yala teve mesmo de destituir o parlamento, alegando incompatibilidade com o poder legislativo. Em semipresidencialismo como o da Guiné-Bissau, quando o parlamento é dissolvido, automaticamente o poder executivo (governo) cai de imediato, e deve, o presidente da República, reunir as forças vivas da Nação e marcar as novas eleições legislativas para formar um novo governo em um prazo de 90 dias.

De acordo com Aníran Kafft Kosta (2016), a nova emenda constitucional aprovada no parlamento e engavetada pelo presidente Yalá, continha no seu interior algumas perplexidades, que, além de aumentar os poderes do primeiro-ministro, ela reduz drasticamente os poderes presidenciais, pois na nova constituição exclui o artigo da lei que dava o presidente poderes de presidir conselhos de ministros quando bem entender, sabendo que o primeiro-ministro é o chefe de governo. Muito embora, Yalá era um dos críticos dessa postura de acumulação e apropriação dos poderes pelos presidentes, mas

quando subiu ao poder, simplesmente reproduziu o mesmo comportamento que dantes ele criticava.

A queda do regime de Yalá, em 2003, através do golpe militar, liderado pelo General Veríssimo Correia Seabra, o então chefe de estado maior general das forças armadas, acabou com o sonho da referida emenda constitucional de 2001 que aguardava a sua proclamação ou negação. Os problemas entre as instituições pioraram na chegada ao poder em 2005 de presidente João Bernardo Vieira (Nino Vieira)⁵, através da vitória eleitoral que foi duramente contestada pelo seu opositor e candidato apoiado pelo PAIGC, Malam Bacai Sanha. Pela segunda vez, naquele ano de 2005, Nino Vieira era eleito presidente da Guiné-Bissau.

O artigo 69.º, n.º 1, a) da Constituição da Guiné-Bissau atribui ao Presidente da República o poder de dissolver a Assembleia Nacional Popular, em caso de grave crise política, ouvidos o Presidente da Assembleia Nacional Popular e os partidos políticos nela representados e observados os limites impostos pela Constituição. Limites estes consagrados no artigo 94.º, n.º 1 - “A Assembleia Nacional Popular não pode ser dissolvida nos doze meses posteriores à sua eleição, no último semestre do mandato do Presidente da República ou durante a vigência do estado de sítio ou de emergência.” (CRGB *Apud* ANÍRAN KAFFT KOSTA, 2016 p. 41).

Mesmo com esses artigos de lei existentes, os presidentes usam as suas influências para violarem a constituição da república sem levar em conta as consequências prejudiciais que os seus atos trazem para o país e conseqüentemente para população, em geral. Vários presidentes violam a constituição para derrubar o governo eleito pelo povo só porque não têm uma boa relação pessoal com o primeiro-ministro. A última dissolução do parlamento que aconteceu na Guiné-Bissau foi um autêntico desrespeito constitucional com a classe social guineense, o novo parlamento foi derrubado pelo então presidente, Umaro Sissoco Embaló, ao menos de dez meses da sua existência, que em vias legais podia ser destituído só depois de completar um ano de função.

Nesta senda, muito embora a constituição ofereça ao presidente da república direitos de tomar as decisões sobre o governo e o parlamento depois de auscultar os partidos com assentos parlamentares, mas não pode usá-los de forma abusiva e constrangedora. “Na história da nossa recente democracia, nunca houve uma coabitação, de longo prazo, que fosse pacífica, profícua, dessas duas figuras do Estado” (ANÍRAN KAFFT KOSTA, 2016 p. 48). O autor procede destacando que, desde primeiro governo após a independência (1973-1980) até momentos atuais nunca teve um chefe de estado

⁵ Pela terceira vez, segunda vez no contexto democrático.

que conseguiu coabitar com o chefe de governo, por motivo do problema de querer ser mandante dos líderes guineenses, e essa atitude é reflexo da sociedade que temos na nossa comunidade contemporânea.

Assim sendo, os analistas políticos guineenses e os políticos dividiram opiniões sobre qual sistema político que a Guiné-Bissau deve seguir para banir sucessivos problemas de coabitação entre diferentes órgãos de Estado. Alguns manifestaram a favor do sistema presidencialista, pois como todos os presidentes querem ter poder executivo seria necessário que mudássemos o sistema de governo de semipresidencialista para presidencialista. Outros, contrariamente dos primeiros, preferem continuar como semipresidencialista, mas com algumas alterações na constituição da república, como alteração dos aliados que dão ao presidente o poder de demitir o primeiro-ministro nas situações de crise ou obstáculos que afetam o funcionamento dos órgãos estatais. Outro ponto crítico também é de presidente poder presidir conselho de ministros quando bem entender, sabendo que essa função é do chefe do governo (primeiro-ministro).

No entanto, ao longo de cinco décadas acompanhamos disputas, calúnias, difamação, espancamentos, eliminação físicas e morais na nossa classe política e social com finalidade de obter controle e permanência no poder por alguns grupos rivais dentro do partido (PAIGC) que lutou e libertou a Guiné-Bissau contra a colonização portuguesa. Nesta senda, após a liberalização política e econômica, o mesmo cenário se estendeu nas perseguições dos jornalistas, nos assassinatos dos políticos e militares, ou seja, o país mergulhou num rio sem leis.

Na expectativa de Rui Jorge Semedo (2010), após a negociação e entrada para a capital Bissau em setembro de 1974, o PAIGC se deparou com enorme dificuldade em lidar com as burocracias administrativas, pois nessa época a maioria dos guineenses não tinha nível escolar. Além disso, era a primeira vez que o partido se depara com as exigências governamentais. Portanto, houve contradições nas distribuições dos cargos e nos planos que tinham dantes, que eram de garantir bem-estar e social da sua camada populacional.

Na mesma linha, segundo o autor, o PAIGC não tentou lidar com a manutenção das realidades administrativas, o objetivo principal das suas negociações com colonizadores era de ter uma independência total, ou seja, não necessitava de aprender com os portugueses a maneira de manusear as máquinas administrativas, pois os portugueses estavam a marginalizar e violar os princípios sociais, políticos e econômicos do povo guineense.

Conforme salientou Forrest (1993), o abandono total das forças armadas portuguesas, que na época eram um instrumento eficaz da estrutura organizativa que Portugal mantinha na Guiné, eliminou o mais importante mecanismo burocrático para a implantação do Estado pós-colonial. Essa atitude teve um rápido reflexo, uma vez que o partido se deparava, principalmente em termos administrativos, com uma notável escassez de profissionais capacitados para imprimir certo dinamismo burocrático ao serviço público. Outro fator a salientar é a pouca maleabilidade do PAIGC em decidir afastar ou colocar numa posição subalterna os indivíduos que serviram à administração colonial, alguns inclusive, condenados por crime de traição à pátria (FORREST apud SEMEDO, 2010 p.03)

Pela transcrição acima, nota-se que depois da independência, logo na primeira república, a Guiné-Bissau passou por um regime de espécie da ditadura militar, logo os comissários⁶ foram nomeados na base das pessoas que desempenharam papéis políticos no momento da luta armada e, os que se destacaram como militares, alguns se manteriam nos quartéis e outros foram nomeados para desempenhar funções de governadores e outros de diretores gerais dos ministérios. Assim, essas pessoas aparentemente apresentam escassez dos conhecimentos administrativos, porque nunca tiveram contato com as burocracias estatais e tinham como prioridade implementação das políticas públicas e recrutamento de funcionários públicos para diminuir as dificuldades e superar necessidades básicas que a população guineense enfrentava.

No entanto, na fala do autor se verificou grandes contradições nos planos propostos pela gestão do partido que governou a Guiné-Bissau depois da independência. Logo nos momentos iniciais não houve implementação das políticas públicas, quer por falta de experiências em lidar com as máquinas administrativas, assim também com a política ditatorial implantado por estes, nessas épocas o problema da falta da liberdade e a perseguição que se começou desde a época da criação do movimento para libertação e que se estendeu até o momento pós independência, era nítido na Guiné-Bissau.

Em relação à situação de dificuldade que o partido enfrentou em termos administrativos, duas leituras se fazem presentes: a colonização, para uns, impediu os guineenses, tanto do ponto de vista educacional como administrativo, de ocuparem os cargos de proeminência burocrática, seja no partido em oposição à liderança cabo-verdiana, ou na própria administração colonial. Para outros, entretanto, o próprio modelo político implantado nos pós independência – a ditadura – criou um critério seletivo para indicar quem deveria assumir cargos no governo e no partido, sendo que o requisito principal seria a participação na luta de libertação. Muito embora as duas leituras sejam válidas para compreender a dinâmica política pela qual o país passou, é, no entanto, contraditório a independência que o partido afirma ter concedido às sociedades guineense e caboverdiana. Na realidade, não houve uma profunda transformação em termos de liberdade como embasamento para os direitos humanos, ou seja, na Guiné e em grande parte dos países africanos a independência não se traduziu em existência de oportunidades ao

⁶ Nomes equivalentes aos ministros.

desenvolvimento. Observou-se apenas a substituição de uma força repressora estrangeira por outra nacional igualmente repressora (SEMEDO, 2011, p.?).

Vale lembrar que segundo Leopoldo Amado (2005), a Guiné-Bissau teve o seu primeiro liceu em 1958, 60% dos estudantes eram europeus. Até 1961 a Guiné-Bissau só possuía onze pessoas com títulos superiores, isto é, licenciados nas universidades portuguesas, mas todas elas “como portugueses assimilados”. Para Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (2006), após a permanência de quase 20 anos no poder de período depois da independência até abertura política, saindo do sistema unipartidário para multipartidário, o governo de PAIGC liderado pelo então presidente, Nino Vieira, deixou lembranças amargas para sociedade guineense. A gestão do PAIGC foi duramente criticada dentro e fora do país por causa da corrupção generalizada e abuso de poder e de sucessivas crises econômicas e políticas.

Na mesma linha, o autor realça que, num país com democracia vigente, o poder político sempre terá controle sobre os militares, mas na Guiné-Bissau essa realidade se concretizar ainda é um mistério. Os governantes eleitos pelo povo estão sob controle dos militares e quando estes questionam a interferência dos homens fardados nos jogos políticos são retaliados com golpes de Estado. “De 1994, até a realização da terceira eleição multipartidária em 2003, o país teve quatro levantamentos militares dos quais dois são golpes de Estados (1998-2003), em nove anos de experiência democrática” (DUMAS TEIXEIRA, 2006, p.10). E ainda, segundo ele, a influência dos militares guineenses é muito verídica em vários lugares públicos, porque lugares chaves de manutenção do poder e segurança pública são ocupados pelas indicações destes. Portanto, isso torna difícil para o governo trabalhar programas eficientes para conter futuros golpes de Estado.

Ao buscar esses mecanismos, a indagação que se faz é a seguinte: de que forma o governo civil eleito democraticamente pode impor o controle sobre os militares? Existem duas formas inter relacionadas. A primeira seria criar mecanismos constitucionais rigorosos que pudessem inibir e punir os autores do golpe de Estado, pois os militares pensariam duas vezes antes de planejar um novo golpe. Saberiam que, uma vez fora do poder, seriam severamente punidos pela lei. A segunda alternativa seria a capacitação profissional: criar Centros de Treinamento para capacitação profissional dos soldados sobre as técnicas militares; encorajar a ida para a reserva dos oficiais velhos e analfabetos, acelerando a promoção de oficiais mais novos e com maior nível de escolaridade, dotando-lhes dos conhecimentos teóricos sobre os direitos humanos e princípios constitucionais do estado de direito (DUMAS TEIXEIRA, 2006, p. 11-12)

Na Guiné-Bissau o problema da desorganização das forças armadas torna um ciclo vicioso, alguns militares sentem ameaçados quando entra um governo que planeja organizar as forças armadas, através das reformas nos setores da defesa e segurança.

Existem muitas pessoas ativas nas forças armadas que não têm nenhum tipo de preparação militar e que foram concedidas as fardas e armas na base de parentesco e outros que entraram ali no momento de levantamento militar de 7 de junho de 1998, mas que não querem abdicar das casernas, uma vez que eles aproveitam esses espaços de privilégio para práticas nefastas (tráfico de droga, de arma e assaltos) e violações dos princípios democráticos.

Além disso, o autor enaltece sobre a preocupação do problema cultural e étnico presente na democracia africana. Para Dumas Teixeira (2006), esse problema merece atenção, porque muitos presidentes ou candidatos à chefia de Estado, usam as suas etnias, regiões e religiões para obterem os votos solidários, esses tipos de práticas nas eleições pluralistas podem incentivar as polarizações étnicas. Como constatado nas visitas recentes do atual presidente da república Umaro Sissoco Embaló, na região de Gabú, zona leste da Guiné-Bissau, onde este nasceu. Além de visita e doação que ele fez no momento, também no mês de Ramadã (período de jejum dos muçulmanos) a primeira-dama doou toneladas de açúcar e produtos de primeira necessidade para população de Gabú⁷.

Por conseguinte, o trabalho de Nobrega (2003) demonstra como o PAIGC se constituiu internamente como um sistema único e que não aceitava adversário durante toda luta pelo poder, mas mesmo na era do partido único ele apresentava diferentes facções e antagonismo dentro de si e que não soube lidar com isso pacificamente e optou nas resoluções violentas através das armas, e conseqüentemente essas práticas violentas de resolução dos problemas se estendeu e perpetuou na sociedade guineense até o presente momento. Portanto, isso marcou o início complicado do PAIGC como partido dirigente com viés desenvolvimentista da sociedade guineense.

Além disso, segundo Nobrega (2003), um outro fator marcante que conduziu *a priori* a má gestão do PAIGC foi a perseguição e morte de número significativo dos antigos comandos africanos (os guineenses que combateram a favor dos colonizadores portugueses durante a luta de libertação nacional, maioria deles da etnia fula e mandinga. Foram mortos e enterrados, segundo a mesma fonte, nas valas comuns sem que os familiares pudessem ter acesso aos seus corpos para um funeral digno, muitas famílias ficaram órfãs de pai e nunca tiveram informações onde eles foram enterrados.

Embora desarmados nos meses subsequentes ao 25 de Abril, a força combatente de 40 mil militares dos comandos africanos e das milícias representavam um perigo real para a segurança do novo regime.

⁷ Região na zona leste da Guiné-Bissau, habitada por maioria muçulmana e da etnia fula.

Adicionalmente, havia um grande desejo de vingança, pois a guerra havia sido longa e, num território pequeno como a Guiné habitado por tanta e diversa gente, frequentemente as ações militares de parte a parte assumiram contornos de violência e vingança étnica sobre populações consideradas inimigas. Condenados por traição pelos "tribunais populares" ou mais simplesmente detidos e sumariamente executados, muitos pagariam com a vida a sua ligação ao regime colonial (NOBREGA, 2003, p. 214).

Segundo Nobrega (2003), um dos seus entrevistados, Queba Sambú, revelou que nos meados de 1974, quando as forças portuguesas deram para 40 mil comandos africanos uma guia de marcha da licença de 142 dias, alguns militares que não acreditaram nas garantias frágeis dos comandos portugueses fugiram para países vizinhos, sempre com medo de retaliação das forças independentistas de PAIGC. Outros decidiram ficar à espera da resolução final após a licença, e decidiram arriscar as suas integridades físicas. Depois de a licença vencer, as autoridades coloniais as decidiram dispensar, e estes, insatisfeitos, querendo saber quais serão seus destinos, realizaram manifestações pacíficas nas dependências da embaixada portuguesa na Guiné-Bissau.

Nas assertivas de Nobrega (2003), por causa dessa manifestação, apareceu o então chefe de Estado Maior General das Forças Armadas da Guiné-Bissau, Coronel Umaro Djalo, que os ameaçou e deu cinco minutos para que estes desaparecessem do local. A partir desse dia, as forças do PAIGC começaram a perseguir, torturar e assassinar guineenses que combateram de lado dos portugueses, mas de preferência os oficiais, deixando de lado os soldados, pois só assim vão conter os futuros golpes de Estado. Assassinarão barbaramente a maioria dos oficiais e até aqueles que escaparam dantes e que estavam escondidos nos países vizinhos (Senegal, Gâmbia e Guiné-Conacri) não escaparam. Eles foram presos e mandados de volta para Guiné-Bissau, no âmbito de solidariedade africana da OUA⁸.

Além disso, segundo Nobrega (2003), as forças ligadas ao PAIGC estenderam as perseguições, torturas e fuzilamentos dos chefes tradicionais (Régulos) nomeados pela autoridade colonial. Para o autor, a região de Bafatá foi a mais afetada. Pois, na cidade de Bambadinca, foram assassinados três importantes régulos, chefes da etnia fula, Sembel Koio, Mamadu Bonko Sanha e Sancun Kosse. Na zona norte, região de Cacheu, em Canchungo, foram assassinados a tiros em frente da sua família o régulo Joaquim Baticã Ferreira e o seu irmão Cristiano Baticã Ferreira e um ex-furriel das Forças Armadas portuguesas, Anastácio Sidi. Depois do ato, a família destes foi obrigada a festejar.

⁸ Organização da União Africana.

Movimento Reajustador em 1980, na senda do que é habitual em golpes de estado, procurando a legitimação, demonizou e mostrou como o regime anterior era corrupto e injusto, "descobrimdo", do nada, valas comuns e divulgando listas dos desaparecidos onde constavam notoriamente muitos antigos comandos africanos. o número de vítimas do partido no seu fulgor revolucionário inicial da criação de "nova sociedade" e de "um novo homem africano" é indeterminado. Sabe-se apenas que foram demasiados para tão escasso território e diminuta população (NOBREGA, 2003 p. 2018).

Os assassinatos e perseguições não pararam por aqui. Em 17 de outubro de 1985, aconteceu o ato que deixou ódio no seio do PAIGC e como, é que Nobrega (2003) apontou como uma das mais graves crises de liderança no PAIGC no período pós-independência e que também reflete na sociedade guineense até o presente momento. A maioria dos que foram acusados de tentativa de golpe de Estado são pertencentes à etnia balanta, entre eles estão o então primeiro-ministro, Paulo Correia, e o procurador geral da república, Viriato Pã. No entanto, segundo o autor, o temor a essas duas figuras estatais pode estar na origem de ambos serem vistos como ameaça ao poder, sendo balantas e com maior representação destes nas forças armadas.

Paulo Correia era a figura adequada não só pela sua participação na Luta de Libertação e no pós-Movimento reajustador, mas, sobretudo, porque era considerado um homem intelectualmente brilhante. uma faceta muito apreciada pela população da sua etnia porque, regra geral, os Balantas eram tidos pela sociedade em geral como indivíduos primitivos, incivilizados, incultos, tabanqueiros (da tabanca, o mesmo que rurais com um sentido depreciativo) e, quiçá, pouco inteligentes; enfim, um conjunto de adjetivos pouco dignificantes que criavam algum sentimento de inferioridade dos Balantas perante os outros grupos étnicos e só a figura cada vez mais popular e prestigiada de Paulo Correia contrabalançar esse sentir (NOBREGA, 2003 p. 243)

A citação anterior se conecta com a obra de Norbert Elias e John L. Scotson, intitulado "Estabelecidos e os Outsiders", um trabalho que discute como um grupo social discrimina, estigmatiza, exclui e subjuga um outro grupo. Ou seja, esse trabalho desses dois autores torna uma espécie de laboratório sociológico para entender e compreender a relação do poder entre diferentes grupos sociais. A forma como os Outsiders eram caracterizados pelos Estabelecidos são quase idênticos com o grupo étnico balanta da Guiné-Bissau era visto por diferentes grupos étnicos daquele país. Do mesmo modo que os Estabelecidos julgavam ser superiores aos Outsiders, era assim que os outros grupos étnicos viam os balantas. Portanto, essa é forma violenta de fazer com que os outros se sentissem inferiores e que afastasse dos lugares das decisões públicas, construída com propósito de fazer com que grupos estigmatizados de aceitarem os lugares que foram colocados.

CAPÍTULO 3: VIOLÊNCIA POLÍTICA EM NARRATIVAS CIVIS E GOVERNAMENTAIS EM GUINÉ BISSAU: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DO DISCURSO

O presente capítulo tem como objetivo analisar discursos de ódio e diferentes manifestações de violência política e em pronunciamentos governamentais em Guiné-Bissau. Busca-se, especificamente, evidenciar as realidades da violência política e das ideologias — manifestas e latentes — presentes nos discursos do atual presidente da República da Guiné-Bissau, responsabilizado por práticas de repressão e espancamento contra opositores políticos e cidadãos críticos ao regime instalado nos últimos cinco anos (2020–2025), bem como as possíveis conexões destas narrativas com relações de poder, dominação, concentração de poderes e o desrespeito às normas constitucionais. Reconhecendo a diversidade político-ideológica dos atores que atuam na arena política guineense, esta análise abordará os discursos de alguns membros do governo atual, bem como de ativistas sociais e políticos cujas declarações fomentam ódio e divisões sociais, comprometendo qualquer possibilidade de convivência democrática.

As análises foram realizadas com base em publicações da página oficial do jornal *O Democrata* da Guiné-Bissau no Facebook, bem como dos jornais *Correio da Manhã* e *Público* (ambos de Portugal), além dos veículos internacionais *Voz da América para África* e *Deutsche Welle (DW) África nos períodos de 2023 a 2025*. Para facilitar a abordagem analítica, utilizarei as categorias de *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo (*ethos* dito e *ethos* mostrado), conforme a proposta do linguista francês Dominique Maingueneau. A primeira categoria assinalada aborda as representações que o público constrói do enunciador antes que ele inicie as suas manifestações (Maingueneau, 2011). A segunda categoria é constituída pelos *ethos* ditos e mostrados nos discursos que, ao mesmo tempo, relacionam-se ao *ethos* do “enunciador” que realça e constrói a verdadeira imagem que não foi exposta e revelada por meio dos gestos e atos do enunciador.

Segundo Cleudemar Alves Fernandes (2013), o discurso na linguagem portuguesa é sempre utilizado para referir a pronunciamentos políticos. É um texto bem-organizado estilisticamente marcado pela eloquência e por frases retóricas, que engloba muitas situações linguísticas em contextos sociais. Além disso, ele destaca que o discurso em si não é uma linguagem, mas precisa dela para se materializar. Na verdade, os discursos

estão sempre em movimento, acompanhando as transformações sociais e políticas de toda a natureza que integram a vida humana (Fernandes, 2013).

Para Célia Zeri de Oliveira et al... (2022), a análise do discurso é um campo de pesquisa composto por diferentes abordagens, sendo em grande parte qualitativo, e tem como função ligar a linguagem com o mundo social. Pois os pesquisadores que vão nessa linha buscam interligar o linguístico e social, assim, realçando a ideologia e a exterioridade do contexto histórico. Entretanto para as autoras, cada abordagem desse campo busca oferecer aos pesquisadores um meio particular para investigar e expor dimensões relacionais entre língua, poder, ideologia, cultura e sociedade. Por fim, Oliveira et al. (2022), destacam que esse método qualitativo e interpretativo pode ser usado em diversos campos de estudos, como: linguística, sociologia e antropologia.

Dominique Maingueneau (2014), que também incursionou nas análises sobre discursos e seus contextos, destacou a noção do ethos discursivo, definido como uma categoria de análise complexa, que outrora parte do senso comum, quando é caracterizado em um discurso simples. Para transformá-la em um conceito científico, são necessárias transformações adequadas e restritas ao campo social que o pesquisador pretende analisar, pois o referido ethos discursivo permanece sempre híbrido. Na mesma linha, o autor ressalta que a noção do ethos também é usada na sociologia, ou seja, não é uma categoria utilizada só no campo da linguística.

3.1 Violência política em narrativas civis e governamentais: ethos pré-discursivos

Com relação à primeira categoria supracitada, em discursos proferidos pelo Presidente da República de Guiné Bissau, Umaro Sissoco Embaló, revelam-se representações que têm sido construídas socialmente sobre ele e seu governo (ethos pré-discursivo) em torno das quais se articulam outros discursos por parte da sociedade civil. Estas representações acerca do presidente e do seu governo e com as quais a sociedade civil também dialoga —para refutar, outras para reafirmar—, podem-se agrupar em vários tópicos entornos dos quais se podem identificar expressões de violência política. Estes são: economia, poder judiciário, perseguição política, entre outros problemas sociais.

3.1.1 Economia

[...] a morosidade dos processos judiciais nos tribunais afeta negativamente a atividade económica do país, além de pôr em causa a própria credibilidade da justiça. O chefe de Estado acredita que, apesar deste setor [poder judicial] passar por dificuldades, as instâncias judiciais ainda não estão mergulhadas em

grandes crises, visto que mesmo com deficiência, às instituições judiciais têm dado respostas, progredido e produzido soluções nítidas (O Democrata, 2025).

Este argumento sobre representação construída sobre o presidente, seu governo e seus impactos nos problemas da economia e do sistema judicial no país são evidentes em vários grupos de debates em redes sociais, portanto, o trecho se refere ao *ethos* pré-discursivo. Nestes espaços tem-se podido verificar opiniões que são as que justamente antecedem, por exemplo, ao anterior pronunciamento do presidente.

Com relação à economia, nas narrativas presidenciais evidenciam-se preocupações vinculadas à opinião pública, enquanto um *ethos* pré-discursivo. Neste sentido, seu governo é associado como responsável por problemas econômicos que se refletem no crescimento da inflação.

Neste contexto, o economista responsável pelo departamento africano do Fundo Monetário Internacional (FMI), Thibault Lamaire (2023), afirma que a economia guineense tende a subir 5% entre o final de 2023 e o início de 2024. Igualmente, de acordo com este órgão, a última avaliação do programa de ajustamento financeiro em curso no país indica que, apesar de “derrapagens orçamentais” em algumas áreas, como o pagamento do salário aos funcionários públicos, a economia guineense tem apresentado “avanços significativos”, pois tem cumprido seus compromissos nas reformas estruturais econômicas.

Segundo Santos Fernandes (comentário no jornal O Democrata, 2025) o PIB da Guiné-Bissau está avaliado de sobremaneira em que não foram encontradas saídas ao longo das décadas para uma solução seria para investimento no setor econômico guineense. Para ele, existem muitas dificuldades para investir em setores produtivos, como a agricultura, pesca, indústria, energia e infraestrutura e ainda afirma que a economia guineense permanece baseada essencialmente na produção e comercialização da castanha de caju. De acordo com o autor, isto faz com que o PIB se encontre num dos mais baixos do mundo, inferior a 800 dólares em 2021.

Por outro lado, os comentários em torno dessas declarações jornalísticas sobre o pronunciamento do presidente, revela o descontentamento da parte da população com a atual gestão da República da Guiné-Bissau, sugerindo que este, na verdade, já subjaz pronunciamento que apenas pretende lhe proteger e desviar atenção da população sobre as suas falhas governativas. Por exemplo, leitor 1 afirma: “enquanto temos um presidente que mais viaja no mundo, gastando milhões desse povo em situação de pobreza”.

Essas palavras evidenciam críticas aos gastos considerados desnecessários com viagens, em detrimento da resolução de problemas internos urgentes, como a fome e a pobreza que assolam o país. Em outro comentário, leitor 2 declara: “a economia desse país está a afundar cada dia mais, agora só depende da comercialização de castanha de caju que funciona de ano em ano”. Esse trecho chama atenção para a dependência econômica do país em relação à monocultura da castanha de caju, apontando para a fragilidade e a falta de diversificação da economia nacional.

Um outro internauta, em seu comentário, afirmou: “parem de falar da instabilidade política na Guiné-Bissau, isso pode fazer com que os investidores no setor de comercialização de caju desistam de vir” leitor 3. Essa declaração revela a preocupação de parte da população com os impactos que a imagem de instabilidade política pode causar na atração de investimentos. Na visão desse cidadão, a instabilidade política não é a única responsável pelos problemas econômicos do país. Outros fatores, como a violência, também contribuem para afastar possíveis investidores, que acabam direcionando seus recursos para países considerados mais seguros e politicamente estáveis.

Portanto, a situação de constantes instabilidades políticas na Guiné-Bissau não encoraja um investimento econômico de grande envergadura, pois vários empresários já foram vítimas dos problemas político-social em que os seus comércios foram pilhados e destruídos nos levantamentos militares. O próprio regime instalado no país não facilita o crescimento econômico, pois a forma de desenvolver a política acaba em desestabilizar setor econômico.

Obviamente, num país como a Guiné-Bissau que carece da liberdade de expressão, onde existe persistência de violação dos direitos humanos, desrespeito à constituição da república, espancamentos e ameaças a população civil e os líderes partidários (O Democrata, 2024, a). Com essas características, dificilmente conseguirá atrair os investidores econômicos para aplicar os recursos nesse território. Automaticamente esses atos são desencorajadores de investimentos econômicos de grande envergadura, desencadeando outras mazelas que diariamente se refletem na realidade guineense.

Nesses termos, nas narrativas do presidente se visualizam ethos discursivos, no sentido de estas considerarem implicitamente insatisfações prévias da sociedade civil, às quais se pretendem responder desviando uma compreensão mais complexa e objetiva da situação econômica do país. É isso o que se sugere quando a burocracia judicial é

colocada como principal responsável desta situação: “[...] a morosidade dos processos judiciais nos tribunais afeta negativamente a atividade económica do país...”.

Dificuldades económicas, facilitadas pelo próprio governo, reproduzem a pobreza e com isso, limitam-se possibilidades de diversificar o campo político em termos de classe, género, ideologias e representação étnicas. Ao mesmo tempo, a culpabilização unilateral do setor jurídico pelos problemas económicos do país, sugere considerar influências negativas na opinião pública sobre este setor, atribuindo-lhes responsabilidades que realmente lhes podem transcender. Por trás dessas acusações tem uma construção simbólica que negligencia explicações mais fidedignas sobre os problemas económicos do país, nas custas do desvirtuamento simbólico desse setor. Sem dúvidas, constituem estas algumas das manifestações de violência política que definem a realidade do país.

3.1.2 Justiça

Ligado à dimensão anterior, as opiniões da sociedade sobre o sistema judiciário guineense também têm sido parte das preocupações do presidente. Por um lado, existe a opinião de que a justiça no país não tem tido a devida atenção por parte do atual governo. Com isso, evidenciam-se descontentamentos com as falhas neste campo, em termos de eficiência e tempestividade das soluções oferecidas.

Conforme se pode observar ao longo deste trabalho, existe um reconhecimento na sociedade civil e política guineense de problemas existentes, relacionados à interferência do presidente no sistema judicial e legislativo. Assim, isso explica as referências do presidente às deficiências do sistema judicial, visando minimizar às suas responsabilidades nestes problemas, bem como as próprias deficiências do sistema, que ultrapassam a simples ideia de oferecimento de soluções nítidas. O que se percebe nestes espaços de debates sociais é, portanto, uma grande preocupação com o carácter democrático do funcionamento não só do sistema judicial, como também do sistema político, de acordo com o próprio Rui Jorge Semedo, que mostra a sua preocupação com a dissolução do parlamento e as interferências presidenciais nos poderes executivos, como graves afrontas à democracia (DW, entrevista a Rui Jorge Semedo⁹, 16 de maio de 2022)¹⁰.

⁹ Rui Jorge é analista político guineense que faz análises sobre situação política nacional.

¹⁰ <https://p.dw.com/p/4BNBr>

Tais depoimentos de Rui Jorge Semedo se conectam com episódios narrados por (DW, 2025) que permitem ampliar as suas preocupações. Em 2023 a casa e a sede do ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Pedro Sambú¹¹ foram invadidas por homens armados, culminando com o seu pedido de demissão. A partir destes fatos, tem-se levantado critérios de magistrados (DW, 2025) que assumem este processo de interferência como "vicioso" e "inconstitucional", demonstrando que o Supremo Tribunal foi "assaltado" e, portanto, é alvo direto dos jogos políticos a favor do presidente da república.

Argumentações similares foram apontadas pelo presidente da Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ), Abulai Djaura, num comentário que (O Democrata, 2025 a), teve acesso, este alega que o setor judiciário guineense necessita de reformas profundas, pelo fato de estar enfrentando várias crises e de permanecer viciado por interesses políticos. Segundo a sua experiência, dito sistema judiciário se encontra aquém das expectativas, porque não está conseguindo dar respostas adequadas à sociedade civil. Com isso, a sua reforma o colocaria em condições verdadeiras de oferecer à sociedade guineense um trabalho digno. Para Djaura, esse órgão judicial do país é “muito viciado”, razão pela qual necessita de reformas profundas para que possa oferecer à sociedade guineense trabalho digno e devolver a moralidade a todos cidadãos que escolhem esse país para viver.

Abulai Djaura disse que o sistema judiciário “é muito viciado”, razão pela qual precisa de reformas para que possa fazer o seu trabalho com a dignidade e devolver a moral aos cidadãos para o bem-estar da sociedade guineense. “A crise política vigente do país foi patrocinada pelo sistema judiciário”, disse e chamou à Comunidade Económica dos Estados da África (CEDEAO) a assumir a sua responsabilidade enquanto uma entidade que preza pelos princípios democráticos para que os Estados membros possam beneficiar da sua atuação (DJAURA apud O Democrata, 2025 b).

Assim, Domingos Simões Pereira, líder do partido PAIGC, considera que atacar o supremo tribunal de justiça é atacar o próprio Estado, dizendo:

Nós não achamos normal que se ataque o Supremo Tribunal de Justiça. Podemos não estar contentes com os juízes, com o trabalho que um ou outro juiz possa ter feito, mas não podemos atacar a sua casa. Para o presidente do PAIGC, que falava numa mensagem na rede social Facebook, atacar o Supremo Tribunal de Justiça é "atacar o próprio Estado" e "quando desaparece o Estado entra a anarquia e aí começa a matança entre a população". “Quando

¹¹ Pedro Sambu foi presidente do Supremo Tribunal de Justiça entre 2021 à 2023, quando a sua sede/casa foi invadida.

Estado está na rua, já não é um Estado", acrescentou Simões Pereira [Supremo Tribunal]" (SIMÕES PEREIRA apud RDP, 2020).

Nessa mesma linha de pensamento se situa comentário de Braima Sadjo (2025), para quem a maioria das instituições democráticas da Guiné-Bissau estão sequestradas e instrumentalizadas por um grupo de impostores ilegais que estão dirigindo o país de modo desastroso contra a democracia e o Estado de direito. Ele afirma ainda que a realização de uma eleição fantoche no supremo tribunal, à maneira sissocista¹², é aceitar o sepultamento desse setor importante, que garante afirmação de um Estado de direito e democrático. A título de exemplo, podemos destacar o ataque contra o Frente Popular, uma organização de sociedade civil que manifesta contra abuso de poder na Guiné-Bissau.

Ao final da manhã, a Frente Popular, uma plataforma que junta grupos de mulheres, de jovens e de sindicatos, e que é a organizadora do protesto contra Umaro Sissoco Embaló, fez saber que "mais uma vez, contra todas as disposições legais, as forças a mando da ditadura a desgovernar a Guiné-Bissau sequestraram dezenas de cidadãos indefesos que se estavam a mobilizar em diferentes artérias de Bissau para a manifestação" (DW, 2024).

O enfoque crítico das reflexões das lideranças políticas citadas, que indicam sérios problemas no sistema judicial guineense, sugerem preocupações que fazem parte das narrativas presidenciais na forma de ethos pré-discursivos. São justamente estas opiniões públicas as que explicam posicionamentos do próprio presidente da república, indicando que não vai permitir a “desordem” no país. Dessa maneira, exerce uma violência política ao assumir o Frente Popular como uma organização marginalizada cujas manifestações de oposição política —legítimas em qualquer país democrático— constituem uma desordem, passível de repressão violenta. É isso o que se revela por trás da expressão “quem sair nas ruas para eventuais manifestações assumirá consequências” graves (DW, 2025).

As anteriores palavras se conectam, então, com conteúdo do relatório da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (2023), quando assinala que desde a entrada oficial do país no multipartidarismo em 1994 com a realização das primeiras eleições, nunca houve tantas perseguições e raptos na Guiné-Bissau como durante a administração de Umaro Sissoco Embaló. Portanto, o governo atual na Guiné-Bissau carrega em si preceitos não democráticos e de afirmação de um poder autoritário, que é possível rastrear nas próprias narrativas e na maneira como estas se conectam com outras narrativas e

¹² Nome doado ao regime de Umaro Sissoco Embaló

realidades como perseguições, prisões arbitrárias e torturas, que tem aumentado significativamente de 2020 para cá, o período que chegou ao poder. Quer dizer, a partir da experiência de Guiné-Bissau, os discursos políticos não são apenas palavras. São também reflexos e formas de constituição e regulação de relações e ações sociais (Luhmann, 1971).

Ainda de acordo com este relatório, foi criado um departamento de tortura dentro da presidência com a finalidade de raptar e espancar qualquer voz contrária ao regime (terrorismo de Estado). Assim, podemos reforçar o uso desse termo, criado pela Liga, “terrorismo de Estado”, pois recentemente foi registrado atos de violências contra os ativistas sociais ante regime de Sissoco em Portugal pelos seguranças do presidente da república. Um dos ativistas, Mario Biaguê, foi brutalmente espancado e, devido à gravidade das agressões, precisou ser hospitalizado. Este ato teve grande repercussão tanto na comunidade guineense residente na diáspora, quanto na própria Guiné-Bissau (O Democrata, 2025 c).

Para Juliano Fernandes, líder do Partido Nacional para Liberdade e o Desenvolvimento “COLIDE-GB” (O Democrata, 2025), disse temer que, pelo andar a atuar da locomotiva que a Guiné-Bissau está dando passos gigantes para “abismo e anarquia”. Segundo ele, o ato ocorrido no dia 3 de julho, entre um grupo de ativistas sociais e a guarda presidencial, que resultou em ferimentos graves em um dos ativistas é lamentável. E, o seu partido sempre e para sempre é contra qualquer tipo de violência, seja verbal ou física, psicológica ou de outro gênero.

Por conseguinte, Frente Popular, como uma organização civil que protesta contra diversas áreas para exigir o governo a sua responsabilidade política perante as demandas sociais foram diversas vezes submetidos a torturas e os seus líderes presos e espancados (O Democrata, 2024). Consecutivamente para calar essa organização, saiu ofício nº 125/1 da constituição da república e art. 158º do código civil do ministério público que ilegaliza o Frente Popular. Definitivamente foram consideradas ilegais duas organizações da sociedade civil, no dia dois de julho de 2025 pelo Ministério Público da Guiné-Bissau: Frente Popular e o Espaço de Concertação das Organizações da Sociedade Civil” (Ministério Público da Guiné-Bissau, 2025).

Domingos Simões Pereira, presidente do PAIGC e principal opositor do regime sissoquista, em entrevista publicada pelo jornal *O Democrata* em 24 de maio de 2025, alertou que o presidente Sissoco “pode comprar todos os tribunais, mas um dia ele vai

querer que a justiça funcione e vai encontrar aquele mesmo tribunal que ele criou”. Pereira ressaltou ainda que quem “dá legitimidade de assumir a dianteira de todos é o povo”.

Nesse sentido, notam-se, até aqui, outros depoimentos de personalidades da sociedade civil que, ao revelarem inconformidades com o sistema judicial, ampliam a compreensão sobre o seu funcionamento, para além das narrativas presidenciais. No entanto, tais depoimentos não são únicos. Nas próprias opiniões de usuários de redes sociais se constata insatisfações similares às apontadas por Simões Pereira, que não somente contradizem pronunciamentos presidências sobre este tema, como também se podem visualizar como formas de ethos discursivos presentes nas narrativas governamentais.

Considerando que a Constituição da República estabelece a Guiné-Bissau como um país democrático, tal legitimidade deveria, de fato, emanar do povo. No entanto, no atual regime, observa-se que os direitos constitucionais não têm sido plenamente respeitados, o que leva a crer que o presidente Embaló não encontraria dificuldades em autolegitimar seu poder, possivelmente contando com a chancela de um tribunal por ele subordinado. Neste sentido, um comentário publicado na página do *O Democrata* no Facebook, leitor 4 acusa que: “o setor judicial é o principal atraso do desenvolvimento da Guiné-Bissau”. O que tudo indica é que o tribunal guineense não tem cumprido suas funções judiciais.

Leitor 5 em seu comentário, ressalta: “vamos acabar com essa brincadeira de responsabilizar o poder judicial, que foi um campo instrumentalizado pela classe política”. As críticas a essa instituição prosseguem em outro comentário, no qual se afirma: “este dito supremo é inútil, não tem poderes para tomar nenhuma decisão, porque o seu dito presidente é ilegal” leitor 6. O uso reiterado do termo “dito” revela que parte da população guineense não reconhece o Tribunal como uma instituição pública voltada à defesa do interesse coletivo, mas sim como uma instância controlada por uma cúpula política.

Ainda nessa linha, uma outra assertiva revela a necessidade de estar em condições de governar, o que implica que respeitar as leis é uma condição fundamental para exercer o poder. Isso pode ser observado nas seguintes palavras:

Porque, estando em condições para governar, é necessário respeitar as leis que a Constituição nos oferece. Agora, a quem pensa que ser apoiante de partido A ou B é a mesma coisa quando tratar da legalidade do assunto? É óbvio que cada um tem o seu candidato, mas isso não significa violar as leis para beneficiar o seu grupo político (CAMARA, 2025).

Nessa crítica, percebe-se que o interlocutor reconhece a complexidade do sistema político guineense e defende a importância da legalidade nos processos. Para ele, o eleitor tem o direito de escolher seus candidatos, mas também a responsabilidade de pleitear pelas vias legais de gestão. Portanto, em um bate-rebate, leitor 7 argumenta que: “Domingos Simões Pereira tinha comprado o antigo presidente de Supremo Tribunal de Justiça, Paulo Sambú, onde está o problema se Sissoco comprou o atual presidente?” Contudo, essas opiniões revelam que essa prática de manipular o tribunal ou elegê-las com base em interesses políticos dos eleitos é uma prática recorrente entre os governantes.

O problema judiciário na Guiné-Bissau é um exemplo da violência política e da desigualdade social que a sociedade guineense está inserida ao longo de mais de cinco décadas. A situação da justiça seletiva, interferências diretas dos dirigentes políticos e chefias militares no setor judiciário atrapalha o ambiente de paz social e do crescimento das desigualdades sociais e de injustiças na Guiné-Bissau, trazendo grandes afetações aos setores políticos que se consideram adversários.

Ao longo do tempo, acompanhamos politização da justiça no país, as eleições desse plenário importantíssimo para extinção da desigualdade social e de garantir direitos iguais a todos os guineenses passa a ter um candidato escolhido e apoiado de forma disfarçado pelo presidente da república. No regime do então presidente João Bernardo Vieira (2008), houve boicote do candidato Emilio Kafft-Kosta a presidência do Supremo Tribunal de Justiça a favor da candidata Maria de Céu Silva Monteiro, pois essa última era candidata escolhida por ele. Recentemente o Arafam Mané foi escolhido como presidente do Supremo Tribunal de Justiça, porque era indicado pelo atual presidente da república, mesmo com resultado contestado pelos magistrados, ele foi considerado vencedor das eleições. Vale ressaltar que as eleições são marcadas e realizadas pelo conselho superior da magistratura judicial, aonde os juízes conselheiros podem manifestar as suas candidaturas. Portanto, órgão judicial é um poder independente que compõe os três pilares de poderes na Guiné-Bissau, que são: Poder Executivo, Legislativo e Judicial. Mas, sempre o poder executivo interfere nos outros dois poderes que por sinal deviam ser autônomos e soberanos¹³.

Como se sabe, a falta da justiça afeta seriamente o desenvolvimento de um país, assim como a paz social, pois a perseguição judicial para com adversários políticos e prisões arbitrárias só cria ambientes hostis e de ódios entre os familiares e parentes dos

¹³ Link da contestação dos juízes do STJ(<https://p.dw.com/p/4u8Sz>)

injustiçados. Portanto, as justiças seletivas, interferências dos militares e dos políticos nos setores judiciais, além de retirar a autonomia dos responsáveis da justiça é uma clara forma da violência política.

3.1.3 Perseguição política e manifestação do Sissoquismo: estereótipos culturais

Além das reflexões até aqui expostas, outras narrativas governamentais também aparecem contendo vestígios de violência política, embora atravessado por outras dimensões. Neste caso, percebe-se a presença de ethos pré-discursivo em narrativas nacionais carregadas de estereótipos étnico-culturais socialmente construídos —especialmente sobre os muçulmanos—, para fins políticos.

Portugal não foi sensível ao apreender esses passaportes”, lamentou, afirmando que essa ação atinge qualquer sensibilidade por se tratar de uma questão delicada e religiosa. Para Umaro Sissoco Embaló, essa postura revela uma clara “hostilidade” contra os muçulmanos. “Assuntos relacionados à peregrinação são sensíveis em todas as partes do mundo. Não brincamos com religião e devemos tratar esses temas com sensatez e prudência”, criticou (EMBALO apud O DEMOCRATA, 2025 d).

Neste trecho, o presidente se coloca na posição de vítima e tenta esforçar solidariedades e simpatias religiosas, apelando à sensibilidade do público muçulmano guineense e ao caracterizar as autoridades portuguesas como hostis e preconceituosas com relação à religião muçulmana. Tudo isso, a partir de fatos sobre os quais faltam algumas verdades.

Por um lado, pode-se dizer que as mencionadas palavras de Umaro, revelam uma certa noção sobre a construção da política e da administração pública no país. Não importa a competência política ou administrativa que alguém possa ter.

Portanto, para ele ter dita confiança significa reconhecer que essa pessoa agraciada, pelo fato de ser muçulmana, materializa a lealdade e honestidade, dentre outros possíveis valores que justificam a referida confiança depositada pelo o presidente. De igual modo, tais palavras revelam implicitamente que os muçulmanos são bem-vindo e pertencem ao mundo da política e do presidente, independentemente das suas competências e características morais.

Por outro lado, adversários seriam a parte contrária aos valores mencionados, mas tendo como principal fator explicativo as religiões que professam. Também, o resto das religiões por ele referenciadas, são colocadas sutilmente como depositárias de desconfiança e de um lugar de não pertencimento ao âmbito da política ou a outros

contextos de prestígio. Inclusive, com tais comentários Umaro enaltece possibilidade de convivência entre muçulmanos e, ao fazer isto, também se posiciona, com a mesma força, como um descrente das mesmas possibilidades de convivência entre muçulmanos e outros grupos religiosos. Desta maneira, pode-se concluir que Umaro se vale de uma instrumentalização étnica-religiosa com fins políticos, ao enaltecer uma suposta superioridade simbólica das suas próprias crenças em detrimento de outras.

Para o efeito, acompanhamos o caso recente que presidente refere ao Braima Camará como seu aliado por ambos serem muçulmanos (rezam sexta-feira, enquanto seus adversários vão à igreja ou “*balobá*”)¹⁴. Isso mostra uma clara forma de instrumentalização étnica-religiosa, pois ele afirma que os muçulmanos possam coabitar mais entre eles em relação a de um muçulmano com cristão. Além disso, tem caso da destruição do lago M`batonha, que foi destruído por motivações políticas e instrumentalização étnico-religioso. Portanto, presidente justifica que tem igreja católica na região central de Bissau, justificava a construção de mesquita nessa região, e ainda, acima de uma lagoa, mesmo sabendo que a igreja foi construída na época da administração colonial e que não vocação do nosso Estado atual (por ser laico) não é construção de lugares de culto, ao menos para instrumentalizar religiões. A citação a seguir exemplifica como ele reproduz essa tentativa de manipulação discursiva.

Vale lembrar que *M`batonha* é considerado maior parque de lazer e biodiversidade urbana localizada na cidade de Bissau, é considerado um local importante para a conservação de aves, tanto residentes quanto migratórias, e para a manutenção da ecologia urbana, além de ser também habitat de jacarés. Nas indicações de DW (2023), apontam que após o anúncio de construção da mesquita (igreja muçulmana) no parque gerou polemica e descontentamento no seio populacional. A declaração deixou a sociedade civil e ativistas ambientais preocupados e acusando a autoridade nacional de praticar crime contra ambiente e descaso social.

Vários depoimentos de usuários em redes sociais, anteriores a essas narrativas do presidente, oferecem luz sobre a maneira como estas últimas são atravessadas por *ethos* discursivos, aos quais Umaro pretende responder.

Segundo Sumaila Jaló, no comentário no jornal (O Democrata, 2023)¹⁵, o problema não é a repugnância na construção de mesquita. E ele, sendo muçulmano praticante, destaca que a construção de Sé Catedral de Bissau, além de não ter sido erguida

¹⁴ *Baloba* é idêntico ao terreiro aqui no Brasil.

¹⁵ Sumaila é um ativista social guineense que analisa questões político-social da Guiné-Bissau.

em uma zona húmida, foi construída na época colonial. Para ele, a sociedade não está a contestar a construção de mesquita, mas sim, o lugar onde está sendo construída, servindo para uma instrumentalização da religião para fins políticos:

“Ninguém está contra a construção de mesquita. Eu sou muçulmano praticamente. A Sé Catedral de Bissau foi construída no tempo colonial e não está construída em zona húmida. A sociedade não está a reclamar a construção de mesquita, não. Porquê construir mesquita no parque Mbatonha? A questão essencial, que o Presidente denunciou, é que na origem do projeto está a instrumentalização religiosa. É isso que o Presidente quer fazer” (SUMAILA JALO apud DW, 2023).

De acordo com DW (2023), os ambientalistas consideram a destruição do parque natural de *M`batonha*, em Bissau, um ataque ao meio ambiente e acusam as autoridades de abuso de poder. Só que o governo continua a considerar a construção na lagoa de “legal”. DW teve acesso a carta aberta enviada ao presidente da Câmara Municipal de Bissau no dia 31 de dezembro de 2022, assinada por mais de dez organizações que defendem direitos ambientais na Guiné-Bissau, exigindo suspensão de obras nesse lugar. Igualmente, outros posicionamentos de cidadãos em redes sociais, coincidem com a crítica plasmada nessa carta:

Leitor 8 destaca que, “construir numa zona húmida como aquele lugar, não é de interesse só nacional, mas também ambiental”.

Já, leitor 9 afirma que “a Guiné-Bissau tem muitos lugares para construir e não logo numa lagoa importante”. Nessa seara, leitor 10 arrematou: “Discordo totalmente com o ato que estão fazendo em *M`batonha*, porque é um espaço onde vivem outros seres vivos, ou seja, estão acabando com habitat deles”. Apesar dessas críticas de alguns internautas, outros funcionários governamentais insistiam em menosprezar estas opiniões. Um exemplo político constituído pelo ministro do Ambiente e Biodiversidade, Viriato Soares Cassamá (2023) considera que “*M`batonha* é uma lixeira e não tem nenhuma classificação nem estatuto ambiental”. No entanto, essas questões levaram a população a manifestação no país, algo que Sissoco nunca se demonstrou adepto.

O interesse nacional se sobrepõe ao interesse ambiental. Lembro-me que quando éramos crianças ainda fiz aulas de ginástica atrás da Sé Catedral onde estão aquelas obras. Jogávamos lá, era um espaço de lazer de crianças, mas fez-se lá uma construção. Onde está o problema?”, questionou. Umaro Sissoco Embaló anunciou assim a construção de uma mesquita, escola e centro de saúde no atual parque, em Bissau, e pediu responsabilidade no tratamento de questões ligadas à religião (Embaló apud DW, 2023).

O presidente além de perseguir os seus adversários políticos fisicamente e judicialmente através das constantes acusações de que esses tentaram dar golpe de estado que ceifaria a sua vida e dos seus aliados políticos, mas até o presente momento não existe uma acusação formal por parte do ministério público a Domingos Simões Pereira e Nuno Gomes Nabiam. Além disso, ele proibiu as manifestações políticas e comício populares, ou seja, qualquer tipo de aglomeração com finalidades políticas a estes.

Portanto, ele utilizou instrumentalização étnico-religiosa como método de diferença cultural entre muçulmano, cristão e praticantes das religiões tradicionais. Ora, com essas diferenças criadas por ele com intenção de barganha eleitoral através dos votos solidários dos muçulmanos é um exemplo de manifestação da violência política presente na Guiné-Bissau.

3.1.4 Poder político e a sua militarização

Outro âmbito onde é possível avaliar manifestações de violência política nos discursos do atual governo de Guiné-Bissau, diz respeito à conexão entre poder político e a sua militarização. Na citação que se segue o Chefe de Estado Maior General de Forças Armadas numa entrevista dada a jornalista do jornal O Democrata Carolina Djeme, tenta mostrar que a instituição que ele tutela não irá permitir desordem constitucionais.

O Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, Biaguê Na N'Tan, garantiu esta quinta-feira 24 de abril de 2025, tolerância zero a qualquer tentativa de alteração de ordem constitucional na Guiné-Bissau. Na ocasião, Biaguê Na N'tan assegurou que as forças armadas estão empenhadas não só em ajudar na construção do país, mas também contribuir para que as forças armadas tenham grande capacidade em ajudar o Estado. (Djeme, 2025).

O trecho que antecede se conecta com *ethos* pré-discursivo, pois ele tenta afastar as Forças Armadas de qualquer tipo de responsabilidade pela instabilidade governativa. Parece que os militares não têm nenhum tipo de envolvimento e interferência nos assuntos políticos. Logo, Biaguê Na N'tan indica que as forças armadas estão empenhadas na construção do país.

A declaração do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, proferindo discursos veementes com caráter de impedir tentativas de golpe de Estado, é recorrente na história recente do país. Em outro discurso proferido por ele no março de 2016 anuncia: “nunca mais seremos parte do problema. Não há mais golpe de Estado comigo nas Forças Armadas. Qualquer soldado que o tentar não temos lugar nas prisões, mas sim nos cemitérios” (RADIO VOZ DE AMÉRICA PARA ÁFRICA, 2016).

A sua declaração faz lembrar os soldados e chefes de ramos descontentes com a sua gestão, que já havia militares assassinados por tentarem dar golpe de Estado. Nesta lógica, além de forjar a violência como o único método de solucionar os problemas tantos de origens sócio-políticos e militares, ele acaba deslegitimando o próprio sistema judiciário e ao mesmo tempo aprova que podemos resolver problemas com as nossas próprias mãos que exemplifica reprodução da violência.

Muito embora, o líder dos militares tenta apresentar uma imagem de neutralidade nos assuntos políticos, mas para alguns políticos estes são a parte do problema, pois existe indícios de participações dos militares nos assuntos políticos, segundo Domingos Simões Pereira.

Simões Pereira (2025), expressa que “afastar os militares do jogo político e devolver o poder ao povo é um imperativo nacional”. Para o líder do PAIGC, o poder não se encontra no seio do povo, sendo necessária à sua devolução para que o país se estabilize, recupere a dignidade, promova o trabalho e restabeleça o funcionamento das instituições do Estado de forma democrática, o que representa a esperança ao povo guineense.

Por outro lado, coligação PAI-Terra Ranka que ganhou as últimas eleições legislativas de junho de 2023, lamentou a posição das forças armadas:

“É lamentável que se pretenda incluir as Forças Armadas no debate político”, afirmou Domingos Simões Pereira, que falava no final de uma reunião entre a PAI-Terra Ranka e a coligação Aliança Patriótica Inclusiva (API). As duas coligações reuniram-se hoje para analisar as declarações do general Na N’tan e ainda afinar estratégias para o que consideram de “abuso do poder e falta de democracia” na Guiné-Bissau. Ainda sobre as declarações de Na N’tan, as duas coligações anunciaram que vão pronunciar-se publicamente na quinta-feira, mas para já, Domingos Simões Pereira notou que as Forças Armadas “não são adversárias” dos políticos (RTP África, 13 de novembro de 2023).

As posições sobre o papel das forças armadas guineense não só indignaram os líderes políticos. Também foram motivo de posicionamentos críticos da população civil nas redes sociais entre guineenses radicados em diferentes lugares do universo. Leitor 11: “tolerância zero e estás a apoiar Sissoco que não está respeitando a constituição da república?” (Comentário na página de Facebook O Democrata, 24 de abril de 2025).

De acordo com leitor 12, “Biaguê não nos fala de subversão e nem da ordem constitucional, pois é isso que você apoia ao longo dos anos, e espero que essa mensagem chegue em ti com todo respeito” (Comentário na página de Facebook O Democrata, 24 de abril de 2025).

Leitor 13, “tudo que está acontecendo na Guiné-Bissau é da responsabilidade desse homem velho que o Sissoco comprou” (Comentário na página de Facebook O Democrata, 24 de abril de 2025). Nesta perspectiva, as organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau, ameaçam convocar a população guineense que saiam nas ruas para conter abuso de poder por parte do regime vigente.

Os cidadãos guineenses reagrupados em mais de 50 organizações cívicas e sociais ameaçam convocar o povo guineense nos próximos dias para combater à ditadura e colocar o “usurpador Umaro Sissoco Embaló fora do Palácio Presidencial”, e por conseguinte, restabelecer a normalidade constitucional e criar condições para a realização do bem-estar para todo o povo africano da Guiné-Bissau. “A agenda ditatorial, iniciada em 27 de fevereiro de 2020 com a assunção do poder à margem da Constituição enquanto decorria um contencioso eleitoral no Supremo Tribunal de Justiça, destruiu os fundamentos da democracia e colocou as principais instituições republicanas, nomeadamente o Supremo Tribunal de Justiça, a Assembleia Nacional Popular, a Procuradoria Geral da República e o Tribunal de Contas sob tutela direta de desmandos do ditador Umaro Sissoco Embaló” pode ler-se ainda, adiantando que a institucionalização de esquadrões de tortura na Presidência da República e no Ministério do Interior com mais de uma centena de vítimas dentro e fora do país, através de raptos, sequestros e espancamentos contra opositores, jornalistas, ativistas e defensores de direitos humanos, é uma realidade conhecida e registada em vários relatórios das organizações de direitos humanos guineenses e internacionais (COLETIVO DE ONGs apud O DEMOCRATA, 2025 e)

O trecho de discurso anterior traz as evidências das violações dos direitos humanos. Para ONGs, existe elementos fortes para implementação da ditadura do atual presidente da república Umaro Sissoco Embaló, que ao longo da sua investidura não conseguiu respeitar as normas que a constituição da república exige.

O regime liderado pelo Sissoco não só expandiu violência social por meio de diferentes práticas nefastas que comprometem a paz social, como aponta o relatório de Liga dos Direitos humanos (2023), também houve aumento do tráfico internacional de droga, criação de gabinete de repressão na presidência da república, sequestro aos órgãos do poder estatais (Supremo Tribunal de Justiça, Assembleia Nacional Popular e Tribunal das Contas). Também, o mandatário aplicou uso da força e recursos violentos para dominar os outros grupos para sua permanência no poder, e, conseqüentemente desrespeitam as leis que guiam a sociedade de forma abusiva. Tudo isso acaba refletindo na implementação e consumação da tirania que aumentaram significativamente através dos raptos, sequestros e espancamentos de políticos, jornalistas, militares e de prisões arbitrárias desenfreadas (LGDH, 2023).

Observa-se a ocorrência de situações potencialmente perigosas que condicionam a proliferação contínua da violência, bem como retaliações familiares por parte dos

parentes das vítimas, o que pode acarretar problemas sociais profundos em breve. Alguns apoiadores do regime, assim como grupos sociais que se identificam culturalmente — etnicamente e religiosamente — com o presidente, além de manifestarem apoio, sustentam que o país se encontra em processo de desenvolvimento.

Conforme afirmado por Sissoco Embaló na publicação do jornal *O Democrata* (2025 e), será adotada uma resposta adequada em relação à manifestação anunciada pelas organizações da sociedade civil. Segundo o presidente, os manifestantes devem compreender que não haverá espaço para “desordens” e que o país “não é de marginais”. Ademais, Embaló declarou que aguardará o desenrolar dos acontecimentos no dia 25 de maio, data marcada para a referida manifestação.

Sob essa perspectiva, a declaração presidencial suscitou controvérsias nas redes sociais. A seguir, apresentam-se manifestações públicas de descontentamento da população frente às ideias repressoras do chefe de Estado. Pois numa sociedade democrata as manifestações são direitos cívicos e não pode ser considerada de atitudes que causam desordens públicas. Como podemos ver nos comentários seguintes:

Leitor 14 questiona: “Numa sociedade que se diz democrática, manifestação pacífica é considerada desordem pelo presidente da República, como assim?” Leitor 15 afirma: “Para um homem que declara interesse em ouvir e conhecer o povo guineense, é lamentável que Sissoco esteja realizando comícios que enganam os menos atentos; no entanto, estamos vigilantes. O artigo 7º da Constituição da República garante a liberdade de expressão e o direito de manifestação.”

Em outra manifestação, leitor 16 questiona quem são os verdadeiros agentes da violência: aqueles que desejam exercer pacificamente o direito constitucional de manifestação ou aqueles que buscam restringir tal direito fundamental? Por sua vez, leitor 17 afirma que “a sociedade civil da Guiné-Bissau passou a ser de partido PAIGC”, atribuindo ao presidente a responsabilidade de interpretar as manifestações como atos políticos da oposição partidária, e não como expressões legítimas da sociedade civil. Tais estratégias evidenciam a intenção de silenciar movimentos sociais.

Por outro lado, o presidente também recebe apoios nas redes sociais, como exemplifica leitor 18: “É necessário disciplinar aqueles que promovem desordem... Senhor presidente, estou ao seu lado. Guiné-Bissau, avante! Aqueles que causam desordem não devem ser aceitos.” O trecho do discurso presidencial que se segue evidencia a intenção de afirmar um regime autoritário na Guiné-Bissau.

O Secretário Geral do Movimento para Alternância Democrática (MADEM), José Carlos Macedo Monteiro, afirmou esta quinta-feira, 29 de maio de 2025, que se o atual Presidente da República, Umaro Sissoco Embaló, ganhar as próximas eleições presidenciais de 23 de novembro, rasgará a Constituição da República e não haverá mais eleições (O DEMOCRATA, 2025 f).

O discurso acima revela ethos pré-discursivo com conteúdo de violência política, pois expressa a verdadeira imagem da intenção absolutista de um poder soberano na Guiné-Bissau. O atual secretário de Estado de Ordem Pública traz à tona a parte omissa de um regime que chegou ao poder através de votos democráticos e com intenções de inverter os planos democráticos e multipartidários no poder supremo e unitário que minam qualquer possibilidade de afirmação de um Estado de direito. Além disso, o presente discurso realça os sequestros de outros órgãos de soberania nacional (tribunal e parlamento). Só resta corporificar esse desejo de rasgar a constituição da república para definitivamente sepultar a nossa democracia.

A declaração de José Carlos Macedo revela o plano de extinção da constituição da república em detrimento de uso das forças para reprimir a qualquer voz discordante do regime de Sissoco. Ou seja, a intenção deles é de subjugar as leis fora e atuarem de forma abusiva contra o Estado de Direito e Democrático na Guiné-Bissau. Como se sabe, a proibição de marchas públicas de forma pacífica é características de um Estado tirano. E esta prática tem sido recorrente, especialmente pois o ministério de interior, em diversas ocasiões, emitiu comunicados que proíbem as manifestações públicas, constituindo esta prática um claro exercício de violência política. Tanto a Liga dos Direitos Humanos, assim como a população civil, posicionou-se a respeito do assunto, denunciando a violação de direitos fundamentais —direito de manifestação— garantidos pela Constituição da República a todos os cidadãos (LGDH apud O Democrata, 2025 g).

Em contrapartida, leitor 19, apoia a iniciativa, afirmando que “é isso aí, agora não é preciso esconder nada! Tudo aos olhos nus”. Complementando, leitor 20 ressalta: “por isso que gosto de José Carlos Macedo e Botché Cande, ambos não escondem nada, falam tudo que é segredo maldoso para o país; agora, se não quisermos entender o problema, é problema nosso”.

Demonstrando preocupação, leitor 22, alerta: “essas afirmações não vão ajudar o presidente na reeleição. Será que José Carlos Macedo deseja a continuidade de Sissoco no Palácio ou não?” Questionando as iniciativas de Macedo, leitor 23 reforça a importância de não levar a sério as palavras de José Carlos Macedo.

Podemos entender, nos comentários, que os apoiadores do próprio regime estão temendo as afirmações reveladas, pois, para eles, esse tipo de atitude do secretário de Estado da Ordem Pública pode comprometer a reeleição do presidente, tendo em conta que a oposição já o acusa de desrespeito às leis que regem a sociedade guineense. Por conseguinte, o presidente da Liga dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau evidencia, na citação que se segue, que o abuso de poder, a perseguição e a tortura tornaram-se algo normal na Guiné-Bissau.

O Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), Bubacar Turé, afirmou que a situação de ameaças e tentativas de sequestro que tem enfrentado permanece inalterada. Neste contexto, declarou: “Sou a pessoa mais procurada neste momento”, assegurando que o objetivo do regime é claro, “prender e levar-me ao Ministério do Interior para ser submetido às sessões de tortura” (O DEMOCRATA, 2025 h).

A anterior cita do jornal O DEMOCRATA (2025), bem como os comentários anteriores de defensores do regime de Umaro, especialmente aqueles que demonstraram anseio pelo disciplinamento de adversários políticos, sustentam ethos pré-discursivo nas narrativas governamentais, que refletem formas de violência política. As justificativas para o disciplinamento de adversários que supostamente socavavam a paz, constituem um marco de legitimação da violência e perseguição contra adversários como o próprio presidente da Liga dos Direitos Humanos. Este demonstrou que a sua integridade física e da sua família estava em risco, a raiz da denúncia que fez de mortes dos pacientes que foram submetidas a tratamento de hemodiálise no hospital nacional Simão Mendes, por falta de treinamento dos profissionais que estavam atendendo naquela unidade hospitalar. Deste modo, tem sido alvo de sistemáticas tentativas de intimidação.

Assim sendo, o presidente da Liga dos direitos humanos responsabilizou o regime pelas mortes desses pacientes e o governo para tentar fugir das suas responsabilidades, acusou a Liga de transformar num partido político e de faz papel de amanuense dos políticos para denegrir a imagem do regime liderado pelo Sissoco. Nessa ótica, a Liga dos direitos humanos como organização que defende os direitos humanos contra qualquer tipo de violência, tanto física, moral e política proferiu conferências de imprensas para apontar sobre o plano do regime em curso, de sequestrar e espancar o seu presidente.

A vice-presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), Claudina Veigas, responsabilizou esta segunda-feira, 14 de abril de 2025, o governo liderado por Rui Duarte de Barros, pelas perseguições e tentativas de sequestro e espancamento ao presidente da Liga, Bubacar Turé. Claudina Veigas falava numa conferência de imprensa conjunta realizada na sede daquela organização em Bissau, na qual disse que a direção da Liga Guineense

dos Direitos Humanos tem estado a acompanhar com profunda preocupação a onda de perseguições, intimidações e tentativas de prisão abusiva do seu presidente Bubacar Turé, perpetrados por elementos do Departamento de Informação Policial e Investigação Criminal do Ministério do Interior que ocorreram não somente aquando da intromissão indevida e ilegal na sua residência, com forte aparato policial colocado no porto de Bissau. A responsável daquela organização de defesa dos direitos humanos informou que foi deslocado um contingente da Guarda Nacional e de repressão do regime para patrulhar e inspecionar viaturas que saem de Buba, mobilização a tempo integral de agentes à paisana nas imediações da sua residência, com a única intenção de sequestrar ou eventualmente assassinar o presidente Bubacar Turé (VEIGAS, 2025 i).

Naquela época, além da reação social entre grupos que apoiam o regime, o próprio presidente acusou a Liga dos Direitos Humanos de se transformar em um partido político, solicitando ao Procurador-Geral da República que analisasse a escritura e o objeto da Liga, sob a justificativa de que, caso está não estivesse cumprindo sua missão, poderia ser extinta (VEIGAS, 2025). Por sua vez, Sissoco destacou que o presidente da Liga deveria deixar o anonimato e responder judicialmente, uma vez que teria feito acusações sem apresentar provas (O DEMOCRATA, 2025 j).

Nesse contexto, Bubacar recebeu apoio dos militantes, conforme evidenciado na seguinte passagem: “Bubacar Turé, a nação inteira está consigo, não tema essa justiça. Dizem que a árvore que cresce reta desafia os ventos, mas é a profundidade das suas raízes que a mantém de pé, patriota” destaca leitor 24. Para leitor 25, que também o defende, afirmando: “Um homem íntegro e defensor por excelência. A luta continua...”.

Embora tenha recebido apoio, Bubacar também foi questionado acerca das provas, como havia refutado o presidente Sissoco Embaló, conforme se observa nas seguintes declarações: “Se tens prova do que diz, então não fuja da justiça para se esconder; é só ir responder até segunda-feira, às 00:00 horas” destaca leitor 26. Ademais, leitor 27 afirma: “defender mentiras e difamar os técnicos de saúde não é normal; um formado em Direito não deve mentir”. Entretanto, essas são as mais diversas formas de manifestações de violência política e civil que vem acompanhando a gestão de Embalo.

Por fim, as diferentes falas da população civil revelam como o regime está fomentar a violência política através de repressão, espancamentos e sucessivas prisões que faz com que vários líderes políticos saíram do país de forma clandestina para exilar em Portugal, como caso de Domingos Simões Pereira, Otavio Lopes, Aristides Gomes, etc. Sem mencionar espancamentos de ativistas sociais críticos ao regime que foram violentamente torturados na Europa pelas seguranças do Sissoco nas visitas efetuadas por ele no exterior.

3.2 Violência política em narrativas civis e governamentais: ethos discursivos

Diante desse conjunto de narrativas da sociedade, que exemplificam ethos pré-discursivos presentes nos pronunciamentos do presidente, emergem vários conteúdos que visam construir uma imagem de si e do seu governo (ethos discursivos). Um dos eixos em torno do qual gira esta imagem é a isenção de responsabilidades governamentais sobre os problemas da economia e do sistema judicial, bem como a argumentação a favor da necessidade de tolerância destas falhas.

O caso de detidos de “tentativas de golpe” de Estado, que são sequestro por poder político por cerca de 4 anos sem julgamento e, no caso de alguns, mesmo com o pronunciamento de tribunais continuam presos (na verdade, sequestrados). Os três juízes: Melvin Sampa, Júlio Embana e Rafael Luís Gomes que deram ordem de solturas imediatas de cerca de 50 militares e civis presos no caso de “golpe de Estado” de 1 de fevereiro de 2022, não foram vistos publicamente, ou seja, foram sequestrados e presos, desde o pronunciamento do acordão baseado na extrapolação do tempo de uma prisão preventiva. Segundo Bubacar Turé (Radio Sol Mansi, 24 de julho de 2024)¹⁶, estes foram chamados e sequestrados pelo Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, para fins de cumprimentos políticas da ordem absoluta inconstitucional e arbitrária. E ainda, segundo ele, a Guiné-Bissau está a caminho de uma consagração do absolutismo e da anarquia.

Ora, mesmo com julgamentos e condenações de alguns em fevereiro deste ano, existe um número significativo de detidos que não foram julgados nem condenados e continuam presos (sequestrados). É o caso, por exemplo, do ex-comandante da marinha, General Bubo na Tchuto. Esse fato exemplifica existência de uma “ORDEM SUPERIOR” que parece substituir ordem legal.

Acredito que todos os cidadãos guineenses já foram vítimas da justiça nacional. Prova disso, eu fui o primeiro Presidente da Guiné-Bissau a ser vítima da morosidade da justiça, logo na minha assunção ao poder. O Supremo Tribunal de Justiça levou meses para pronunciar-se sobre a minha vitória eleitoral, mas não devemos ver no retrovisor, porque o erro não se corrige com erro, de maneira que o atual corpo dos magistrados do país, sobretudo os mais novos, têm a responsabilidade muito acrescida, porque a sociedade guineense clama tanto por uma justiça equilibrada e acessível a toda gente”, aconselhou. Embaló disse que o poder judicial é local para combater a corrupção na Guiné-Bissau. Assim não deve haver corrupção na classe judicial, caso contrário os cidadãos correm risco de ficar a mercê e a Procuradoria-Geral da República,

¹⁶ Link: <https://www.radiosolmansi.net>.

enquanto fiscal da legalidade, tem a responsabilidade de garantir uma boa justiça, como também não deve haver a politização dessas instâncias judiciais (O DEMOCRATA, 2025 h).

O trecho citado conecta com o conceito de ethos discursivo, pois este pretende persuadir ao público a partir da construção de atributos que favorecem ao presidente e seu governo do ponto de vista simbólico: 1. culpabiliza o próprio sistema judicial por suas deficiências relacionadas com a materialização da justiça na sociedade guineense; 2. desresponsabiliza o próprio governo de qualquer das mazelas judiciais e econômicas do país (sugerindo também, embora indiretamente, uma desresponsabilização pelas falhas de outros sistemas da sociedade como educação, saúde etc.).

O citado trecho não somente desresponsabiliza o atual governo das referidas mazelas sociais, como também pretende persuadir o público eleitor omitindo a sua relação com essas próprias perplexidades dos sistemas que ele próprio questiona. O presidente, pretende omitir ou legitimar, por exemplo, a participação nessas mazelas, como cúmplices ou sequestrador de setor judicial. Portanto, a destituição de um governo legítimo vindo das eleições justas e transparentes segundo o Conselho Nacional das Eleições da Guiné-Bissau (CNE), identifica essa forma da violação e desrespeito à sistema judicial. Pois, segundo a nossa carta magna (Constituição da República), um governo legítimo só pode ser destituído após de um ano da sua existência, o último governo vindo das urnas foi deposto antes de completar 8 meses. Com a queda do parlamento, automaticamente do governo também. Quando é assim, segundo a constituição da república da Guiné-Bissau, ele devia convocar os partidos com assento parlamentar para auscultação e marcar as eleições num prazo de 90 dias. Desta forma, o governo da iniciativa presidencial criado por ele desde a queda do governo legal em novembro de 2023, realça o descumprimento das leis pelo presidente e ainda contradiz o referido discurso dele sobre a demora judicial.

Para além disso, verifica-se o aumento de alto índice de desemprego, associado à falta de acesso à educação de qualidade, teve implicações na proliferação de prostituição, consumo e tráficos de drogas e outras manifestações daquilo que se convencionou a chamar de delinquência juvenil.

Ainda sobre a interferência do poder político no judiciário, pode-se referenciar o caso da invasão tanto ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) quanto à residência do seu então presidente, José Pedro Sambú, que sob pressão do poder político e com alegação

de falta de condições para se mantivesse no cargo foi obrigado a se demitir em 06 de novembro de 2023.

Vale ressaltar que, na época, tanto o governo quanto o Presidente da República disseram desconhecer o caso e as “forças estranhas” que invadiram essa instituição tão importante para o funcionamento da democracia, assim como a própria residência de Sambú, tratando o caso como “isolado”, mesmo com repercussões graves para o rumo das instituições democráticas do país.

Como podemos ver no trecho da citação direta do próximo discurso que o presidente revela a politização religiosa infundada e sem comprovações que o ato era perseguição religiosa contra a sua pessoa pelo governo de Portugal. Pois, Umaro Sissoco Embaló alega discursivamente que o governo português é sempre repugnante com lideranças muçulmanas na Guiné-Bissau. E ainda, segundo ele, os presidentes cristãos recebem um outro tratamento. Porém, ele não reconhece que os atos cometidos pelo seu regime, ao enviar uma quantidade de documentos oficiais de um país a um simples cidadão que afirma que foi pedido pelo alto funcionário do ministério de relações exteriores para transportar os passaportes para embaixada da Guiné-Bissau na Bélgica, configuram um ato criminoso que compromete a credibilidade de um Estado. Dito isso, existe aqui uma projeção política negativa do outro, enquanto se tenta construir uma imagem imaculada de si.

A instrumentalização étnico-religiosa para fins pessoais, partidárias e políticas estão cada vez mais visíveis na sociedade guineense, constituindo, assim, uma violência política de tipo simbólica, usada como estratégia de ethos discursivos. Ao longo do tempo a população guineense estão sendo instrumentalizada pelos políticos sobre a solidariedade étnico-religioso para chegarem ao poder. A forma com que as forças políticas criaram identidades étnicas e religiosas na Guiné-Bissau com finalidades de barganha eleitoral, cria formas de rotulações e divisões perigosas no seio comunitário, ainda, numa sociedade pluriétnica como a nossa. A Guiné-Bissau é um país composto de diversidade cultural e religiosa onde as diferentes etnias se relacionam de forma pacífica, respeitando a diferença existente entre elas.

Para em seguida afirmar concordar com o ministro dos negócios estrangeiros quando este disse que Portugal é pouco sensível à Guiné-Bissau quando o país é dirigido por um Presidente muçulmano e criticou a atuação da imprensa portuguesa em relação ao atual regime no poder. “Cada vez que o país é dirigido por um Presidente muçulmano, Portugal é um pouco hostil. A mim isso não me diz nada. Aconteceu com Malam Bacai Sanhá, Serifo Nhamadjo e está a acontecer comigo Umaro Sissoco Embaló. Aqui não temos uma

república cristã nem muçulmana, a República da Guiné-Bissau é um país laico como Portugal”, disse. Insistiu dizendo aos jornalistas que “sempre que o país tem um Presidente que não é da confissão cristã, Portugal age de outra forma”, (EMBALO apud O DEMOCRATA, 2025).

O trecho do discurso que antecede se relaciona com *ethos* discursivo. Especificamente, revela-se um *ethos* não demonstrado no discurso do presidente, quando este faz uso de questões étnico-raciais como estratégia de poder que visa persuadir a sociedade guineense. Se bem esses conflitos culturais são nítidos no país, estes são enaltecidos nesta ocasião buscando uma sensibilização da população a partir da colocação do governo como ente injustiçado culturalmente que age de maneira limpa e correta dentro das linhas institucionais e, ao mesmo tempo, construindo um inimigo externo marcado pela inferiorização moral: o governo português.

Portanto, o que não se mostra nesta narrativa é que houve uma violação por parte do governo da Guiné-Bissau, ao tentar vender uma quantidade de passaportes guineenses cujo destino eram cidadãos de outras nacionalidades residentes na Bélgica. Como pode um país, com as suas representações no exterior, enviar uma quantidade de documentos na mala de um cidadão que não pertence ao Ministério das Relações Exteriores para transportar (jornal O Público, 2025 a). O governo instalado na Guiné-Bissau simplesmente usou o território português para servir de trampolim de passagem dessas matérias ilícitas e quando foram pegos, ele se optou por acusar os dirigentes portugueses de não gostar do seu regime, porque ele é muçulmano.

Segundo o jornal o Público de Portugal, publicado no dia 22 de maio de 2025, um homem de aproximadamente 50 anos foi detido em Portugal, vindo da Guiné-Bissau, com 353 passaportes em nome de outros tantos guineenses, com variadas aparências raciais em termos de cor de pele. (O Público, 2025 a)¹⁷ E quando foi perguntado de quem eram os passaportes? Este respondeu que tinha sido incumbido de levar os passaportes para entregar nas instalações consulares da Guiné-Bissau em Bruxelas, Bélgica, pelo um alto dirigente do ministério das relações exterior guineense.

Os passaportes foram apreendidos e encaminhado pelo ministério público português. Como podemos ver alegações do presidente da República que os passaportes pertenciam aos peregrinos muçulmanos que iam para a cidade santa de Meca, não corresponde às informações prestadas pelo detido, e o ocorrido não tem relação com questões étnicos-raciais ou religioso. Ou seja, as identificações destas narrativas no citado

¹⁷ O publico: <https://www.publico.pt/2025/05/22/sociedade/noticia/psp-apreendeu-cautelamente-353-passaportes-guinebissau-aeroporto-lisboa-2133985> acessado: 7 de junho de 2025.

trecho do presidente revelam uma forma de relação de poder que, na sociologia, não tem sido despercebida, pois autores como Elias e Scotson (2000) as abordaram quando analisaram a maneira como um grupo de estabelecidos desenvolviam capacidades para estigmatizar e rebaixar outros grupos sociais.

Em alegações do presidente da república sobre a sua relação com Braima Camará (líder do partido MADEM-G15 e também praticante da religião muçulmana), percebe-se uma referência a esse aspecto constitutivo da hierarquização de grupos religiosos em termos de estabelecidos e outsiders (Elias & Scotson, 2000), quando a referida liderança partidária é enaltecida como aliado, por ambos serem muçulmanos: “rezam sexta-feira, enquanto seus adversários vão à igreja ou “balobá” (O Democrata, 2023). Está afirmação revela uma forma clara de instrumentalização étnico-religiosa. Além disso, o partido que ambos representam usam as marcas identitárias que assemelham com os lenços que os sheiks árabes usam na cabeça. Entretanto, vários muçulmanos se sentem representados por esse partido, mas que no fundo criaram essa identidade política a propósito desse fim.

Desta forma, podemos destacar uma outra intenção de instrumentalização étnico-religiosa: o caso de destruição do lago M'batonha para fins políticos, em que ele justificava que tem igreja no centro da cidade, portanto, justificava a construção de mesquita na praça mesmo sabendo que a igreja foi uma construção da administração colonial e não é função do Estado atual (por ser laico) construir lugares de culto religiosos. O uso da religião para fins político é um problema grave, e neste caso, o presidente insistiu em criar estigmatizações e repulsa contra os cristãos e praticantes das religiões tradicionais africanas. Ou seja, ele está a tentar buscar a solidariedade muçulmana num contexto de grave violação e crime ambiental, onde outros grupos religiosos são construídos enquanto um Outro com menor valor e prestígio.

Ora, lago de M'batonha é um parque situado no centro de capital Bissau, considerado um parque importante para conservação da ecologia urbana de Bissau. Além disso, segundo o Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas (IABP), mais de que 125 espécies de aves se alimentam e reproduzem ali, é um lugar importante para conservação das aves, tanto imigratórios, assim como residentes. A área também é habitat de jacarés é por isso quando subterraram o espaço para construção da mesquita (igreja muçulmana), houve registros de jacarés a andar nas ruas do centro da cidade de Bissau,

Esse conjunto de violências políticas apontadas nesta seção, nas formas de instrumentalizações étnico-religiosa instigadas ao longo dos cinco anos do regime instalado na Guiné-Bissau, remete-me ao genocídio de Ruanda executado pelo governo

da época e os Hutus contra Tutsis em 1994, onde num período de 100 dias foram mortas 800 mil tutsis. Segundo Mahmood Mamdani (2016), o Estado planejou as matanças, mas quem executou os crimes são as pessoas comuns, ou seja, execuções aconteçam nos meios sociais. O autor afirma, que existe probabilidade da pessoa seja assassinada pelo seu vizinho, seus colegas de trabalho, médicos, professores, até pelos defensores dos direitos humanos ou seu esposo hutu. Porque, os hutus são maioria e são nativos e os tutsis são minorias e são considerados imigrantes.

Veremos que esta diferença entre Ruanda e outras colônias africanas – o fato de identidades políticas em Ruanda serem racializadas, mas não etnicizadas – acabou sendo muito significativa. Atualmente, Ruanda é uma metáfora para violência política, mais especificamente para uma violência sem sentido na política (MAHMOOD MAMDANI, 2016, p. 402).

Definitivamente, a classe política guineense deve ponderar e entender o perigo que essas intenções da divisão social podem conduzir o país num caminho violento. A sociedade guineense precisa de conscientizar que a estigma e rotulo dos políticos com certos grupos sociais são lutas políticas para permanência no poder e não questões das diferenças biológicas e nem religiosas que eles mesmos propagam.

Trata-se, portanto, do exercício do poder por meio da construção de uma espécie de relação entre estabelecidos e outsiders (Elias e Scotson, 2000), onde, do ponto de vista sociológico, um grupo consegue estigmatizar o outro, fazendo com que ele seja visto como inferior. Com isso, o grupo dominante mantém o controle dos espaços de decisão política, discriminando, subjugando e excluindo o outro grupo da vida social. Tudo indica que, a lógica do presidente aqui é de apontar dedo para responsabilizar os outros pelo erro cometido pelo seu governo e ganhar a simpatia dos praticantes da religião muçulmana.

Ora, na citação que se segue o Chefe de Estado Maior General de Forças Armadas mostra a relação do abuso de poder na instituição que ele tutela.

O Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas explicou que o objetivo da instituição que representa é garantir a paz e a tranquilidade na Guiné-Bissau, informando que a maior parte de jovens das forças armadas está a estudar fora do país, de forma a permitir futuramente que as forças armadas andem com os seus próprios pés. Na N'Tan pediu a todos os jovens e generais no sentido de serem patriotas e forças armadas republicanas na Guiné-Bissau, deixando claro que nunca vai permitir as pessoas na rua com arma a fazer o que bem entenderem ou perturbarem o país, matando as pessoas e continuarem a andar na rua. Disse ainda que não vai permitir que tropas sejam mobilizados com dinheiro para saírem a rua, avisando que, qualquer pessoa que se envolver nisso, será castigada. Por fim, o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas apelou a todos os generais, comandantes da Guarda Nacional, polícia de Ordem Pública a não permitirem quaisquer perturbações na rua e que garantam a paz e a tranquilidade no país“, através da “proteção” do governo,

do presidente e do povo de Guiné-Bissau, com vista a organização de eleições (O DEMOCRATA, 2025 k)

No discurso proferido pelo Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, se refletem elementos de *ethos* discursivos que implicam em formas de violência política. Neste, o referido chefe se desresponsabiliza a si mesmo, às Forças Armadas e aos seus aliados militares das instabilidades políticas vigentes no país. Com isso, afasta-se de todas as mazelas sociais, enquanto entrega as responsabilidades pelos males da economia, educação e saúde aos políticos que não compactuam diretamente com eles.

Dessa forma, para conseguir materializar essas práticas e continuar no jogo político, eles precisam de criar mecanismos de intimidar os descontentes através dos castigos até a morte (suplicio), ou seja, disciplinar os corpos amargos para que virem dóceis e continuar sob controle do sistema de poder, conforme aponta Foucault (1999) no seu trabalho “Vigiar e Punir”. Essas práticas abusivas e de controle do poder foram implementadas em vários regimes na Guiné-Bissau, que não ajudou em nada e pelo contrário só alimentou ódio, problemas familiares e étnicos-religiosos no seio das forças armadas, que acabam motivando quedas sucessivas de governos através dos golpes de Estados.

Por causa dessas lutas intrínsecas de milhares de pessoas que fazem da política e quartéis os seus postos de trabalho, e que não aceitam de maneira algumas reformas, nem cedem seus lugares a pessoas competentes, porque têm como objetivo o enriquecimento próprio às custas dos cofres públicos. Portanto, as Forças Armadas da Guiné-Bissau devem espelhar em outras instituições militares regionais ou internacionais para superar as crises vigentes no país e se distanciar das querelas políticas, criando interações com a sociedade civil, e mostrando que o setor da defesa e segurança tem sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento socioeconômico de qualquer Estado¹⁸.

Sucessivamente, eliminar aquele espírito de medo e das sucessivas violências cometidas pelos militares guineenses a população civil. É urgente uma reforma no setor de defesa e segurança, para equilíbrio étnico dentro das estruturas das Forças Armadas e assim desmistificar e (des)instrumentalizar a intenção dos políticos que usam solidariedade étnica para alcançar o poder. Assim, a autonomia e progresso das Forças Armadas se concretizará sem pensar e cair nas armadilhas dos políticos que tiram proveitos das pertenças étnicas e religiosas para seus fins.

¹⁸ Link: <https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/guine-bissau-coligacao-na-oposicao-lamenta-interferencia-de-militares-na-politica/>.

O discurso em seguida das ONGs demonstra a forma que o regime representa a ameaça contra as instituições democráticas e a forma que as liberdades fundamentais estão em perigo na Guiné-Bissau.

Durante o mandato de Umaro Sissoco Embaló, revelaram ainda, as liberdades fundamentais, liberdades laborais e sindicais foram confiscadas e suprimidas através de medidas inconstitucionais e ilegais que violam o direito internacional de direitos humanos, tendo afirmado que o país se tornou um refém do crime organizado, tráfico de droga, enquanto a população está mergulhada numa penúria sem precedentes acentuada pela inflação galopante e pelo endividamento público exponencial. Neste sentido, os cidadãos guineenses reagrupados em mais de 50 organizações cívicas e sociais denunciam a persistente cumplicidade do Presidente Emmanuel Macron com o Presidente cessante, Sissoco Embaló, que tem contribuído para a consolidação de um regime autocrático e ditatorial na Guiné-Bissau, alertando o chefe de Estado francês e a opinião pública internacional, francesa em particular, sobre os perigos que a ditadura sissocoquista representa para a Guiné-Bissau e para toda a África Ocidental, a qual mina todos os esforços coletivos em curso com vista à consolidação da paz e estabilidade governativa na sub-região (O DEMOCRATA, 2025).

O discurso anterior se conecta com a categoria *ethos* discursivo, no sentido de que as denúncias proclamadas no jornal O DEMOCRATA (2025), constituem panos de fundos para a imagem que o presidente e o seu governo pretendem construir discursivamente. Deste modo, o presidente e o seu governo pretendem construir imagens alternativas que o desvinculem da responsabilização por todo tipo de violência social e política no país, pelas violações de direitos humanos, pelo desrespeito às regras democráticas, pelas perseguições e ameaças aos adversários políticos, bem como pelo impedimento de marchas pacíficas da sociedade civil e da funcionalidade da oposição política ao seu regime. São estes os elementos que, em resposta às críticas feitas por ONGs através do jornal O DEMOCRATA (2025 1), emergem em narrativas governamentais como as que seguem:

“O Presidente guineense, Umaro Sissoco Embaló, prometeu, esta quinta-feira (22.05), "resposta adequada" para a manifestação anunciada por duas plataformas da “sociedade civil para exigir a reposição da ordem democrática e o fim da supressão das liberdades fundamentais (EMBALO apud WD, 2025).

O discurso de ONGs reforça e responsabiliza aos órgãos governamentais de perigo que a atual liderança política nacional representa a nível nacional, assim como internacional. Além disso, o presente discurso destaca o favoritismo do presidente francês

a implementação da ditadura pelo regime que está massacrando o povo guineense economicamente, educacionalmente e sem cuidados de saúde (RTP, 2025)¹⁹.

A manipulação do Conselho Nacional das Eleições (CNE) está entre outros dos diversos perigos expostos à sociedade Bissau-guineense. No entanto, banir a Constituição da República representa a consumação do golpe palaciano que está em curso desde fevereiro de 2020, com a chegada do poder de Sissoco. Para vias legais, o povo guineense deveu ter ido às urnas em novembro de 2024, porque o mandato de 5 anos de Sissoco terminaria em fevereiro de 2025. No entanto, ele simplesmente marcou as eleições para novembro de 2025, alegando que o mandato dele terminaria só em setembro de 2025, e manterá no cargo até a investidura do próximo presidente que acontecerá em fevereiro de 2026. Sobre estas tentativas de afetar processos eleitorais no país visando a sua ilegítima perpetuação no poder, pronunciam-se alguns cidadãos:

“Fará como Paul Kagame do Ruanda. No Ruanda, ninguém fala de eleições” disse, num encontro em Biombo com os militantes do Movimento para a Alternância Democrática (Madem-G15), da ala dissidente do Madem -15 de Braima Camará e agora liderada por Adja Satu Camará, segunda vice-presidente do Parlamento dissolvido. “O objetivo do Presidente Umaro Sissoco Embaló é conseguir um segundo mandato e, em seguida, rasgar a Constituição da República da Guiné-Bissau. Se acontecer, permanecerá no poder até quando quiser”, afirmou e disse que “vamos fazer como na China e no Ruanda”. “Os deputados ajudarão a acabar com a Constituição da República”, insistiu. Relativamente a medida de proibição de manifestações, o também Secretário de Estado da Ordem Pública disse que a decisão (o despacho) se mantém em vigor e disse que não haverá mais manifestações, nem comícios políticos na Guiné-Bissau até que o Ministério do Interior revogue o despacho que proibiu manifestações no país. “A única pessoa que tem essa liberdade é Umaro Sissoco Embaló, nas suas presidências abertas. Vamos acompanhar isso, mas ninguém mais pode fazer qualquer manifestação aqui”, afirmou. José Macedo Monteiro frisou que “se Nuno Gomes Nabian não fosse de uma etnia específica, não seria primeiro-ministro, por não ter competências para tal” (O DEMOCRATA, 2025 m).

A declaração anterior do secretário de Estado da Ordem Pública só reforça as violações democráticas e, ao mesmo tempo, alimenta e legitima a tortura e o sequestro aos órgãos de poder na Guiné-Bissau. Recentemente, ameaçou espancar e intimidar os seus adversários políticos caso se estes provocarem aglomeração nos comícios ou megacomícios. Em 2024 um grupo de jovens que saíram às ruas para manifestar pacificamente e obrigar a respeito à constituição da república foram violentamente torturados por ordens de José Carlos Macedo, atual secretário de estado da Guiné-Bissau. Portanto, a sua declaração remete um aviso sobre ideia de implementação de um Estado

¹⁹ Link: (https://www.rtp.pt/noticias/mundo/organizacao-guineense-denuncia-detencao-de-manifestantes-e-deixa-apelo-ao-governo-portugues_n1657477.)

autoritário e de um chefe supremo num futuro próximo, caso o segundo mandato de Sissoco aconteça.

Bubacar Turé, ativista de direitos humanos e especialista em gênero, fez estas afirmações na entrevista [15 de abril de 2025] por escrito ao semanário O Democrata, por meio das plataformas sociais, para falar da sua situação de segurança e das ameaças que tem vindo a sofrer e das ameaças contra a sua família, como também debruçar sobre as denúncias feitas e particularmente falar dos dados avançados em como todas as pessoas submetidas ao tratamento de hemodiálises morreram. O ativista social afirmou na entrevista que as suas declarações não têm rigorosamente nada de crime, serviram apenas de pretexto para ajustarem contas com ele. “Há tempo que soube que existem planos concretos contra mim. O discurso foi e continuar a ser: este rapaz é um malcriado, está ao serviço dos partidos da oposição, tem ultrapassado a linha vermelha, tem de ser travado. Tenho recebido estas ameaças através de vários canais”, revelou, acrescentando que não quer falar mais sobre o assunto de tratamento de hemodiálises, “porque acredito que piamente que serei processado e chamado a responder na justiça (O DEMOCRATA, 2025 n).

A parte do discurso é referente ao *ethos* discursivo, porque o presidente de Liga dos direitos humanos denunciou a situação de violência de profissionais de saúde, ou seja, incompetência desses no uso dos aparelhos de hemodiálise, pois o governo entregou máquinas para hospital sem promover treinamentos para o seu uso. Tendo em conta que esta é a primeira vez que a Guiné-Bissau adquiriu essa especialidade, por causa dessa denuncia, os aliados do governo, assim como o próprio presidente da república, acusaram o presidente de Liga de estar a serviço do partido de oposição política. Com isso, o governo desenvolve uma estratégia comunicativa violenta, que reduz ontologicamente tal liderança a um simples traidor que deve ser banido, com o propósito de deslegitimar as suas críticas e denúncias.

Ora, presidente da Liga não revela que muito embora, a Liga dos Direitos Humanos é uma organização independente e não governamental, mas muitas vezes foram parciais nas suas tomadas de decisões em relações aos diferentes governos. Ou seja, essas organizações cívicas que defendem direitos sociais e humanas estão cada vez mais politizadas na Guiné-Bissau. No entanto, há momentos em que ocorrem violências severas em outros governos, que elas ficam omissas. Como acontece na época dos governos do PAIGC, liderado por Carlos Gomes Junior, entre 2004 a 2010. Atualmente, muitas organizações cívicas acabam perdendo a credibilidade do povo, pois pedem que o povo vá às ruas, e, depois, tornam-se militantes de partidos políticos. Como podemos ver nas declarações do presidente do Instituto da Juventude, que acusou as marchas organizadas pelas organizações da sociedade civil de terem cunho político.

Preocupado com a situação apelou aos jovens a não tomarem parte na manifestação, pois poderá colocar em causa a paz e a estabilidade que se vive neste momento na Guiné-Bissau. Em conferência de imprensa realizada no Palácio do Governo, Ussumane Sadjó aconselhou para que as organizações da sociedade civil não sejam utilizadas por pessoas, para resolverem os problemas pessoais ou interesses político partidários. “Devem saber enquadrar os seus perfis durante atuação neste processo”, insistiu, para em seguida adiantar que, enquanto responsável do Instituto Nacional da Juventude, gostaria que os jovens entendessem que os seus direitos estão a ser postos em causa” para agirem de forma legal e livre”. “É triste ver membros dos partidos políticos usarem capotes da sociedade civil para promoverem uma manifestação, com o objetivo de estragar o bem comum e atingir os seus objetivos pessoais, em nome das organizações da sociedade civil”, criticou (O DEMOCRATA, 2025).

A explanação do presidente do Instituto da Juventude serve para reforçar a parte não demonstrada da Liga dos Direitos Humanos no discurso, ao mostrar que ela age de forma desigual com os diferentes poderes políticos que já administram a Guiné-Bissau. Pois essa instituição deveria servir como instrumento de proteção social dos direitos cívicos contra governos autoritários, para toda a população guineense, sem considerar a cor partidária ou o status quo dos líderes políticos. Função da Liga é de defender e denunciar qualquer tipo de violação dos direitos humanos, bem como vigiar e inibir as mazelas sociais, sejam elas violência, política, moral ou étnico-religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou compreender as múltiplas dimensões da violência política na Guiné-Bissau a partir da análise dos *ethos* discursivos presentes em algumas narrativas governamentais e civis, produzidas entre 2020 e 2025. A utilização da Análise Crítica do Discurso, ancorada na categoria analítica de *ethos* (Maingueneau, 2008), permitiu revelar sentidos latentes, muitas vezes não explicitados, que estruturam práticas e percepções sociais sobre a violência no país. Nessa perspectiva, os resultados evidenciaram que a violência política, longe de se restringir a episódios isolados, constitui um fenômeno estrutural, enraizado na história política nacional e reproduzido por dinâmicas de poder, instrumentalizações étnico-religiosas e práticas de coerção institucional. Os discursos analisados revelaram diferentes modalidades de violência — simbólica, física, psicológica e institucional — que se entrelaçam e retroalimentam um ambiente de instabilidade. Essa instabilidade tem representado um dos principais obstáculos para o avanço econômico, político e social da Guiné-Bissau.

Sob a ótica jurídico-institucional, desde a independência, o Estado estruturou ordenamentos legais e institucionalizou mecanismos punitivos com o objetivo de coibir manifestações violentas, tipificando-as como crimes. Entretanto, no contexto guineense, constata-se que práticas criminosas, abusivas e violentas, mesmo diante de um arcabouço normativo protetivo dos direitos fundamentais, frequentemente permanecem sem responsabilização. Episódios recentes — como a marcha pacífica organizada pela Frente Popular (FP), movimento de cidadãos mobilizados contra o abuso de poder e o aumento da violência política sob o regime do presidente Umaro Sissoco Embaló e seus aliados — ilustram a persistência desse quadro. A repressão exercida por forças de defesa e segurança, de forma arbitrária e seletiva, evidencia o uso instrumental do aparato estatal para neutralizar opositores e sufocar a dissidência social. Tal cenário, visíveis em narrativas governamentais e da sociedade civil, confirmam o papel do Estado guineense não apenas como principal, mas, por vezes, como único aplicador legítimo da violência social e política, sem, contudo, enfrentar mecanismos eficazes de responsabilização judicial.

Teoricamente, a Constituição da República da Guiné-Bissau reconhece os direitos individuais e a liberdade de expressão como fundamentos da construção da paz social em um regime democrático. Entretanto, a prática política revela um desrespeito sistemático a esses preceitos, agravando desigualdades e exclusões. A concentração desproporcional de recursos públicos na capital, Bissau, em detrimento das demais regiões, constitui manifestação de violência política estrutural, ao marginalizar comunidades do interior, lembradas pelo poder central apenas em períodos eleitorais. A centralização das instituições de ensino superior, saúde e documentação oficial em Bissau reforça essa assimetria, impondo barreiras de acesso à população rural ou campesina. A partir da análise da categoria de *ethos* discursivo, identificam-se traços do que Elias (1994) denomina *ethos* nacionais, ou seja, elementos simbólicos que configuram a autoimagem de um grupo ou nação.

No contexto guineense, tais *ethos* manifestam-se em estratégias políticas que instrumentalizam pertencas étnicas, religiosas e regionais como mecanismos de mobilização eleitoral. Embora possam garantir apoio momentâneo, essas estratégias aprofundam tensões sociais e potencializam riscos de fraturas políticas ou até mesmo conflitos de maior escala, em um país com mais de trinta grupos étnicos distribuídos por distintas regiões. Exemplo disso foi a declaração pública do presidente da República, que demonstrou solidariedade a políticos muçulmanos com quem partilha práticas religiosas,

enquanto estigmatizava lideranças não muçulmanas. Tal posicionamento fomentou percepções de exclusão e repulsa, buscando capitalizar apoio entre muçulmanos em um contexto já marcado por violações de direitos e questões ambientais críticas. A análise dos *ethos* discursivos presentes nesse pronunciamento evidenciam que tais práticas não apenas minam a coesão social, mas também constituem estratégias deliberadas de manutenção do poder político, por meio da criação ou acentuação de clivagens étnico-religiosas.

No plano teórico, a pesquisa reafirma a pertinência do diálogo entre autores clássicos da sociologia — Weber, Marx, Durkheim, Simmel — e contemporâneos — Elias, Arendt, Bourdieu, Foucault — para compreender as interseções entre violência, poder e discurso. A partir desse referencial, torna-se evidente que a violência política na Guiné-Bissau não pode ser analisada isoladamente, mas deve ser entendida como parte de um continuum histórico que combina heranças coloniais, fragilidade institucional, desigualdades socioeconômicas e disputas por hegemonia política. Metodologicamente, a escolha pela análise de *ethos* discursivos como método que possibilita desvendar camadas profundas de sentido, muitas vezes invisíveis nas análises estritamente descritivas ou quantitativas. O estudo busca contribuir, assim, para preencher uma lacuna na literatura sociológica guineense, oferecendo uma abordagem que tende a facilitar a compreensão do fenômeno, como também abre espaços para futuras pesquisas que, focadas em outras estratégias metodológicas, permitam amplificar estas compreensões.

Por fim, reconhece-se que o enfrentamento da violência política na Guiné-Bissau exige não apenas reformas institucionais e o fortalecimento do Estado de Direito, mas também a construção de uma cultura política orientada ao diálogo, ao respeito às diferenças e à participação cidadã. É igualmente imperativo que a sociedade civil compreenda que a estigmatização e os rótulos dirigidos a determinados grupos não decorrem de diferenças biológicas ou religiosas, mas configuram estratégias de manipulação e de consolidação do poder. Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o escopo empírico, incluindo não só outras estratégias metodológicas conforma assinalado, mas também outros períodos históricos e diferentes atores sociais, a fim de aprofundar a compreensão acerca das raízes e das metamorfoses da violência política no país. Considera-se que uma análise com períodos mais abrangentes, aliada a distintas dinâmicas investigativas — seja no uso das fontes, seja nas técnicas de análise, seja na revisão da literatura — pode oferecer desdobramentos mais consistentes sobre a violência política na Guiné-Bissau.

REFERÊNCIA

- AMADO, Leopoldo. Guiné-Bissau: 30 anos de independência. *Africana Studia*, n. 8, 2005. Faculdade de Letras do Porto.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARDOSO, Carlos. *Transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1995.
- COLLINS, Randall. Micro e macro causas da violência. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 3, n. 1, p. 9-22, 2009.
- DUMAS TEXEIRA, Ricardino. *Transição política na Guiné-Bissau*. 2006. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2006.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ELIAS, Norbert. *Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: volume 1 – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: volume 2 – a formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GONÇALVES, Mailson B. de Q. Carneiro; CHAGAS, E. Ferreira. Teoria da violência em Marx. jan./abr. 2020, p. 52-64.
- JAUARÁ, Manuel. Os luso-africanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau. Comunicação apresentada ao IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro, “As Ciências Sociais e os Desafios das Sociedades em Desenvolvimento”, Luanda, Angola, 28-30 nov. 2006.
- KAFFT KOSTA, Aníran Y. Perreira. *A problemática do sistema de governo na Guiné-Bissau*. Trabalho de investigação apresentado no âmbito do Mestrado em Direito: Especialidade em Ciências Jurídico-Forenses, Coimbra, 2016.

KARSTEDT, Susanne; EISNER, Manuel. Is a general theory of violence possible? *International Journal of Conflict and Violence*, v. 3, n. 1, p. 4-8, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26619509>.

KOUDAWO, Fafali. *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, 2001.

LAENA, Roberta. *Fictícias: candidatura de mulheres e violência política de gênero*. Fortaleza: Editora Radiadora, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso: (para além de) uma introdução*. Paris: Armand Colin, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053143194>.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: _____. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. Trad. Fabiana Komesu, Dilson Ferreira da Cruz, Sírio Possenti. Disponível em: <https://falaminhalingua.com>.

MAMDANI, Mahmood. *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2007.

MARX, Karl. *O capital: livro I*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 9, n. 1, jan./abr. 2016, p. 45-63. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/>.

NÓBREGA, Álvaro Correia de. *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2003.

NÓBREGA, Álvaro Correia de. *Guiné-Bissau: um caso de democratização difícil*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2015.

OLIVEIRA, Célia Zeri de et al. A análise do discurso: uma abordagem teórico-metodológica em pesquisa de formação docente. *Momento: diálogos em educação*, v. 31, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/issue/view/862>.

O'REGAN, Davin; THOMPSON, Peter. *Promover a estabilidade e a reconciliação na Guiné-Bissau: lições do primeiro narco-Estado de África*. Relatório Especial do CEEA nº 2, Washington, D.C., 2013.

ROSA, Pablo Ornelas et al. *Sociologia da violência, do crime e da punição*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

SEMEDO, Rui Jorge. O Estado da Guiné-Bissau e os seus desafios político-institucionais. In: *Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, 7., Lisboa, 2010.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, p. 568-573, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>.

SOUSA, Miguel de Andrade Fraga Girão de. *A missão da União Europeia para reforma do setor de segurança na Guiné-Bissau*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2019.

Links de discursos usados:

DJEME, Carolina. **CHEFE DE ESTADO MAIOR GARANTE TOLERÂNCIA ZERO A ALTERAÇÃO DA ORDEM CONSTITUCIONAL**. 2025. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=52015>. Acesso aos: 20.05.2025.

LUSA, Agência. **PSP APREENDEU CAUTELARMENTE 353 PASSAPORTES DA GUINÉ-BISSAU NO AEROPORTO DE LISBOA**. 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/05/22/sociedade/noticia/psp-apreendeu-cautelaramente-353-passaportes-guinebissau-aeroporto-lisboa-2133985>. Acesso: 25.05.2025.

SEIDE, Tiago. **ORAGNIZAÇÕES CÍVICAS E SOCIAIS AMEAÇAM COVOCAR O POVO PARA COMBATER A DITADURA E COLOCAR SISSOCO FORA DO PALACIO**. 2025. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=51800>. Acesso: 12.04.2025.

LUSA, Agência. **SISSOCO PROMETE "RESPOSTA ADEQUADA" A MANIFESTAÇÃO** <https://www.dw.com/pt-002/sissoco-promete-resposta-adequada-a-manifesta%C3%A7%C3%A3o/a-72638802>. Acesso: 27.05.2025.

LUSA, Agência. **PROIBIÇÃO DE MANIFESTAÇÕES É VIOLAÇÃO "VIL" DA CONSTITUIÇÃO**. Disponível em: <https://p.dw.com/p/4bHwk>. Acesso: 20.01.2025.

LUSA, Agência. **BISSAU: JUSTIÇA DECLARA ILEGAIS DUAS ORGANIZAÇÕES CIVIS**. Disponível: <https://p.dw.com/p/4wpok>. Acesso: 07.07.2025.

LUSA, Agência. **GUINÉ-BISSAU: MESQUITA NO PARQUE MBATONHA CAUSA CONTESTAÇÃO**. Disponível em : <https://p.dw.com/p/4Lkqa>. Acesso: 02.02.2023.

LUSA, agência. **GUINÉ-BISSAU – COLIGAÇÃO NA OPOSIÇÃO LAMENTA INTERFERÊNCIA DE MILITARES NA POLÍTICA**. Disponível in: https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/guine-bissau-coligacao-na-oposicao-lamenta-interferencia-de-militares-na-politica/#google_vignette. Acesso 18.11.2024

LUSA, Agência. **GUINÉ-BISSAU MANTÉM TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO PERTO DE 5%**. Disponível em: <https://p.dw.com/p/4YiwK>. Acesso: 15.11.2023.

SAMBU, Filomeno. **“SE O PRESIDENTE SISSOCO GANHAR AS ELEIÇÕES RASGARÁ A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA – SECRETÁRIO GERAL DO**

MADDEM-G15". Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=52378>. Acesso: 01.06.2025.

LUSA, Agência. **SIMÕES PEREIRA ALERTA PARA MILITARIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU**. Disponível em: <https://p.dw.com/p/4tsJe>. Acesso: 07.05.2025.

RTP. **ORGANIZAÇÃO GUINEENSE DENUNCIA DETENÇÃO DE MANIFESTANTES E DEIXA APELO AO GOVERNO PORTUGUÊS**. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/organizacao-guineense-denuncia-detencao-de-manifestantes-e-deixa-apelo-ao-governo-portugues_n1657477. Acesso: 29.05.2025.

BALDÉ, Djariatú. Processo eleitoral "vicioso" no Supremo da Guiné-Bissau. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/processo-eleitoral-vicioso-no-supremo-da-guin%C3%A9-bissau/a-72484261>. Acesso: 14.06.2025.

TURE, Bubacar. **SOU A PESSOA MAIS PROCURADA! OBJETIVO É PREENDER E TORTURAR-ME NO MINISTÉRIO DE INTERIOR**. Disponível em: <https://www.odemocratagb.com/?p=51963>. Acesso: 20.04.2025.

TURE, Bubacar. **TRÊS JUÍZES DO TRIBUNAL MILITAR SUPERIOR DETIDOS NO ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**. Disponível: <https://www.radiosolmansa.net/index.php/Nacional/caso-1-de-fevereiro-tres-juizes-do-tribunal-militar-superior-detidos-no-estado-maior-general-das-forcas-armadas.htm>. Acesso: 29.07.2024.

VIEGAS, Claudina. **LIGA DENUNCIA PLANO PARA SEQUESTRAR O SEU LÍDER**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/bissau-liga-denuncia-plano-para-sequestrar-o-seu-l%C3%ADder/a-72244777>. Acesso: 17.04.2025.